REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 052 - SEXTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria
(PMDB/PP) - 20

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gilvam Borges
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior
.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha
Neuto De Conto

Líder do PP - 1
Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
.....

Líder do PT - 12
Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns

Líder do PR - 4
João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior

Líder do PSB - 2
Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2
Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1
Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria
(DEM/PSDB) - 27

Líder
Mário Couto - PSDB [1]

Vice-Líderes
Heráclito Fortes
Flexa Ribeiro
Demóstenes Torres
Eduardo Azeredo
Adelmir Santana
João Tenório
Kátia Abreu
Papaléo Paes
.....

Líder do DEM - 14
José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

Líder do PSDB - 13
Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

PTB - 7

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

Vice-Líder
Patrícia Saboya

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma

[1] Senador Mário Couto indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2009, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 8 de maio de 2008.

EXPEDIENTE

José Alexandre Lima Gazineo
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 57ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE ABRIL DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 459, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Assunção, Paraguai, no período de 26 a 29 do corrente*..... 12465

Nº 460, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Assunção, Paraguai, no período de 24 a 29 do corrente*..... 12465

Nº 461, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Assunção, Paraguai, no período de 26 a 28 do corrente*..... 12465

Nº 462, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Assunção, Paraguai, no período de 26 a 28 do corrente*..... 12465

Nº 463, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Assunção, Paraguai, no período de 26 a 29 do corrente*..... 12465

Nº 464, de 2009, de autoria do Senador José Nery, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Assunção, Paraguai, no período de 26 a 29 do corrente.* 12465

Nº 465, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitação de informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União.* 12466

Nº 466, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do doutor em física e dirigente de informática Nicoló Mazzola. 12466

1.2.2 – Comunicações

Do Senador Efraim Morais, comunicando a impossibilidade de participar da IV Sessão Especial do Parlamento do Mercosul, em Assunção, Paraguai, no próximo dia 27 do corrente **(Ofício nº 107/2009, de 22 do corrente)**..... 12467

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses crimes com o crime organizado. **(Ofício nº 73, de 2009, de 23 do corrente)**..... 12467

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2009, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera o art. 3º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para tornar obrigatória a adoção de calendários diferenciados de vacinação para os portadores de doenças ou condições que causem baixa resistência imunológica ou exijam a adoção de esquema especial de imunização.* 12467

Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2009, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a pesquisa de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama e do trato genital feminino e à pesquisa de predisposição genética para essas doenças.* 12468

1.2.4 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 10, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Duque, que *altera a redação do art. 93, I, da Constituição Federal, para fixar a idade mínima e tempo de atividade jurídica prévia para o ingresso na carreira da magistratura*..... 12470

1.2.5 – Mensagem do Presidente da República

Nº 57, de 2009 (nº 260/2009, na origem), de 16 do corrente, *submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Gilberto Seixas de Andrade, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.* . 12473

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *GILVAM BORGES*, como Líder – Homenagem pela trajetória política do Presidente José Sarney, a propósito do transcurso, amanhã, do seu aniversário natalício. 12485

SENADOR *JOSÉ NERY* – Referência à discussão ocorrida entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa. Comentários sobre o pedido de afastamento do Juiz Fausto de Sanctis, do comando do trabalho que vem fazendo no âmbito da Operação Satiagraha, da Polícia Federal. Repúdio ao pedido de intervenção federal no Estado do Pará, protocolado pela Confederação Nacional da Agricultura. 12489

SENADOR *CÉSAR BORGES*, como Líder – Destaque para o esforço que tem realizado o Governo Federal, no sentido de minimizar os efeitos econômicos e sociais da crise financeira. Preocupação com a indefinição quanto à renovação dos contratos com a Chesf para evitar fechamento de indústrias no Nordeste..... 12493

SENADOR *INÁCIO ARRUDA*, como Líder – Comentários sobre participação de S. Exª no II Congresso do Pólo Democrático Alternativo Colombiano. Anúncio da visita da Senadora Piedad Córdoba ao Senado Federal, na próxima semana..... 12496

SENADOR *VALTER PEREIRA* – Manifestação sobre a violência no campo, ocorridas no Estado do Pará. 12497

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Reflexão sobre o agravamento da crise nas instituições públicas do país. Justificativa para apresentação de requerimento de informação ao Tribunal de Contas da União. Defesa da instalação de uma CPI da Petrobrás. Necessidade de que o Congresso Nacional adote uma agenda positiva..... 12498

SENADOR *NEUTO DE CONTO* – Defesa do Código Ambiental de Santa Catarina. 12500

SENADOR *FLÁVIO ARNS* – Manifestação sobre assuntos objeto de discussão na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Lançamento hoje no Ministério da Educação do projeto que trata da Conferência Nacional de Educação. Relato sobre a audiência pública realizada ontem, para avaliar o Reuni – programa do Ministério da Educação de restituição e expansão do ensino superior. 12502

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Reflexão sobre as denúncias que vem pesando sobre o Senado Federal e seus integrantes. Apresentação de requerimento solicitando a publicação no Diário do Senado Federal, da Declaração do Imposto de Renda, exercício 1997, ano-base 1996, do ex-Diretor-Geral da Casa. 12503

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Lembrança sobre episódio da infância de S. Exª e do tempo da escravidão, relativos ao tema da educação. 12507

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI*, como Líder – Anúncio da autorização pela governadora do Rio Grande do Sul, da publicação do edital para a construção da BR-448, que ligará a capital gaúcha ao Vale dos Sinos. Destaque para a necessidade da construção da Ponte do Guaíba. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que articula programas de segurança pública com políticas sociais..... 12509

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Comemoração pelo iminente início da pavimentação dos primeiros quilômetros da BR-429, da Região do Vale do Guaporé/RO. Análise do andamento de algumas obras em rodovias de Rondônia. Apoio à Medida Provisória nº. 452, de 2009, por simplificar o licenciamento ambiental de obras em rodovias já existentes..... 12511

SENADOR *PAULO PAIM* – Cumprimentos à Ministra Dilma Rousseff por sua exposição, hoje, sobre as obras do Programa de Aceleração do Crescimento no Rio Grande do Sul. Transcrição de manifesto em favor do Projeto de Lei da Câmara nº. 180, de 2008, da Deputada Nice Lobão. Lamento de que a Medida Provisória nº. 456, de 2009, aprovada na Câmara dos Deputados, que trata do salário-mínimo, não tenha estendido o mesmo índice de aumento aos aposentados. Encaminhamento à Mesa de artigo da autoria de S. Exª., intitulado "Um fundo para a micro e pequena empresa"..... 12513

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Voto de pesar pelo falecimento do Dr. Humberto Cerruti Filho. Reflexão do artigo do jurista Dalmo de Abreu Dallari, intitulado "Legislativo unicameral". 12521

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 369, de 2009)

Projeto de Resolução nº 15, de 2009, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família – PROESF II"*. **Aprovado com Emenda,** após **Parecer nº 293, de 2009-PLEN,** em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, tendo usado da palavra os Senadores Arthur Virgílio e Inácio Arruda (Relator). À Comissão Diretora para redação final..... 12522

Redação final do Projeto de Resolução nº 15, de 2009 **(Parecer nº 294, de 2009-CDIR). Aprovada**. À promulgação..... 12524

1.3.2 – Item extrapauta

Requerimento nº 412, de 2009, do Senador Sérgio Guerra, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte.* **Aprovado.** 12525

1.3.3 Matérias não apreciadas

Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária. 12525

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR *HERÁCLITO FORTES*, como Líder – Tristeza pela situação em que se encontra o Estado do Piauí. Denúncias de utilização indevida do dinheiro público destinado a ONGs. 12529

SENADORA *ROSALBA CIARLINI* – Apelo em favor da agilização das medidas do Governo Federal de compensação financeira para os municípios, em decorrência da redução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Preocupação com relação à chegada do período das chuvas no Nordeste. .. 12533

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Preocupação com as enchentes no Estado do Amazonas, que estão assumindo proporções desastrosas. 12535

1.4.2 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 459, 460, 461, 462, 463 e 464, de 2009, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados. 12537**

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR *MAGNO MALTA* – Solidariedade ao Senador Gerson Camata. Comentários à matéria intitulada "Autoridades descobrem 9 mil internautas que trocavam material pornográfico infantil. O Brasil está no topo da lista, com 781 suspeitos", publicada no jornal **Correio Braziliense**. Considerações sobre a CPI da Pedofilia. Repúdio a cartilha do Ministério da Saúde, distribuído às escolas públicas no país, sobre o uso de drogas. 12537

SENADOR *FRANCISCO DORNELLES* – Preocupação com o anúncio, pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), de que as companhias de navegação aérea estrangeiras que atuam no Brasil terão liberdade plena para fixar o preço de suas passagens nas linhas internacionais. 12542

1.4.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada "Juro real ainda é o maior do mundo", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 12 de março último. 12544

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Registro da matéria intitulada "CNA apoia Mendes e diz que MST é criminoso", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 28 de fevereiro último. 12546

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da matéria intitulada "Lula é alvo de protesto na Itália", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 23 de janeiro último..... 12547

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 43, apresentadas à Medida Provisória nº 461, de 2009. 12548

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 57ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 23 de Abril de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Mão Santa

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 27 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 23/4/2009 07:34:47 até 23/4/2009 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X						
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X						
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PT	AC	MARINA SILVA	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PTB	SP	ROMEU TUMA	X						
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X						
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						

Compareceram: 53 Senadores

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA Emissão: 23/4/2009 20:30

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Catorze horas em Brasília, capital da República do Brasil.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Deixa eu começar.

Hoje, 23 de abril de 2009. Este é o Senado da República do Brasil, que tenho a honra de presidir, e ele nunca foi tão bem presidido como agora que eu estou presidindo.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 459, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Assunção, Paraguai, nos dias 27 e 28 de abril de 2009.

Informo que estarei ausente do País no período de 26 a 29 de abril do corrente ano para participar do referido evento.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009. – **Geraldo Mesquita Júnior,** Senador (PMDB-AC).

REQUERIMENTO Nº 460, DE 2009

Senhor Presidente,

Como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fundado no art. 40 do Regimento Interno do Senado, requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 27 a 29 de abril do ano em curso, para fins de participar da Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Assunção, no Paraguai.

E, nos termos do art. 39 do Regimento Interno desta Casa, comunico que estarei ausente do País no período de 24 a 29 de abril de 2009 para atender a missão.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009. – Senador **Romeu Tuma**

REQUERIMENTO Nº 461, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, minha participação no período de 26 a 28 de abril deste, por ocasião da XVI Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Assunção, Paraguai.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno de Senado Federal, que estarei ausente do País, no respectivo período, para participar do supracitado evento.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009. – Senador **Inácio Arruda**

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2009

Senhor Presidente,

Sendo membro titular da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da casa no dia 28 de abril de 2009, quando participarei da XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Assunção, Paraguai.

Comunico, ainda, que atendendo o disposto no artigo 39, inciso I, estarei ausente do País no período de 26 a 28 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009. – Senador **Aloizio Mercadante.**

REQUERIMENTO Nº 463, DE 2009

Tendo sido designada por Vossa Excelência para participar da XVI Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos próximos dias 27 e 28 de abril, na cidade de Assunção, no Paraguai, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa naquele período.

Em cumprimento do que prescreve o art. 39 do mesmo Diploma, comunico que do dia 26 ao dia 29 de abril estarei ausente do País.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009. – Senadora **Marisa Serrano.**

REQUERIMENTO Nº 464, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da XVII Sessão do Parlamento do Mercosul, nos período de 26 a 29 do corrente, na cidade de Assunção, Paraguai.

Comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009. – Senador **José Nery,** PSOL/PA.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os requerimentos lidos vão à publicação e serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 465, DE 2009

Nos termos dos arts. 50, § 2º, e 71, VII, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam encaminhadas pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) as informações a seguir elencadas, de modo a subsidiar a fiscalização, pelo Senado Federal, da destinação e regular aplicação de recursos públicos, conforme estabelece o art. 49, X, da Carta Magna:

1. recursos repassados pelo Banco do Brasil S.A. (BB), suas empresas controladas e coligadas, sob a forma de patrocínio, nas áreas cultural, esportiva, socioambiental e mercadológica, neste último caso, referente aos programas Agronegócios, Alta Renda, Atacado, Comércio Exterior, Governo, Micro e Pequenas Empresas, Jovem/Universitário e Varejo, inclusive a eventos, nos anos de 2000 a 2008, e respectivas prestações de contas, discriminados por projetos;

2. recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a forma de patrocínio, na edição de publicações e na realização de eventos técnicos e culturais, nos anos de 2000 a 2008, e respectivas prestações de contas, discriminados por projetos;

3. recursos repassados pela Caixa Econômica Federal (CEF) sob a forma de patrocínio, nas áreas cultural, esportiva e socioambiental, inclusive a eventos, nos anos de 2000 a 2008, e respectivas prestações de contas, discriminados por projetos;

4. recursos repassados pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), sob a forma de patrocínio, nas áreas cultural, esportiva e socioambiental, inclusive a eventos, nos anos de 2000 a 2008, e respectivas prestações de contas, discriminados por projetos;

5. recursos repassados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), sob a forma de patrocínio, nas áreas cultural, esportiva e socioambiental, inclusive a eventos, nos anos de 2000 a 2008, e respectivas prestações de contas, discriminados por projetos:

6. recursos repassados pela Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS), sob a forma de patrocínio, nas áreas cultural, esportiva e socioambiental, inclusive a eventos, nos anos de 2000 a 2008, e respectivas prestações de contas, discriminados por projetos; e

7. recursos repassados pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e suas subsidiárias – Petrobras Distribuidora S.A. (BR); Petrobras Energia Participaciones S.A.; Petrobras Química S.A. (PETROQUISA); Petrobras Gás S.A. (GASPETRO); Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO); Downstream Participações S.A.; e Petrobras International Finance Company (PIFCo) – sob a forma de patrocínio, nas áreas cultural, esportiva e socioambiental, inclusive a eventos, nos anos de 2000 a 2008, e respectivas prestações de contas, discriminados por projetos.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009.– Senador **Alvaro Dias.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 466, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 218 do Regimento interno, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, aos 80 anos incompletos, do doutor em física e dirigente de informática Nicoló Mazzola, ocorrido no dia 28 de fevereiro deste ano, na capital paulista.

Justificação

Nicoló Mazzola nasceu em 1929, em Castelbuono, Sicília, Itália. Morou por vinte anos na terra natal, mudando-se depois para o "continente", como ele sempre falava da Itália. Formou-se em Física pela Universidade de Roma (Sapienza) e depois doutorou-se em Física Nuclear. Poliglota, falava perfeitamente o português e outras línguas como o latim, inglês, francês e árabe.

Ingressou na tecnologia da informação (TI), quando ainda era chamada de processamento de dados, na IBM da Itália e foi selecionado para vir ao Brasil

em 1968 para apoiar projetos na área de engenharia e construção civil, fixando-se em São Paulo.

Tendo ido para a Hidroservice, conceituada empresa de engenharia, lá apoiou os maiores projetos de engenharia da época, um deles o Metrô de São Paulo.

Participou do crescimento vertiginoso do Bradesco apoiado em modernas técnicas de processamento de informação e banco de dados.

Daí veio uma sucessão de trabalhos no País, em empresas do porte da Fiat Automóveis e da Construtora Mendes Júnior, na Arábia Saudita, Iraque, Bolívia, Colômbia e Argentina.

Finalmente em 1983 veio para a Consist, empresa produtora de **software** e detentora dos direitos de um banco de dados conhecido mundialmente como Adabas, utilizado por grandes empresas públicas de informática como o Serpro e privadas como bancos, indústria e comércio.

Como seu Vice-Presidente de Relações Institucionais foi notável a sua participação no apoio às entidades profissionais do setor de TI como a Sucesu, de usuários, a Assespro, de prestadores de serviço e principalmente a Abep, de empresas públicas de TI. A estas incentivava a troca de sistemas, conhecimento e experiências entre elas, em eventos semestrais e anuais como o CONIP, Congresso Nacional de Informática Pública, promovido pela Sucesu.

Participou ativamente, da criação da Federação Latino-Americana de Informática – FLAI, que tem como objetivo a integração das associações nacionais de informática dos países latino-americanos, tendo sido seu presidente por dois mandatos de 1999 a 2005.

Era deputado italiano pelo comitê de São Paulo, em segundo mandato, eleito pelos compatriotas que vivem no exterior e integrante da Organização de Defesa dos Direitos do Italiano no Mundo – CTIM. Era Oficial da Reserva do Exército Italiano na arma de Comunicações. Foi condecorado com a Medalha do Pacificador pelo Governo brasileiro.

Reconhecer os serviços prestados por Nicoló Mazzola é valorizar um trabalhador do desenvolvimento da Tecnologia da Informação no Brasil, divulgador de idéias e inovações, sempre com os olhos no futuro, um italiano que adotou o Brasil como a segunda pátria.

Deixa a mulher Anna Maria, cinco filhos Piero, Giovanni, Rosa Maria, Annalisa, Stefano e dez netos.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009. – Senador **Eduardo Azeredo.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento lido será encaminhado ao Arquivo.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Ofício nº 107/GSEMOR

Brasília, 22 de abril de 2009

Senhor Presidente,

Com meus sinceros cumprimentos, comunico a Vossa Excelência a impossibilidade de participar da IV Sessão Especial do Parlamento do Mercosul, na Sala do Congresso Nacional, em Assunção, República do Paraguai, no próximo dia 27 de abril de 2009; em virtude de compromissos políticos anteriormente assumidos.

Cordialmente, – Senador **Efraim Morais,** Parlamentar do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Comunicação lida vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Ofício nº 73/09-GLPSDB

Brasília, 23 de abril de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Papaléo Paes, para integrar como suplente a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses crimes com o crime organizado, em substituição ao Senador Cícero Lucena.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio,** Líder de PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2009

Altera o art. 3º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para

tornar obrigatória a adoção de calendários diferenciados de vacinação para os portadores de doenças ou condições que causem baixa resistência imunológica ou exijam a adoção de esquema especial de imunização.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se o seguinte art. 3º-A na Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975:

> Art. 3º-A O Programa Nacional de Imunizações estabelecerá calendários diferenciados de vacinas a serem oferecidas aos portadores de doenças ou condições que acarretem baixa resistência imunológica ou exijam a adoção de esquema especial de imunização, conforme regulamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

Sem dúvida, o alcance e a efetividade do Programa Nacional de Imunizações (PNI) brasileiro tornam-no digno dos louvores a ele dedicados, nacional e internacionalmente.

Desde 2004, o Ministério da Saúde adota três calendários de vacinação: o Calendário Básico de Vacinação da Criança, o Calendário de Vacinação do Adolescente e o Calendário de Vacinação do Adulto e do Idoso. As vacinas pertencentes a esses calendários são disponibilizadas em centros de saúde e postos de vacinação.

Além disso, o Sistema Único de Saúde mantém quarenta Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais (CRIE), onde os portadores de imunodeficiência congênita ou adquirida e de outras condições especiais, como o acometimento por determinadas doenças ou a exposição a situações de risco, podem ter acesso a vacinas e imunoterápicos diferenciados, que não fazem parte dos calendários de vacinação.

Para obter os imunobiológicos dos CRIE, o paciente deve ser encaminhado por médico da rede pública ou particular e trazer relatório elaborado pelo profissional com o diagnóstico e o histórico da doença, acompanhado dos exames complementares.

Assim, no modelo hoje vigente, a administração de vacinas especiais fica condicionada, em cada caso, ao encaminhamento do paciente pelo médico que o acompanha, não obedecendo, assim, a um calendário predeterminado.

Isso é adequado nos casos em que a necessidade imunoterápica diferenciada é circunstancial: por exemplo, indivíduos que sofreram exposição a determinadas situações de risco.

Entretanto, existem condições que causam, de forma permanente ou duradoura, deficiência imunológica ou necessidades especiais de imunização. Esse é o caso, por exemplo, da Síndrome de Down e outras trissomias, da infecção pelo vírus HIV e da anemia falciforme e outras hemoglobinopatias.

Entendemos que os portadores dessas condições, que têm necessidades de imunização diferenciada, deveriam ser contemplados com um calendário predeterminado.

O Estado de São Paulo, por exemplo, por meio de iniciativa conjunta das Secretarias de Estado da Saúde e dos Direitos das Pessoas com Deficiência, instituiu calendário diferenciado para as crianças e adolescentes com Síndrome de Down.

É este, portanto, o sentido da proposta que apresentamos: obrigar o Ministério da Saúde a instituir, nacionalmente, calendários diferenciados de vacinação para pessoas com necessidades de imunização diferenciadas.

Esperamos, assim, contar com o apoio de nossos Ppres para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009. – Senadora **Maria do Carmo Alves.**

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2009

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a pesquisa de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama e do trato genital feminino e à pesquisa de predisposição genética para essas doenças.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres de mama e do trato genital feminino no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)."

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 2º .....

VI – a realização de exames para identificação de biomarcadores para neoplasias malignas da mama e do trato genital, nas mulheres com antecedentes pessoais ou familiares dessas doenças. (NR)"

.....

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Justificação

No Brasil, as estimativas do Instituto Nacional de Câncer (INCA) para o ano de 2008, válidas também para o ano de 2009, apontam a ocorrência de 460 mil casos novos de câncer, metade deles na população feminina.

Os tipos de câncer (CA) mais incidentes no sexo feminino são os de mama e de colo de útero, verificando-se, no País, o mesmo perfil de magnitude observado no mundo. Em número de casos novos, as estimativas para 2008/2009 são de 49 mil de CA mama e 19 mil de CA de colo.

Os números dimensionam bem a gravidade do problema. Além de ocupar o primeiro lugar em incidência, o câncer de mama é o que causa o maior número de óbitos, principalmente na faixa etária dos 40 aos 60 anos. O de colo de útero ocupa o terceiro lugar em incidência e o quarto em mortalidade.

Embora já sejam oferecidos serviços de prevenção e detecção em estágios iniciais da doença por meio de ações conjuntas entre o Ministério da Saúde (MS) e as vinte e sete Unidades da Federação, verifica-se que as ações de controle do CA de mama estão direcionadas para a detecção precoce, por meio do autoexame das mamas, do exame clínico e da mamografia.

Há que ressaltar, também, que as estratégias para detecção de casos nos estágios iniciais não estão obtendo o êxito desejável. Segundo dados divulgados pela imprensa em março de 2009, cerca de 80% dos tumores de mama são descobertos, no Brasil, em estágios avançados (III e IV), ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, onde os casos são detectados no início. Muitos de nossos maiores especialistas em oncologia consideram que não existe, no País, um programa nacional capaz de detectar precocemente o CA de mama. Um programa dessa natureza permitiria detectar a doença em seu estágio curável.

A descoberta tardia é, portanto, um dos fatores que dificultam o tratamento, pois, além de comprometer sua eficácia, diminui as chances de sobrevida das pacientes. A mesma detecção tardia ocorre em relação ao CA de colo de útero, o tipo que apresenta um dos mais altos potenciais de prevenção e cura, quando diagnosticado precocemente.

Há que se reverter esse quadro. Observa-se, nos países mais desenvolvidos, uma redução significativa da taxa de mortalidade por câncer, nos últimos anos, enquanto no Brasil ela continua aumentando ano a ano. Essa redução é devida, em boa parte, às evoluções ocorridas na área da genética e da biologia molecular.

O crescimento descontrolado das células, causa dos tumores malignos, é fruto de um erro genético, programado pelo próprio organismo ou decorrente de fatores externos. No que se refere aos CAs de mama, acredita-se, atualmente, que 10% deles estejam ligados a mutações nos genes BRCA1 e BRCA2, por herança genética. A pesquisa rotineira desses marcadores e de outros destinados a detectar câncer de ovário já é possível e é promissor o desenvolvimento de métodos de diagnóstico cada vez mais precisos para identificar esses e outros biomarcadores para neoplasias malignas da mama e do trato genital feminino.

A proposição que ora apresentamos tem, portanto, o objetivo de beneficiar especialmente as mulheres com perfil genético que predispõe ao aparecimento de tumores, em especial aquelas pertencentes a grupos populacionais com risco mais elevado de desenvolver CA de mama. São consideradas de risco mais elevado para esse tipo de neoplasia as mulheres que tiveram lesão mamária proliferativa com atipia comprovada em biópsia e aquelas com um ou mais parentes de primeiro grau (mãe, irmã ou filha) que tenham sofrido CA de mama antes dos 50 anos; com um ou mais parentes de primeiro grau com CA de mama bilateral ou CA de ovário; e com histórico familiar de CA de mama masculino.

Todos os esforços para prevenir ou detectar precocemente o aparecimento de neoplasias devem ser envidados. A genética promete ser o campo de batalha em que essas doenças encontrarão um inimigo capaz de derrotá-las. É preciso que as mulheres brasileiras possam ter, nos serviços públicos de saúde, acesso a exames capazes de detectar a presença de mutações em seus genes, antes do aparecimento dos primeiros indícios de tumor.

Esperamos, assim, contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação do projeto.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009. – Senadora **Maria do Carmo Alves.**

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos lidos vão à publicação e serão encaminhados à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2009

Altera a redação do art. 93, I, da Constituição Federal, para fixar idade mínima e tempo de atividade jurídica prévia para o ingresso na carreira da magistratura.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso I do art. 93, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93. .....

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e trinta e cinco anos de idade, observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação;

..... (NR)"

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A crescente complexidade dos problemas sociais, econômicos, políticos e ecológicos que se apresentam a demandar soluções do Poder Público, desafiando a habilidade e o engenho dos agentes políticos, faz aumentar, também, no mesmo diapasão, a preocupação com a forma de recrutamento, para investidura nos principais cargos componentes do aparelho estatal.

Um desses cargos públicos, particularmente estratégicos num Estado Democrático de Direito como o nosso, conforme estatuído pelo legislador constituinte de 1988 no art. 1º da Carta Magna em vigor, é o de magistrado.

O juiz é, sobretudo, um produtor de direito, já que a norma jurídica, abstratamente editada pelo Legislativo e aplicada administrativamente pelo Executivo, só ganha sua concretude final e indisputada após a palavra definitiva do Poder Judiciário, por meio da atividade típica dos magistrados.

E o juiz contemporâneo, além dessas já gigantescas responsabilidades inerentes a sua função, tem ainda o dever de acompanhar as vertiginosas transformações da sociedade de seu tempo.

A ele toca decidir não mais apenas os clássicos conflitos subjetivos de interesse, pois suas deliberações têm, muitas vezes, implicações em relação a coletividades inteiras, quando não a toda a comunidade nacional, como nas matérias envolvendo problemas de meio ambiente, direitos do consumidor do contribuinte e do usuário de serviços públicos.

Assim, em consequência da nova dimensão das exigências sociais postas à sua consideração, já não basta à justiça contar com magistrados aptos tão-somente a dizer e interpretar, tecnicamente, o direito.

Requer-se dele, hoje, um cabedal de maturidade e experiência, seja de vida, seja profissional, que os atuais concursos públicos de provas e títulos estão longe de ser capazes de apurar.

Além disso, só o atingimento de certa idade, aliado a um tempo determinado de experiência com as lides forenses, pode decantar e confirmar no espírito do bacharel de direito a presença de uma real vocação para o espinhoso ofício de magistrado, cujo desempenho não pode representar apenas mais uma oportunidade de emprego para recém-formados, nem, ainda menos, a satisfação de uma juvenil ambição de conquista de uma posição de poder.

Desse modo, consideramos adequado propor, como exigências para o provimento da carreira de juiz, um requisito etário – a saber, a idade mínima de trinta e cinco anos –, somado ao requisito do exercício prévio de atividades jurídicas.

Ante o exposto, acreditamos estarmos, com esta iniciativa legislativa, servindo à Justiça brasileira, ao conferir maior seletividade ao recrutamento de seus quadros de magistrados.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2009. – **Paulo Duque,** Senador.

1. Francisco Dornelles
2.
3. Fernandes
4. Gerson Camata
5. José Nery
6. Inácio Arruda
7. Flexa Ribeiro
8. Renato Casagrande
9. Marina Silva
10. Garibaldi Alves Filho
11. Arthur Virgílio
12. João Durval
13. Efraim Morais
14. (Marco Maciel)
15. (Mão Santa)
16. Geraldo Mesquita
17. Marisa Serrano
18. Romero Jucá

senador

19. _____ _____

20. _____ _____

21. _____ _____

22. _____ _____

23. _____ _____

24. _____ _____

25. _____ _____

26. _____ _____

27. _____ _____

28. _____ _____

29. _____ _____

30. _____ _____

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

TÍTULO I
Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

.....

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

.....

CAPÍTULO III
Do Poder Judiciário

SEÇÃO I
Disposições Gerais

.....

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 57, DE 2009
(Nº 260/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Gilberto Seixas de Andrade, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Os méritos do Senhor Luiz Gilberto Seixas de Andrade que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de abril de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 114 MRE – APES

Brasília, 14 de abril de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de Luiz Gilberto Seixas de Andrade, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** de Luiz Gilberto Seixas de Andrade que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE*
CPF.: 29662125787
ID.: 6225/MRE

1950 Filho de Carlos Auto de Andrade e Maria Dulce Seixas de Andrade, nasce em 21 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ
1970 Jornal do Brasil, Departamento de Pesquisa, arquivista-pesquisador
1974 Economia pela Faculdade Cândido Mendes/RJ
1975 CPCD - IRBr 09/11/1976 Terceiro Secretário em 9 de novembro
1976 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
1979 Segundo Secretário em 21 de junho
1980 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto
1981 CAD - IRBr
1983 Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro Secretário
1986 Primeiro Secretário, por merecimento, em 1º de julho
1987 Secretaria de Imprensa do Gabinete, assessor
1987 Divisão da América Meridional-I, assistente
1990 Conselheiro, por merecimento, em 24 de dezembro
1991 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Geral Adjunto
1994 Embaixada em Montevidéu, Conselheiro
1998 Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, Chefe
2000 CAE - IRBr, Privilégios e Imunidades. O Sistema Brasileiro. Proposta para Aperfeiçoamento do Sistema
2000 Medalha da República Oriental do Uruguai
2001 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de junho
2001 Embaixada em Copenhague, Ministro-Conselheiro
2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2007 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro

SILVANA POLICH
Diretora, Interina, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento da América do Sul II
Divisão da América Meridional IV

REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA

SUMÁRIO

GUIANA

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Georgetown
ÁREA:	214.969 km2
POPULAÇÃO:	751 mil habitantes (censo 2002) (estimativa 2007: 770 mil)
PRINCIPAIS GRUPOS ÉTNICOS	44% origem indiana; 30%, africana; 16%, mestiços; 9%, ameríndia; e 1%, origem diversa (brancos, chineses etc.)
IDIOMA:	Inglês (oficial), crioulo, hindi, urdu, entre outros.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo, hinduísmo e islamismo
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista mista (presidente indica primeiro ministro). Não há autonomia regional.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Bharrat jagdeo (presidente) e samuel hinds (primeiro-ministro)
LEGISLATIVO:	Unicameral, com 65 cadeiras. Mandatos de cinco anos.
CRONOGRAMA ELEITORAL:	Próximas eleições gerais: dezembro de 2011.
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar guianense (g$) 1 us$ = 202 g$
PIB (2008 – ESTIMATIVA FMI, PREÇOS CORRENTES):	US$ 1,134 bilhão
PIB PPP (2008 – ESTIMATIVA FMI):	US$ 3,126 bilhões
PIB PER CAPITA (2008 – ESTIMATIVA FMI, PREÇOS CORRENTES):	US$ 1.484,3
PIB PER CAPITA PPP (2008 – ESTIMATIVA FMI):	US$ 4.093,4
CHANCELER	Carolyn Rodrigues-Birkett
EMBAIXADOR DA GUIANA NO BRASIL:	Harry Narine Nawbatt

Balança Comercial Bilateral (US$ mil). Fonte: MDIC

Brasil/Guiana	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (jan-fev
Exportações	8.755	9.695	13.634	16.604	20.204	18.030	20.785	3.01
Importações	26	nihil	10	12	nihil	1.973	295	95
Superávit	8.729	9.695	13.644	16.616	20.204	20.003	20.490	3.96

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente da República - BHARRAT JAGDEO

- Nascido em 1964.
- Formou-se em economia na ex-União Soviética.
- Foi representante da Guiana junto ao FMI, ao Banco Mundial, ao BID e ao Banco de Desenvolvimento do Caribe.
- Foi Ministro da Fazenda de 1995 a 1999, ano em que assumiu a Presidência da Guiana, após breve passagem pelo cargo de Primeiro-Ministro. Foi eleito Presidente em março de 2001.
- Foi eleito pelo People's Progressive Party (PPP).

Primeiro-Ministro - SAMUEL HINDS

- Nascido em 27 de dezembro de 1943.
- Foi Primeiro-Ministro de Cheddi Jagan até 1997, quando assumiu a Presidência da República, com a morte daquele Chefe de Estado.
- Abdicou do cargo no mesmo ano, em favor de Janet Jagan, viúva de Cheddi Jagan, que o designou Primeiro-Ministro.
- Substituído, em 1999, por Bharrat Jagdeo, que, ao assumir a Presidência com a renúncia de Janet Jagan, novamente nomeou Samuel Hinds como Primeiro-Ministro.

Ministra dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Exterior e da Cooperação Internacional – CAROLYN RODRIGUES-BIRKETT

- Nascida em 16 de setembro de 1973, no povoado indígena de Santa Rosa, interior do país.
- Tem formação em Serviço Social na Guiana e Administração de Empresas no Canadá.
- Eleita para a Assembléia Nacional em 2006
- Foi Ministra de Assuntos Ameríndios entre 2001 e 2008.
- Em 10/04/2008, tomou posse como Ministra dos Negócios Estrangeiros.
- Em fevereiro de 2009, passou a exercer também as funções do Ministério do Comércio Exterior e Cooperação Internacional.

PERFIL DO PAÍS

A Guiana é o único país anglófono do subcontinente latinoamericano, e tem fronteiras com o Brasil (Estados de Roraima e Pará), Venezuela e Suriname.

O território da Guiana – 215 mil km2 – corresponde a um Reino Unido ou a uma Rondônia, com 77% de cobertura florestal.

De acordo com dados de 2005, a população do país é de 700 mil habitantes (2005). No período 2005-1015 prevê-se taxa negativa de crescimento da população (-0.3%): 28% da

população é urbana; 8% da população tem mais de 65 anos e 30% tem menos de 15 anos de idade.

A sociedade guianense tem composição multiétnica. Estima-se que cerca de 50% da população seja de origem indiana, 36% de origem africana, 7% de origem ameríndia e 7% de outras origens étnicas (brancos, chineses, etc).

O Poder Executivo é exercido pelo Presidente, que aponta o Primeiro-Ministro e os demais Ministros. O Presidente não é eleito diretamente: é o líder do partido que obteve a maioria na Assembléia Nacional.

Já o Poder Legislativo é unicameral e exercido pela Assembléia Nacional, com 65 membros. Cinqüenta e três dos membros da Assembléia Nacional são escolhidos pelo voto direto e 12 são indicados pelos Conselhos Regionais. As eleições para a Assembléia Nacional ocorrem a cada cinco anos e o Presidente tem poder para dissolver a Assembléia e convocar eleições.

O país é membro da Commonwealth britânica e, além de membro é sede da Comunidade Caribenha (CARICOM).

A economia guianense depende majoritariamente do setor primário. Os principais produtos exportados são açúcar, pedras preciosas e minérios, especialmente bauxita e ouro, e madeiras.

POLÍTICA INTERNA

Os dois principais partidos políticos refletem a diversidade étnica do país. *O People's Progressive Party* (PPP), atualmente no poder, é apoiado pela comunidade indiana, e o *People's National Congress* (PNC), de oposição, é apoiado pela população africana. A terceira força política na Guiana é o *Alliance for Change (AFC),* fundado em 2005 por dissidentes dos dois partidos principais que conta, atualmente, com cinco assentos na Assembléia Nacional.

O Presidente Bharrat Jagdeo assumiu o cargo em agosto de 1999, quando a Presidente Janet Jagan (de quem era Ministro das Finanças) renunciou por motivo de saúde. Foi confirmado no cargo nas eleições de 2001 e reeleito em 28 de agosto de 2006. Seu partido, o PPP, recebeu 55% dos votos e conquistou 36 dos 65 assentos da Assembléia Nacional

(legislativo unicameral). O PNC, liderado por Robert Corbin, obteve 22 cadeiras na Assembléia.

CONJUNTURA ECONÔMICO-SOCIAL

Em 2008, de acordo com o Governo da Guiana, o crescimento econômico foi de 3,1%. Analistas internacionais estimam que a economia da Guiana tende a manter-se no caminho do crescimento, embora em níveis mais moderados. Parece estar superada a estagnação que prevaleceu de 2000 a 2005.

Segundo o Ministro das Finanças, a taxa de inflação da Guiana foi de 6,8% em 2008. Analistas econômicos locais aventam, no entanto, a possibilidade de que a taxa de inflação esteja subestimada, tal como ocorrido em 2007.

Em que pese o crescimento da economia guianense nos últimos dois anos, estima-se que entre 65% e 80% da população esteja abaixo da linha de pobreza. Analistas indicam que um dos pontos de estrangulamento da economia guianense é o endividamento externo.

Classificada entre os países altamente endividados pelo FMI, a Guiana tem-se beneficiado de substanciais reduções em sua dívida externa em virtude de vir seguindo o ajuste fiscal preconizado pelos organismos financeiros internacionais. O Brasil apoiou iniciativa, no âmbito do BID, para cancelar saldos pendentes, em 31 de dezembro de 2004, dos empréstimos do Fundo para Operações Especiais para Guiana, Bolívia, Haiti, Honduras e Nicarágua

O país vem implementando Plano Estratégico de Redução da Pobreza (Poverty Reduction and Growth Facility- PRGF), o que lhe garante os benefícios da iniciativa Países Pobres Muito Endividados (HIPC). O Governo guianense pretende negociar com o FMI programa substituto ao "PRGF". A ênfase do novo programa seria voltada a incrementar a competitividade da economia guianense, meta central escolhida pelo Presidente Jagdeo para as políticas públicas de seu atual mandato.

POLÍTICA EXTERNA

Sem deixar de lado vinculações tradicionais, a Guiana tem demonstrado crescente interesse em dinamizar a dimensão sul-americana de sua política externa.

Georgetown é a sede da Secretaria Executiva da Comunidade Caribenha (CARICOM) e tem no Caribe um dos principais espaços de atuação de sua política externa. A CARICOM empenha-se em completar, em 2008, o ordenamento institucional do mercado único regional ("Caribbean Single Market and Economy – CSME"), previsto para entrar em vigor em 2015.

O Presidente Jagdeo participou da Cúpula África-América do Sul (AFRAS, Abuja, nov/06); da Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA, Bolívia, dez/06). O Primeiro-Ministro Samuel Hinds compareceu às reuniões de Cúpula do MERCOSUL, no Rio de Janeiro, em janeiro de 2007; e da 1ª Cúpula Energética Sul-Americana, na Venezuela, em abril de 2007. O Presidente Jagdeo participou também da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL, realizada em Brasília, em maio de 2008.

Nota-se intenção da Guiana em exercer papel mais atuante nas deliberações da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 2008, completaram-se 40 anos de relações diplomáticas bilaterais. As relações Brasil-Guiana beneficiam-se da prioridade conferida pelo Brasil à integração sul-americana, por um lado, e do interesse da Guiana em diversificar suas relações externas.

As relações entre o Brasil e a Guiana deverão ganhar impulso com a inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu, prevista para início de 2009. A obra, que constituirá a primeira ligação rodoviária entre os dois países, é motivo de grande expectativa. Além disso, o interesse na aproximação com o país vizinho demonstrado por Estados do Norte do Brasil, que deverão beneficiar-se mais diretamente do transporte rodoviário de passageiros e cargas com aquele país, é importante vertente das relações bilaterais.

As exportações do Brasil para a Guiana cresceram 133% de 2002 a 2008, as vendas brasileiras para o país, passando de US$ 9 milhões para US$21 milhões.

A inauguração da Ponte sobre o Rio Tacutu tende a movimentar esse cenário, ao facilitar o trânsito de veículos entre os dois países.

INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS GUIANA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Cooperativa da Guiana
Superfície	214.969 Km²
Localização	América do Sul
Capital	Georgetown
Principais cidades	Georgetown, Linden, New Amsterdam
Idioma oficial	Inglês
PIB a preços correntes (2008 - estimativa EIU)	US$ 1,3 bilhão
PIB "per capita" (2008)	US$ 1.857
Moeda	Dólar Guianense

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2009.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
População (em milhões habitantes)	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Densidade demográfica (hab/Km²)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	0,8	0,8	0,9	1,1	1,3
Crescimento real do PIB (%) (2)	3,3	-2,2	5,1	5,3	4,6
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	4,7	6,9	6,6	12,3	8,4
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ milhões)	231,9	251,9	279,6	313,0	362,0
Câmbio (G$ / US$)	198,31	199,88	200,19	202,35	203,65

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2009.
(1) Estimativa EIU.
(2) 2007: estimativa EIU.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US$ milhões)	2005	2006	2007 (1)
A. Balança comercial (líquido - fob)	-171,5	-230,2	-308,0
Exportações	545,6	579,6	674,9
Importações	717,1	809,8	982,9
B. Serviços (líquido)	-53,0	-97,8	-99,6
Receita	147,9	147,6	172,9
Despesa	200,9	245,4	272,5
C. Renda (líquido)	-39,0	-69,0	-44,8
Receita	3,3	2,8	2,9
Despesa	42,3	71,8	47,7
D. Transferências unilaterais (líquido)	167,3	216,3	286,8
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-96,2	-180,7	-165,6
F. Conta de capitais (líquido)	52,1	350,5	426,6
G. Conta financeira (líquido)	126,7	-52,4	-226,6
Investimentos diretos (líquido)	76,8	102,4	152,4
Portfolio (líquido)	16,8	-4,1	-95,1
Outros	66,7	-150,7	-283,9
H. Erros e Omissões	-68,2	-84,1	-37,4
I. Saldo (E+F+G+H)	14,4	33,3	-3,0

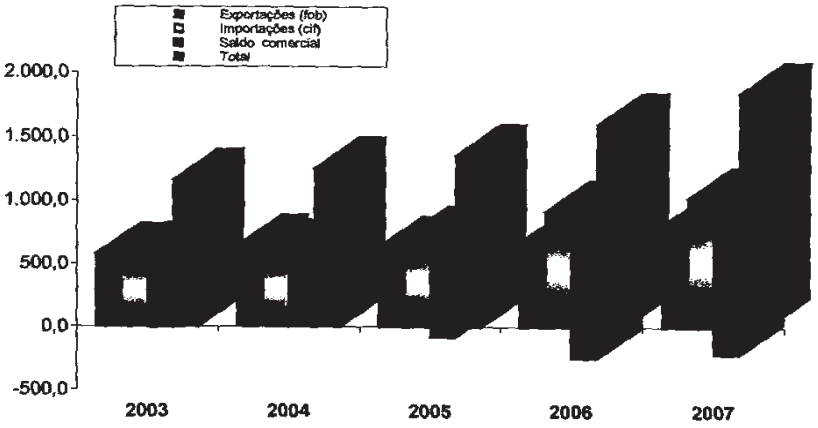
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD February 2009.
(1) Última posição disponível.

COMÉRCIO EXTERIOR (1) (US$ milhões)	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (2)
Exportações (fob)	578,3	648,3	645,4	683,8	808,5	483,7
Importações (cif)	584,3	609,7	724,2	944,0	1.009,1	621,6
Saldo comercial	-6,0	38,7	-78,9	-260,2	-200,6	-137,9
Total	1.162,6	1.258,0	1.369,6	1.627,8	1.817,6	1.105,3

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD January 2009.
(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.
(2) Janeiro - junho.

COMÉRCIO EXTERIOR DA GUIANA
2003 - 2007

(US$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2008.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2005	% no total	2006	% no total	2007	% no total	2008 (1)	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Canadá	121,1	18,8%	125,5	18,3%	151,5	18,7%	90,7	18,8
Estados Unidos	121,0	18,7%	127,9	18,7%	133,2	16,5%	86,6	17,9
Reino Unido	75,4	11,7%	59,1	8,6%	73,8	9,1%	78,6	16,3
Portugal	51,8	8,0%	44,4	6,5%	61,5	7,6%	14,7	3,0
Trinidad e Tobago	27,2	4,2%	33,6	4,9%	41,7	5,2%	23,8	4,9
França	8,2	1,3%	26,0	3,8%	38,7	4,8%	7,6	1,6
Países Baixos	23,1	3,6%	29,3	4,3%	37,5	4,6%	30,7	6,4
Jamaica	34,0	5,3%	28,0	4,1%	32,6	4,0%	17,6	3,6
Bélgica	23,9	3,7%	29,3	4,3%	26,6	3,3%	14,3	2,9
Índia	16,4	2,5%	20,3	3,0%	25,1	3,1%	14,0	2,9
Cuba	15,2	2,4%	18,8	2,8%	23,4	2,9%	12,3	2,5
Barbados	13,6	2,1%	15,8	2,3%	19,6	2,4%	10,8	2,2
Brasil	***0,01***	***0,0%***	***0,6***	***0,1%***	***0,0***	***0,0%***	***0,0***	***0,0***
SUBTOTAL	**530,9**	**82,3%**	**558,6**	**81,7%**	**665,1**	**82,3%**	**401,6**	**83,0**
DEMAIS PAÍSES	**114,5**	**17,7%**	**125,2**	**18,3%**	**143,4**	**17,7%**	**82,1**	**17,0**
TOTAL GERAL	**645,4**	**100,0%**	**683,8**	**100,0%**	**808,5**	**100,0%**	**483,7**	**100,0**
IMPORTAÇÕES:								
Trinidad e Tobago	172,3	23,8%	213,0	22,6%	264,3	26,2%	150,9	24,3
Estados Unidos	192,8	26,6%	197,2	20,9%	206,8	20,5%	156,3	25,1
Cuba	47,6	6,6%	58,8	6,2%	73,0	7,2%	41,6	6,7
China	29,9	4,1%	89,7	9,5%	72,0	7,1%	38,8	6,2
Reino Unido	36,3	5,0%	41,5	4,4%	54,2	5,4%	20,6	3,3
Venezuela	9,4	1,3%	25,7	2,7%	31,0	3,1%	20,7	3,3
Antilhas Holandesas	19,1	2,6%	23,6	2,5%	29,2	2,9%	16,7	2,7
Canadá	14,9	2,1%	23,7	2,5%	27,8	2,8%	12,4	2,0
Japão	24,4	3,4%	31,1	3,3%	27,3	2,7%	16,3	2,6
Suriname	14,2	2,0%	17,6	1,9%	21,8	2,2%	12,5	2,0
Países Baixos	17,4	2,4%	29,6	3,1%	17,5	1,7%	16,1	2,6
Coréia do Norte	11,2	1,5%	13,9	1,5%	17,2	1,7%	9,8	1,6
Índia	11,0	1,5%	13,6	1,4%	16,9	1,7%	9,7	1,6
Brasil	***18,2***	***2,5%***	***22,1***	***2,3%***	***0,0***	***0,0%***	***0,0***	***0,0***
SUBTOTAL	**618,8**	**85,4%**	**800,9**	**84,8%**	**859,1**	**85,1%**	**522,5**	**84,**
DEMAIS PAÍSES	**105,5**	**14,6%**	**143,1**	**15,2%**	**150,0**	**14,9%**	**99,1**	**15,**
TOTAL GERAL	**724,2**	**100,0%**	**944,0**	**100,0%**	**1.009,1**	**100,0%**	**621,6**	**100,**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD January 2009.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2007.

(1) Janeiro - junho.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2007(1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ mil, fob)		
Pérolas, pedras preciosas e moedas	182,4	25,0%
Açúcares e produtos de confeitaria	162,2	22,3%
Minérios, escórias e cinzas	102,4	14,0%
Cereais	80,5	11,0%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	71,4	9,8%
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados	68,4	9,4%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	16,8	2,3%
Produtos diversos das indústrias químicas	6,6	0,9%
Subtotal	**690,7**	**94,8%**
Demais Produtos	**38,2**	**5,2%**
Total Geral	**728,9**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ mil, cif)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	162,1	21,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	83,2	11,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	56,4	7,5%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	51,7	6,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	37,6	5,0%
Plásticos e suas obras	26,1	3,5%
Ferro fundido, ferro e aço	19,9	2,6%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	19,6	2,6%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	15,7	2,1%
Cereais	14,3	1,9%
Preparações à base de cereais, farinhas	11,6	1,5%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	11,4	1,5%
Produtos farmacêuticos	10,9	1,4%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	10,6	1,4%
Adubos e fertilizantes	10,2	1,4%
Sabões, agentes orgânicos de superfície	9,0	1,2%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	8,2	1,1%
Preparações alimentícias diversas	7,6	1,0%
Subtotal	**566,1**	**75,2%**
Demais Produtos	**186,8**	**24,8%**
Total Geral	**752,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/TC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GUIANA[1] (US$ mil)	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações (fob)	13.634	16.604	20.204	18.030	20.7
Variação em relação ao ano anterior	40,6%	21,8%	21,7%	-10,8%	15,3
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0
Importações (fob)	10	12	0	1.973	29
Variação em relação ao ano anterior	28471,4%	20,0%	-100,0%	n.a	-85,0
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0
Intercâmbio Comercial	13.644	16.616	20.204	20.003	21.08
Variação em relação ao ano anterior	40,7%	21,8%	21,6%	-1,0%	5,4
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-América do Sul	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0
Saldo Comercial	13.624	16.592	20.204	16.057	20.49

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(n.a) Não aplicável.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GUIANA[1] (US$ mil, FOB)	2008 (jan - mar)	2009 (jan - mar)
Exportações	3.822	4.71
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-2,1%	23,39
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	0,0%	0,19
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,09
Importações	23	95
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-98,8%	4043,59
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,09
Intercâmbio Comercial	3.845	5.66
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-33,2%	47,49
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - América do Sul	0,0%	0,19
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	3.799	3.76

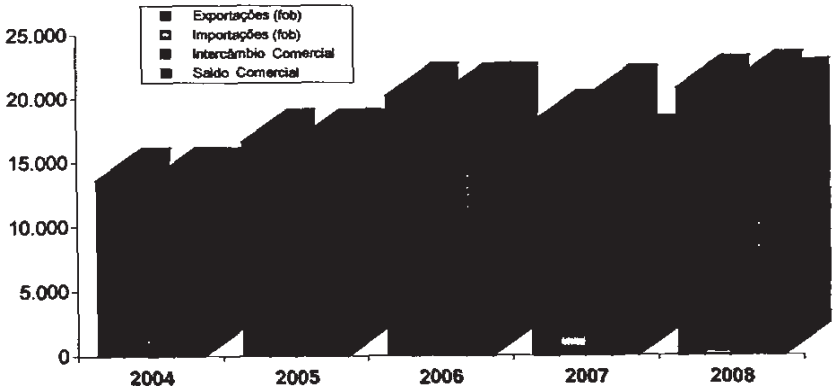
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

n.a - não aplicável.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GUIANA
2004 - 2008

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GUIANA (US$ mil - fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no to
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5.933	29,4%	5.198	28,8%	7.693	37
Outras partes de bombas para líquidos	10	0,0%	738	4,1%	1.775	8
Outras escavadoras com capacidade carga >= 19m3	2.088	10,3%	1.249	6,9%	1.313	6
Serras de corrente, de uso manual	756	3,7%	674	3,7%	882	4
Grades de discos, uso agrícola, para preparação do solo	41	0,2%	124	0,7%	628	3
Outros motores diesel/semidiesel	513	2,5%	187	1,0%	440	2
Outras ferramentas hidráulicas	282	1,4%	188	1,0%	430	2
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	1.522	7,5%	1.538	8,5%	2.053	9
Outros tratores	1.286	6,4%	1.182	6,6%	1.732	8
Produtos cerâmicos	1.144	5,7%	1.304	7,2%	1.561	7
Outros ladrilhos, etc. de cerâmica, vidrados, esmaltados	1.111	5,5%	1.223	6,8%	1.553	7
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	1.788	8,8%	1.094	6,1%	1.418	6
Calçados de borracha/plástico, com parte superior em tiras	618	3,1%	388	2,2%	617	3
Outros calçados cob.tornoz.part.sup.de borracha ou plástico	803	4,0%	382	2,1%	452	2
Outros calçados sol.ext.borr./plást.couro natural	182	0,9%	220	1,2%	223	1
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	598	3,0%	481	2,7%	1.074	5
Plásticos e suas obras	653	3,2%	432	2,4%	800	3
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	572	2,8%	460	2,6%	722	3
Produtos químicos orgânicos	262	1,3%	424	2,4%	604	2
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	428	2,1%	612	3,4%	588	2
Máquinas, aparelhos e material elétricos	562	2,8%	646	3,6%	474	2
Borracha e suas obras	296	1,5%	531	2,9%	472	2
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	249	1,2%	325	1,8%	415	2
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	10	0,0%	389	2,2%	396	1
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	236	1,2%	229	1,3%	357	1
Preparações alimentícias diversas	570	2,8%	282	1,6%	281	1
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	765	3,8%	823	4,6%	277	1
Açúcares e produtos de confeitaria	274	1,4%	242	1,3%	263	1
Ferro fundido, ferro e aço	262	1,3%	121	0,7%	179	1
Subtotal	16.124	79,8%	15.131	83,9%	19.627	9
Demais Produtos	4.080	20,2%	2.899	16,1%	1.158	1
TOTAL GERAL	20.204	100,0%	18.030	100,0%	20.785	10

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GUIANA (US$ mil- fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Ferro fundido, ferro e aço	0	0,0%	225	11,4%	231	78,3
Desperdícios e resíduos de outras ligas de aço	0	0,0%	225	11,4%	230	78,0
Minérios, escórias e cinzas	0	0,0%	96	4,9%	64	21,7
Bauxita calcinada	0	0,0%	96	4,9%	64	21,7
Cereais	0	0,0%	1.652	83,7%	0	0,0
Arroz semibranqueado, etc. não parboilizado, polido, brunido	0	0,0%	1.088	55,1%	0	0,0
Arroz ("cargo" o castanho), descascado, não parboilizado	0	0,0%	564	28,6%	0	0,0
Subtotal	0	#DIV/0!	1.973	100,0%	295	100,0
Demais Produtos	0	#DIV/0!	0	0,0%	0	0,0
TOTAL GERAL	0	#DIV/0!	1.973	100,0%	295	100,0

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - GUIANA (US$ mil - FOB)	2008 (jan-mar)	% do total	2009 (jan-mar)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.527	40,0%	1.427	30,3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	188	4,9%	659	14,0%
Plásticos e suas obras	170	4,4%	340	7,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3	0,1%	320	6,8%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	187	4,9%	317	6,7%
Produtos cerâmicos	263	6,9%	293	6,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	120	3,1%	290	6,2%
Açúcares e produtos de confeitaria	41	1,1%	155	3,3%
Tapetes, outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis	63	1,6%	146	3,1%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc	0	0,0%	124	2,6%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	267	7,0%	112	2,4%
Preparações alimentícias diversas	115	3,0%	74	1,6%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, suas partes	192	5,0%	62	1,3%
Borracha e suas obras	91	2,4%	40	0,8%
Subtotal	3.227	84,4%	4.359	92,5%
Demais Produtos	595	15,6%	355	7,5%
TOTAL GERAL	3.822	100,0%	4.714	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Ferro fundido, ferro e aço	0	0,0%	953	100,0%
Minérios, escórias e cinzas	23	100,0%	0	0,0%
Subtotal	23	100,0%	953	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	23	100,0%	953	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan - mar/2009.

Aviso nº 224 – C. Civil.

Em 16 de abril de 2009

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Gilberto Seixas de Andrade, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff –** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Pela ordem, pede a inscrição o Senador Inácio Arruda.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB peço minha inscrição.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Comunicação inadiável.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Gilvam Borges pela Liderança do PMDB.

Papaléo Paes, que ontem fez o mais brilhante pronunciamento desta Casa, mostrando o pensamento sincero de um Senador de vergonha.

V. Exª pela ordem.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, eu quero pedir minha inscrição para uma comunicação inadiável e pedir desculpas ao Senador Inácio Arruda, mas cheguei em primeiro lugar e preferiria que a inscrição fosse realmente pela ordem de chegada, porque é questão de outros compromissos. Agradeço a sua compreensão e a do Senador Inácio Arruda também, Sr. Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Dr. José Roberto providencia.

Papaléo Paes, quero aqui, de público, manifestar o orgulho de tê-lo como Senador da República. V. Exª ontem fez uma das manifestações mais sinceras e verdadeiras no Congresso Nacional durante esses momentos feios que atravessamos.

V. Exª quer falar pela ordem de inscrição, Papaléo? (Pausa.)

Comunicação inadiável.

Há oradores inscritos. Dos inscritos, sou o primeiro, mas estou na mesa.

Então, chamo pela Liderança o Senador César Borges. (Pausa.) Senador César Borges, V. Exª quer falar primeiro?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A César o que é de César, Sr. Presidente. Vamos começar por Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São parentes: Borges.

Gilvam Borges representa a Liderança do PMDB aqui, conforme documento assinado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para homenagear a vida e celebrar, com grande satisfação, mais um aniversário do ilustre amigo Senador do nosso Estado, do Amapá, e atual Presidente desta Casa, José Sarney.

Em sua sapiência, Marcus Cícero, orador, político e filósofo romano, dizia: "Os homens são como vinhos: a idade azeda os maus e apura os bons". É isso, inegavelmente, que ocorre com o Senador Sarney. Está sendo, a cada dia que passa, testado e aprovado pelo seu modo de ser e de fazer política.

Presidente do Poder Legislativo brasileiro, demonstra sua capacidade de trabalho, paciência, tolerância, cordialidade, poder transformador, coragem para implementar mudanças no comando do Congresso Nacional neste momento atribulado da vida política nacional. Vencer, com a coragem dos desbravadores, foi lição que aprendeu desde o início de sua trajetória política.

Membro do Congresso Nacional, em 1956, após travar dura batalha política no Maranhão, sem dinheiro e tradição política, despontou pelo brilho da oratória e ideias inovadoras, fazendo parte da bancada oposicionista, liderada por um grupo de notáveis, como Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, José Agripino, entre outros, obtendo o respeito e a amizade de Ulysses Guimarães, à época Presidente da Câmara dos Deputados. Desde então, a trajetória política de José Sarney está entrelaçada com a história do Brasil.

No ano de 1978 foi relator da emenda que extinguiu o famoso AI-5, poderoso instrumento do governo totalitarista. Em sua manifestação no relatório, afirmou: "Esta emenda criará instrumentos legais que deflagrarão uma ordem política e constitucional e que, por sua vez, com o decorrer do tempo, criarão poderosas estruturas democráticas". Estava certo!

O marco da construção de sua história política e da história da República Federativa do Brasil ocorreu em 15 de março de 1985 ao ser consagrado Presidente da República, assumindo a responsabilidade pela transição do período ditatorial à consolidação da democracia em nosso País.

Momento em que seu temperamento conciliador, sua moderação e coragem foram determinantes para a estabilidade política brasileira. Mas é inegável, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que a coragem do nordestino concedeu-lhe a firmeza para continuar o processo da abertura política pela qual tantas lutas foram travadas.

Sem um presidente seguro e confiável, as forças militares poderiam não ter quedado inertes e ocorrer reversibilidade no processo.

Grande equilíbrio político pessoal e a prudência dos sábios também foram fundamentais para o avan-

ço democrático, além da formação cultural como advogado e jornalista.

No Governo do Presidente Sarney, por meio de emenda constitucional, partidos políticos defensores de ideologia de esquerda, que atuavam na clandestinidade, puderam se legalizar, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PcdoB) entre outros.

Mas o item mais importante da emenda constitucional foi a convocação de uma Constituinte, para elaboração de uma nova Carta Magna, que resultou na Constituição cidadã de 1988.

O caráter do humanista ficou marcado na iniciativa e sanção de leis que causaram impacto na vida da população e que se tornaram importantes instrumentos de defesa do cidadão, bem como a criação de instituições públicas para proteção da cultura e do meio ambiente. Os avanços foram significativos com a criação do Ministério da Cultura, da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, Ibama, seguro-desemprego, vale-transporte, vale-refeição, extinção da contribuição previdenciária dos inativos e proibição de que o único imóvel residencial da família pudesse ser penhorado. O programa do leite e outros benefícios sociais civis e trabalhistas retrataram o **slogan** de seu Governo: "Tudo pelo Social".

Houve importantes avanços relacionados com os direitos da pessoa humana e proteção do patrimônio Público, tais como a Lei da Ação Civil Pública, lei contra os crimes do colarinho branco, Lei Contra o Preconceito Racial, Lei de Greve, Estatuto da Criança e do Adolescente, Código de Defesa do Consumidor, Lei Contra os Crimes contra a Ordem Econômica, direito de greve etc.

Na Presidência da República, Sarney, com visão estratégica, elaborou um conjunto de premissas para o Mercosul e projetou a ferrovia Norte-Sul, estrada da integração nacional. Democrata e humanista, realmente um termo adequado à sua história de vida política.

É autor de um espetacular acervo literário, no qual se incluem obras como **Saraminda e Amapá: A Terra Onde o Brasil Começa**, traduzidos em centenas de idiomas, projetando a cultura e o modo de nossa gente amapaense para o mundo.

Membro da Academia Brasileira de Letras, é na literatura que libera o seu interior, escrevendo histórias, ora tecendo as fantásticas teias da imaginação, ora mostrando a realidade do ser conhecedor do mundo e das experiências vivenciadas. Todos sabem fazer história, mas só os grandes sabem escrevê-la. É uma verdade sábia, aplicável à vida do meu amigo José Sarney, que continuou a escrever a sua trajetória indo até o então recém-criado Estado do Amapá, ao terminar seu mandato presidencial.

Foi o início de uma nova era para o Amapá, a história do Estado que conheceu a experiência política do ex-Presidente e que foi o ponto de partida para que uma perspectiva de desenvolvimento fosse iniciada, como escreveu o poeta, meu amigo, Osmar Júnior, em homenagem ao Senador Sarney, explicando a chegada dele no Amapá no verso: "O destino que entrelaça o Estado e o estadista, a raça do povo do Amapá". Em relação ao livro que escreveu sobre a história amapaense, imbricada com o trabalho político do Senador Sarney, o poeta continua: "Olha esse homem que escreve a vida onde começa o Brasil".

Posso afirmar que todos os avanços econômicos, estruturantes e sociais pelos quais o Amapá passou – e passa – tiveram – e têm – a significativa participação do Presidente do Senado, José Sarney. Todos nós, que trabalhamos incansavelmente para que o Amapá tenha a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do Estado, somos sabedores disso. E não se trata aqui de um mero reconhecimento político decorrente de uma homenagem, mas, sim, da constatação de uma realidade que não precisa de subterfúgios para ser mostrada, posto que é visível e presente na vida dos amapaenses.

Grandes obras não se fazem em um dia, nem se adquirem nas prateleiras de supermercados, como diz o Senador Sarney, e eu corroboro suas palavras acrescentando a necessidade de prestígio, de muito trabalho e de força política que decorrem da experiência, do respeito, do arrojo e do trânsito político e de méritos que não se adquirem em um dia, pois foram acumulados durante anos de construção, da rotina de uma vida dedicada ao Legislativo e ao Executivo brasileiros.

Mesmo com todas as atribuições e atribulações do importante cargo que ocupa, que é a Presidência do Senado Federal, Sarney acompanha, pessoalmente, as questões relevantes e o dia a dia do Amapá. Acompanhou o Ministro de Minas e Energia à assinatura da segunda fase do Programa Luz para Todos, mesmo com o pé lesionado, para garantir energia acerca de 100 mil amapaenses.

Energia do Tucuruí para o Amapá; extensão de energia até o Município do Oiapoque, que se torna uma prioridade; construção das pontes sobre o rio Jarí, ligando o rio Amapá ao Pará; e sobre o rio Oiapoque, ligando o Amapá à França, através da Guiana Francesa, que retiram o Estado do isolamento geográfico nacional e internacional. São obras em andamento, que incluem o aeroporto e a BR-156; a instalação da Zona de Processamento de Exportação – ZPE, que vai abrir espaço legal para que indústrias sejam instaladas e utilizem matéria-prima e mão de obra locais.

Fazemos questão de citar outros feitos, como a aprovação da instalação da Universidade Federal; a

alteração da frente de cidade, com construção de uma bonita orla. A instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana e, em decorrência desse fato, a instalação da Suframa, que investiu em asfaltamento, construiu o Porto de Contâiners, os balneários do Curiaú, do Araxá e a revitalização da Fazendinha e energia para São Joaquim do Pacuí. O Hospital Sarah Kubitschek, excelência em traumatologia, que atende à população amapaense. Feitos que incluem um grande trabalho em prol do funcionalismo público oriundo do ex-Território Federal do Amapá, corrigindo problemas e evitando prejuízos decorrentes das mudanças feitas.

Trabalhei e trabalho sempre junto com ele e com os Parlamentares de várias legislaturas que compõem a bancada amapaense, ao longo dos anos, por cada investimento e benefícios levados para o Amapá, acompanhando cada um desses passos. O conjunto do esforço resultou positivamente, por isso posso afirmar o mérito do esforço pessoal e comprometimento do Presidente José Sarney para a solução dos problemas do nosso querido Estado do Amapá.

Um dia desses alguém comentava que o Senador Sarney era um homem de sorte, e eu pensava que os acontecimentos políticos e ascensão não foram questão de sorte, mas um encontro da preparação e da oportunidade.

Em momentos de crise é que se verifica a capacidade do líder para ponderar e decidir, para encontrar os caminhos que correspondam às exigências do momento. Definitivamente, ter a correta visão dos fatos e saber decidir é questão de preparação e não de sorte.

Ao assumir a Presidência da República, num momento de intensa crise política, ante o falecimento de Tancredo Neves, com um grande risco de ser imposto um retrocesso político, Sarney assumiu e soube conduzir a transição democrática com a maestria dos homens preparados. Aprovações foram muitas. Mais de 11 mil greves marcaram o seu governo, mas ele não sucumbiu às tentações totalitárias que atualmente teimam em seduzir governantes latinos ou não.

A liberdade fluiu naturalmente, reinando a democracia.

Em 2009, com a mesma serenidade e preparação política, comanda a estratégica posição de Presidente do Congresso Nacional, com a responsabilidade de reformular o funcionamento de Câmara e do Senado Federal, em parceria com seu amigo Michel Temer. Sem titubear, do alto da experiência de quem, pela terceira vez, assume o encargo, segue, como os bons vinhos apurados pelo tempo, com as qualidades humanas da competência, ponderação, visão dos problemas e suas soluções. Primando pela Constituição, que ajudou a nascer, e da democracia, que ajudou a consolidar, e com a consciência da necessidade do respeito e equilíbrio entre os poderes constituídos em nosso País, o aniversariante José Sarney continua a escrever a história do Brasil.

Lembrando que cada um tem a idade do seu coração, da sua experiência e da sua fé, saúdo-o pelos seus 79 anos de vida.

Parabéns, Senador do Amapá José Sarney! Temos fé de que Deus o protegerá e o iluminará sempre. Vida longa! Que os seus 79 anos lhe sirvam de experiência. A sua colaboração definitiva para a vida e a saúde da democracia está registrada nos Anais do Congresso e do Poder Executivo.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir, como sempre venho, prestar esta homenagem. Não sou apenas um correligionário, mas também um amigo. Não sou apenas um amigo, mas também um guardião, porque homem da experiência, da humanidade, do companheirismo de José Sarney é raro. E tenho consciência de que, por muitos anos, o nosso Estado não terá um líder com a formação com que chegou José Sarney ao Amapá, em momento tão importante, no início da nossa vida constitucional.

Em 1988, recebemos pela Carta Magna a nossa emancipação, passando a Estado. E por lá tivemos a graça, as bençãos de poder receber um líder como José Sarney, com uma carreira completa, com um acervo inestimável de experiência bem-sucedida no mundo da política nacional. S. Exª tem nos ajudado e tem sido um bom amigo.

Senador Papaléo, V. Exª deseja um aparte? Tem que ser rápido, porque o Senador César Borges também quer falar.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Vou ser rápido. Quero só parabenizar V. Exª pelo belo discurso que retrata as qualidades do Presidente Sarney e a importância dele para o País, e dizer que eu também, em nome do povo amapaense, como V. Exª, temos a honra de reconhecer a grandeza do Sarney, que foi para o Amapá exatamente no momento em que mais precisávamos, no início da nossa vida política partidária, quando passamos a ser Estado. Parabéns a V. Exª. Parabéns ao Presidente Sarney, à sua família, aos seus amigos e a todos aqueles que realmente reconhecem nele um homem de que o Brasil precisou, precisa e vai precisar muito ainda.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Incorporo o aparte de V. Exª, com muita satisfação, para que, através da nossa fala, os Anais possam registrá-lo.

Senador Alvaro Dias, concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Gilvam Borges, apenas para cumprimentá-lo pela iniciativa e

desejar ao Presidente Sarney um futuro, sempre com a generosidade de Deus, para que ele possa cumprir sua missão com muita competência e com muita coragem, já que há uma tarefa importantíssima que se incumbe a ele realizar para transformar este momento de dificuldades de imagem por que passa o Congresso Nacional num tempo novo, de respeito, de respeitabilidade, de credibilidade diante da opinião pública brasileira. Esse é o nosso desejo ao Presidente Sarney. E eu não poderia deixar também de registrar a minha gratidão pelo que Sarney, como Presidente da República, fez a favor do Paraná quando governei aquele Estado. E poderia citar inúmeras realizações que pudemos desenvolver conjuntamente. Faço questão de lembrar um fato, Senador Gilvam, com a sua permissão. Um fato importantíssimo. Em determinado momento, a refinaria da Petrobras instalada no Paraná, interrompia um projeto muito importante para o meu Estado, o Projeto Xisto, alegando que não havia viabilidade econômica para o empreendimento. Fui à Petrobras como Governador e ouvi a palavra definitiva: "É irreversível, o projeto está sepultado, não há condições de viabilidade econômica para execução do projeto". Não me conformei e vim a Brasília. Chegando à noite em Brasília, fui ao Palácio da Alvorada, residência oficial do Presidente da República e expus ao Presidente o que estava ocorrendo. E Sarney me disse: não posso negar ao Paraná esse feito. No dia seguinte, o Ministro Fialho me acompanhou até o Paraná. Fomos recebidos, em festa, na cidade de São Mateus do Sul, com faixas, onde se inscrevia: "Esta chama não vai se apagar". E o Presidente Sarney garantiu a execução do projeto, que está lá hoje, promovendo o desenvolvimento da região. A Incepa, uma grande indústria cerâmica que lá se instalou, gerou empregos, aumentou a receita do Município, desenvolveu uma região pobre. E o projeto se tornou viável, sim, economicamente; extraordinariamente viável economicamente. Por isso, eu registro este fato, para destacar a importância que teve o Presidente Sarney, quando fui Governador do meu Estado, em obras muito importantes que lá realizamos, desejando ao Sarney muitas felicidades pelo seu aniversário no dia de amanhã.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Eu agradeço o aparte, Senador Alvaro. Concedo-lhe um aparte, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges, na mesma linha dos Senadores que me antecederam, quero aproveitar o discurso de V. Exª para me incorporar a essa homenagem justa que presta neste momento ao Senador José Sarney, ao ex-Presidente, hoje Senador representando o Estado do Amapá, com grandes serviços prestados à política brasileira, à administração brasileira. Quero destacar em particular um momento muito difícil por que o País passou, quando nós estávamos todos esperançosos na redemocratização. Foi a sua – eu diria – forma sempre correta de tratar e de ouvir a todos, a sua paciência, a sua sapiência adquirida ao longo de anos da vida política brasileira, que fizeram com que aquele período turbulento da transição pudesse transcorrer como transcorreu. E por isso também estamos vivendo hoje um período pleno de democracia no nosso País. Então, eu realço a participação do Presidente Sarney na construção da história democrática brasileira como talvez a sua maior obra durante sua vida pública, porque realmente foi a sua estatura de estadista que lhe permitiu passar por aqueles momentos difíceis, como disse V. Exª, para chegarmos a esta democracia estável na qual estamos aqui hoje. E quero desejar a ele e a sua família pleno êxito, sucesso e saúde. Que Deus possa abençoá-lo e a toda a sua família: D. Marly, Roseana, Zequinha Sarney e Fernando Sarney, que compõem o núcleo central da família; mas todos os outros também que compõem a sua amizade e o seu entorno político – que sei que é de muitas amizades, no Amapá, no Maranhão e em todo o País. Finalizo dizendo que a história coloca mais um desafio nas mãos do Presidente Sarney, agora, neste momento difícil para a Casa que ele preside. Todos nós temos consciência disso. E o que nós esperamos dele é que possa defender esta Casa com garra e com dignidade, porque ele tem a estatura para fazê-lo. E nós temos certeza de que ele vai fazer a defesa que esta Casa merece neste momento difícil, o qual pretendemos atravessar com galhardia, sob o comando do Presidente Sarney. Muito obrigado e parabéns ao pronunciamento de V. Exª.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte, Senador César Borges.

Para concluir, Sr. Presidente, digo que é com muita alegria e do fundo do coração que fazemos esta homenagem, que é dever do Amapá, como disse em aparte o Senador Papaléo e o disseram todos os Senadores aqui nesta tarde, para dar parabéns pelos 79 anos do Presidente Sarney.

E para concluir, quero dizer que vou mandar um dinheiro lá para o Amapá, por intermédio do Governo Federal.

Dinheiro na conta.

Ordem Bancária nº 2009OB800229

Emitente: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

Banco: Banco do Brasil

Agência: 3575 Conta: 60720

Valor: R$495 mil na conta para o Governo do Estado

Objeto: Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens – PNPE, quase R$500 mil.

E, por último, para a Prefeitura Municipal de Macapá:

Dinheiro na conta
Ordem Bancária nº 2009OB810994
Agência: 3575 Conta: 111538
Valor liberado: R$340 mil
Construção de unidade de saúde
Deus abençoe o Amapá e o Brasil.
Parabéns, Presidente Sarney!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esse foi o Senador Gilvam Borges, que, em seu pronunciamento, lembrou a todos nós e ao Brasil que amanhã, 24 de abril, é o aniversário do Presidente Sarney, quando ele fará 79 anos. Realmente ele recebeu os aplausos de vários Senadores desta Casa e os nossos pedidos que as ondas sonoras que transmitem a nossa voz, a Rádio AM e FM e a TV Senado, cheguem até aos Céus para que possamos pedir em forma de prece, de súplica: Ó Deus, Nossa Senhora e Santa Kiola – a mãe dele é uma santa –, abençoem o Presidente Sarney. Que ele continue a servir, como foi lembrado aqui, num momento difícil por que passa o Congresso Nacional, o Senado da República, que ele dirige.

Convidamos, para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador José Nery. Depois será um líder.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu sou o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas ele é o primeiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Senador Mão Santa, para pedir a V. Exª que me inscreva como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está V. Exª inscrito.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente Mão Santa, só para pedir a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Depois V. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Depois do Senador José Nery, eu falarei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador César Borges é o primeiro para comunicação inadiável. Mas o Senador José Nery está na frente, o um vem antes do dois, não é?

O Senador Valdir Raupp está fazendo um apelo para que eu seja rigoroso com o tempo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o primeiro apelo que faço a V. Exª é que seja rigoroso com o meu tempo e com o tempo de todos. Se isso acontecer, Senador Papaléo Paes, não haverá nenhum problema. Mas não quando aqui se estabelece o que eu disse, ou seja, que alguns podem falar de uma hora e meia a duas horas, seja como Líder, seja como orador inscrito. Eu estou com V. Exª, inclusive para começar cumprindo o Regimento que está em fase de discussão. Daqui a pouco teremos um novo Regimento na Casa, esperamos, com regras mais claras para serem efetivamente cumpridas.

Então, estou com V. Exª, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Nery,

o orador que o antecedeu fazia uma homenagem justa ao Presidente José Sarney, em nome de todos nós. E há o espírito da lei, que Montesquieu falou.

V. Exª pode usar da palavra.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a população brasileira assistiu, pela TV Justiça, ao bate-boca entre o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, e o Ministro Joaquim Barbosa. Em certo momento, o Ministro Joaquim Barbosa afirmou: V. Exª não está na rua, não. V. Exª está na mídia, destruindo a credibilidade do Judiciário brasileiro. É isso. V. Exª, quando se dirige a mim, não está falando com os seus capangas de Mato Grosso, Ministro Gilmar. O senhor respeite.

Descontado o clima beligerante do diálogo, o Ministro Joaquim Barbosa teve a felicidade de dizer o que muitos brasileiros gostariam de ter tido.

O Ministro Gilmar Mendes foi assessor técnico do Ministério da Justiça (1995 – 1996) e Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil (1996 – 2000). Em janeiro de 2000, foi nomeado Advogado-Geral da União. Foi justamente nesse período que nosso País presenciou a mais selvagem privatização das estatais, processo recheado de indícios de irregularidades, basta ver a enorme quantidade de ações judiciais contra esse processo.

Cada vez que estoura um escândalo envolvendo o banqueiro Daniel Dantas, reaparecem os indícios do seu enriquecimento no período das privatizações.

Assistimos a algo inusitado em nosso País: os investigadores do crime financeiro, do crime do colarinho branco estão se tornando réus. Para que isso aconteça, o Ministro Gilmar Mendes se tornou figura central.

Ele mandou libertar duas vezes o banqueiro Daniel Dantas, com agilidade assombrosa. Recriminou e pediu punição contra o Juiz Federal Fausto De Sanctis e reforçou as acusações contra o delegado Protógenes Quei-

roz. O Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal deveria salvaguardar a nossa Constituição e deixar de apoiar o que tem de mais retrógrado na política brasileira. Ataca os movimentos sociais, ataca o Legislativo, ataca as ações da Polícia Federal, tenta intimidar governadores estaduais, tudo com grande apoio da mídia conservadora. Agiu de forma parcial ao não cumprir a decisão do Ministério da Justiça mantendo preso o cidadão italiano, o preso político Cesare Battisti.

O Ministro Joaquim Barbosa, com certeza, não contará com a solidariedade de seus pares no Supremo Tribunal Federal, que preferem não questionar os abusos da Presidência daquela instituição. Mas saiba, Ministro Joaquim Barbosa, V. Exª conta com a solidariedade de todos os cidadão honestos deste País, da maioria da população que quer ver os bandidos presos, julgados e condenados, que quer ver a terra distribuída para quem precisa trabalhar, que não aceita a legalização da grilagem, que quer a imediata desapropriação das propriedades compradas pelo Daniel Dantas, no meu Estado do Pará, com dinheiro roubado do povo brasileiro. Está passando da hora desta Casa se posicionar.

O Ministro Gilmar Mendes está extrapolando as suas competências, destruindo o equilíbrio entre os Poderes e maculando a credibilidade do Supremo Tribunal Federal.

Com isso, Sr. Presidente, quero dizer que não tenho intenção de entrar nas polêmicas entre Ministros do Supremo. Porém, o fato tornado público e acompanhado por todos é merecedor da nossa atenção e da atenção do povo brasileiro, que, aos milhares, no dia de hoje, vêm manifestando suas opiniões para que o equilíbrio volte a reinar naquela Corte não só em relação aos seus atos internos, mas, sobretudo, na relação com os outros Poderes da República e no tocante, inclusive, ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo. O pacto federativo da semana passada ainda vai dar muito o que falar quando aqui apresentarmos – e acredito que serão apresentados – os questionamentos sobre as suas reais intenções.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador José Nery, estou acompanhando atentamente o pronunciamento de V. Exª e não posso deixar de manifestar uma preocupação. Veja a trajetória do Ministro Gilmar Mendes. Até agora, a conduta desse Ministro como Presidente do Supremo Tribunal Federal tem sido irretocável, sobretudo do ponto de vista de guardião das instituições do nosso País. O Estado democrático de direito só opera em toda a sua plenitude quando figuras másculas, que têm a função institucional do tamanho daquela que é enfeixada pelo Ministro Gilmar Mendes, pontificam. E o Ministro, indiscutivelmente, tem-se posicionado de forma exemplar na defesa das instituições. Eu não gostaria de enveredar-me por uma peleja que ocorreu lá no Supremo Tribunal Federal, porque acho que essa instituição, como guardiã da Constituição da República, deve merecer todo o acatamento, todo o respeito das demais instituições. Agora, me preocupa quando ocorre um entrevero desses. E me preocupa sobretudo, Senador Nery, quando um Ministro diz para o outro que ele tem que ir para a rua. Aí é que me preocupa. Na minha opinião, nobre Senador, Ministro do Supremo Tribunal não tem que ir para a rua nem ir para a mídia. Ele tem, como guardião da Constituição, que estar no Tribunal. É lá o seu lugar. Quando o Ministro se preocupa com a voz das ruas, na verdade ele está transpondo a sua condição de julgador e passando à condição de político, e é essa a preocupação que eu tenho. As instituições jurídicas têm que ser isentas, têm que julgar. Para julgar, têm que lidar com as duas partes e não com uma só. Quando a preocupação é com a mídia, quando a preocupação é com as ruas, daí surge a questão política, o interesse político, o apetite político. Eu suspeito muito daquele que se preocupa muito com as ruas e deixa de se preocupar com as instituições. Em primeiro lugar, como guardião da Constituição, o Supremo tem que se preocupar é com a preservação da ordem democrática, tem que preservar a liberdade, o equilíbrio dos poderes. Quem tem que ir para as ruas é V. Exª, eu; todos aqueles que têm mandato eletivo têm que estar atentos às ruas, mas quem tem a função de julgar tem que estar atento à lei, tem que estar atento ao tribunal, tem que estar atento a sua função jurisdicional.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço o aparte ao Senador Valter Pereira, mas gostaria de dizer que, quando o Ministro Joaquim Barbosa disse para o Ministro Gilmar Mendes "escute as ruas", aí foi o Ministro Gilmar Mendes quem afirmou, Senador Valter Pereira: "eu estou nas ruas". Foi isto que disse o Ministro, foi a resposta do Ministro Gilmar Mendes: "eu estou nas ruas". E, aí, retrucou o Ministro Joaquim Barbosa: "V. Exª não está na rua, não. V. Exª está é na mídia". E a gente sabe que isso é verdade. E a gente sabe que os posicionamentos políticos expressados pelo Ministro Gilmar Mendes têm sido muito claros e muito insistentes.

E, nesse sentido, tenho aqui a opinião de que devemos analisar, Presidente Mão Santa, de fato, o contexto daquele diálogo, para podermos ter a exata noção do que foi dito.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim e, logo em seguida, ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, veja que bom a transparência. A TV Sena-

do acompanha o debate que fizemos neste momento, como ontem, lá no Supremo Tribunal Federal, a TV Justiça deixou claro para todo o País que havia uma discordância, inclusive no mérito, que não está sendo discutido, da matéria em pauta. Sem entrar no mérito, como disse aqui o Senador Valter Pereira, do entrevero, eu só queria dizer que pauto muito minha atuação porque procuro ouvir as ruas também. Desses cerca de mil *e-mails* que eu recebo quase todos os dias, dá em torno de cinco mil por semana, quero dizer que 90% dessas correspondências cumprimentavam a posição do Ministro Joaquim Barbosa. Isso é só verificar as correspondências que estão mandando de todo o País. Perguntaram-me, já que havia um documento de apoio ao Ministro Presidente Gilmar Mendes, se não seria bom que se fizesse um documento de apoio ao Ministro Joaquim Barbosa. Eu disse que não. Como é bom ver a população espontaneamente se manifestando em todo o País, como o Congresso... O Congresso não está sendo analisado, discutido, questionado, pressionado? E tem que tomar algumas medidas, e está tomando. Por que o Judiciário não pode também mostrar o que acontece lá dentro, as divergências e quem é quem? Pode-se falar aqui, todos os dias, quem é o Presidente do Senado, quem é o Presidente da Câmara, quem é cada Deputado, quem é cada Senador. Mas alguém abre a caixa preta lá do Judiciário? Ninguém, ninguém, ninguém abre. Agora, o Ministro Joaquim foi... Pela primeira vez na história eu ouvi um Ministro com coragem de dizer: "Olha, não é bem assim. Nós estamos sendo questionados pela opinião pública". E por que o Judiciário não pode ser questionado pela opinião pública? Pode, sim. É um dos três Poderes. Transparência total! Parabéns. Cumprimento V. Exª.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Escuto com atenção o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador José Nery, parabéns a V. Exª pela forma com que traz este assunto aqui à Casa. Este assunto não deve se resumir única e exclusivamente ao entrevero que houve ontem no Supremo. Ele deve trazer a todos nós a preocupação quanto à questão dos nossos Poderes. Estamos vendo o Poder Legislativo sendo achincalhado às custas de que não se sabe. Há algum processo político por trás disso, porque, enquanto achincalham o Poder Legislativo, que é fundamental para o processo de equilíbrio democrático, deixam de lado ações terríveis, devastadoras com o dinheiro público, irresponsáveis, ações essas que o Executivo pratica, mas ninguém fala do Executivo. Ainda ontem, quando da minha fala aqui, eu disse que o Presidente da República alterou uma lei das comunicações para beneficiar uma empresa que faz pagamento para a empresa do filho dele – na hora, até errei e disse que era para a empresa do próprio Presidente; não, é para a empresa do filho dele –, e você vê isso na imprensa? Não vê. O Legislativo faz o trabalho dele, ele não tem propaganda em meio de comunicação algum, tem seu sistema aqui que não é para fazer propaganda de ninguém, é para falar sobre a nossa Instituição. E ontem nós vimos a repercussão que se dá àquele processo que deveria, de uma forma responsável, não ter tido a repercussão que teve. Por quê? Para esconder da população? Não, porque é muito grave, é muito grave isso. É a mesma coisa: eu, como médico, posso dizer a um senhor de 81 anos de idade, cardíaco – ele vai dar um tempo a mais porque falei em Medicina agora –, o filho de 30 anos de idade morre, você vai dar uma notícia assim de sopetão para ele? Não, vai prepará-lo, prepará-lo até receber aquela notícia. Então, Senador, eu vejo com preocupação isto: os nossos Poderes, principalmente o Legislativo e o Judiciário, serem massacrados, acredito até com intenções políticas. E, daqui a pouco, esse terceiro mandato que está escondido debaixo do tapete, se não der certo a candidatura da Srª Dilma, pode nascer daí, pelo desgaste que esses Poderes estão recebendo diante da população e pela popularidade pessoal do Senhor Presidente da República. Então, vejo com essa preocupação. Não devemos dar repercussão ao que houve lá de maneira para que o povo fique desacreditado em mais um Poder. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço, Senador Papaléo Paes as ponderações de V. Exª e a reflexão que nos traz. Mas, no aspecto político mais geral, eu creio que não há clima no País para qualquer tentativa de reeleição,

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) –...terceiro mandato ou coisa parecida, porque, eu creio, há uma consciência da população brasileira, especialmente do Congresso Nacional – Senado Federal e da Câmara dos Deputados – no sentido de que isso não é o melhor para o País. Portanto, qualquer tentativa de terceiro mandato – eu creio que isso já declarado pelo próprio Presidente da República – é uma página virada. Espero que assim o seja...

Mas, Sr. Presidente, queria mais dois minutinhos para encerrar. Peço a tolerância de V. Exª para comentar o pedido de afastamento do Juiz Fausto De Sanctis, da Justiça Federal de São Paulo, do comando do trabalho que vem fazendo no âmbito da Operação Satiagraha da Polícia Federal. Ocorre que um dos membros do Banco Opportunity, o seu diretor-presidente, entrou com um pedido de suspeição do magistrado, alegan-

do atuação desequilibrada e sem limites. É bom dizer que nós acreditamos em S. Exª, respaldamos e apoiamos o seu trabalho, e enviamos inclusive uma nota, um manifesto de apoio ao trabalho do Juiz De Sanctis, por sua seriedade e seu compromisso na busca da justiça e da verdade.

Também quero, Sr. Presidente, me manifestar radicalmente contrário ao pedido de intervenção federal no meu Estado do Pará, protocolado pela Confederação Nacional da Agricultura, que tem à frente a nossa colega, Senadora Kátia Abreu. Dizer, mais uma vez, que esse pedido de intervenção é um desrespeito ao povo do Pará, às nossas instituições e dizer que não aceitamos esse tipo de atitude, que, a meu ver, tem apenas o sentido de preservar o direito daqueles que grilaram terras, porque os eventos que aconteceram...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) –... esta semana no meu Estado do Pará, Sr. Presidente, eles...

Eu queria pedir aqui a isonomia com o meu querido Senador Gilvam Borges, do Amapá, que fez aqui um longo discurso de 30 minutos, Sr. Presidente, apesar de eu ter dito a V. Exª que fosse rigoroso com o tempo de todos. Eu sei que...

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – V. Exª me daria um aparte curtíssimo, de um segundo?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Se o Presidente permitir mais uns dois minutos, eu queria concluir aqui essa parte dizendo, Senador Romeu Tuma, e já lhe concedo o aparte, que o pedido de intervenção federal no Pará é descabido de legalidade; é uma atitude política impensada ou propositadamente pensada para criar embaraço ao povo, às instituições, ao Governo do Pará, ao Judiciário, ao Poder Legislativo, porque não há razão... Se fosse assim, vários Estados da Federação... Inclusive, eu clamo: nos Estados em que há mandados judiciais não cumpridos pela Justiça, não cumpridos pelos governos estaduais, que seja então pedida a intervenção federal nesses Estados.

Portanto, não é simplesmente uma realidade do Pará. Por isso, eu quero repudiar essa ação e dizer da minha solidariedade ao povo paraense que se sente agredido com essa atitude. Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Peço desculpas por interromper V. Exª no final do discurso, mas é claro que o problema da discussão ontem dos dois Ministros do Supremo nos chocou profundamente. Acho que o Ministro Marco Aurélio foi equilibrado pedindo o encerramento da sessão. Eu gostaria de dizer a V. Exª que estive com o Juiz De Sanctis, com a promotora do caso que está sob investigação, com o Ministro do Tribunal de Contas, Valmir Campelo, que está com o processo da empresa cujo pagamento ele suspendeu em parte, em razão da suspeição, ainda não comprovada,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – ... do superfaturamento. E o Juiz De Sanctis foi de uma elegância invejável no trato comigo, dando todas as informações. Já fiz um relatório preliminar ao Presidente Sarney de que não há processo contra Senador algum, e o mesmo fez a procuradora. Então, vi o respeito com que ele está trabalhando num processo delicadíssimo! Então, eu acho que tirar uma pessoa agora, depois de duas operações de grande repercussão nacional, e que está avançando com perícias externas seria, sem dúvida nenhuma, até um desalento ao Poder Judiciário, principalmente aos juízes de primeira instância. Acho que há vários protestos nesse sentido, Senador José Nery, de que o juiz deve continuar em sua missão sagrada.

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eu vou interromper para V. Exª poder encerrar.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Eu agradeço ao Senador Romeu Tuma e concedo um aparte rápido ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Nery, todos nós nos preocupamos com a forma como se conduziu ontem o áspero diálogo entre os Ministros Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa. Será importante que os Ministros do Supremo Tribunal Federal, mesmo quando em desacordo, possam refletir e tratarem-se todos com o respeito que caracterize o Supremo Tribunal Federal. Do episódio – claro – podemos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...compreender as razões que levaram o Ministro Joaquim Barbosa a se sentir ofendido para responder ao Ministro Gilmar Mendes, e este, para depois reagir. Mas é importante que, em nossas Casas, seja aqui no Senado ou lá no Supremo, as pessoas com responsabilidade ajam de maneira sempre a mais respeitosa possível para com os seus pares, ainda que dizendo com muita assertividade o seu pensamento. Eu gostaria também, nesta oportunidade, de agradecer a V. Exª por ter me dado ontem a oportunidade de ler aqui, na íntegra, ainda que tarde – a partir das 21h15min –, o parecer do professor José Affonso da Silva...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... sobre o caso Cesare Battisti, um parecer muito bem elaborado. Eu gostaria de sugerir aos diversos Senadores que se pronunciaram a respeito que conheçam esse parecer. Ainda hoje eu conversei com o Senador Demóstenes Torres e quero dizer aqui ao Senador Alvaro Dias, ao Senador Mão Santa, ao Senador Gerson Camata, a V. Exª e a todos que se pronunciaram sobre o caso, o Senador Cristovam Buarque e todos os que se interessaram, para que leiam na íntegra esse parecer aprovado pela Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço ao Senador Suplicy, e ao Senador Mão Santa pela condescendência com o tempo, dizendo que é muito importante que o Supremo Tribunal Federal possa recomeçar e retomar suas atividades num clima de diálogo e de entendimento. Mas não podemos aqui menosprezar ou fazer de conta que não aconteceu aquele fato grave ontem, o que, de certa forma, foi importante também. Não é fato que uma Casa, seja do Legislativo, seja do Judiciário, não possa então manifestar entre seus próprios membros suas opiniões.

Então, esperamos que as coisas sejam reconduzidas ao seu devido leito e, especialmente, que o Supremo cumpra a sua tarefa, como cabe ao Congresso Nacional cumprir as nossas tarefas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência apenas lembra que nós, políticos, lemos muito *O Príncipe,* de Maquiavel, mas eu gosto mesmo é de O *Pequeno Príncipe* quando diz que a linguagem é fonte de desentendimento. Entendamos isso e não esqueçamos o que disse Aristóteles: "que a coroa da Justiça brilhe mais do que a coroa dos reis, esteja mais alta do que a coroa dos santos."

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador César Borges, do PR da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, mais uma vez, e agora para ressaltar o esforço que tem realizado o Governo Federal para minimizar os efeitos econômicos e sociais da crise financeira. Essa crise que se originou no mercado financeiro americano e que rapidamente contaminou e se alastrou pelos quatro cantos do mundo.

Para evitar reduções mais drásticas da atividade econômica e um aumento acelerado do desemprego é que o Governo Federal tem se mostrado sensível e determinado diversas isenções fiscais, com as reduções das alíquotas do IPI sobre várias atividades produtivas, sobre veículos automotores, eletrodomésticos (geladeiras, fogões), material de construção civil. E nós estivemos aqui nesta tribuna para dizer que, quando há uma redução de IPI, essa medida beneficia a atividade econômica e, por outro lado, traz uma perda de receita grande para os Municípios brasileiros e para os Estados brasileiros. Pois bem, temos de elogiar a sensibilidade do Presidente da República, Presidente Lula, que, reconhecendo esse fato, anunciou medidas para compensar essas perdas.

Em primeiro lugar, ele vai recompor perdas do Fundo de Participação dos Municípios, garantindo um piso mínimo para os repasses. E que piso é esse? É o piso do ano de 2008, antes da crise e antes das medidas de isenção fiscal.

Isso significa que os Municípios irão receber, em 2009, pelo menos, o mesmo valor recebido em 2008, sem correção da inflação, que foi de R$51,3 bilhões. Seria essa a perda que vai ser corrigida pelo Governo Federal. Nesta semana, outra medida importante, o Presidente Lula anunciou a liberação de um empréstimo para os Governos estaduais de até R$4 bilhões, com juros inferiores de mercado e um ano de carência. E aí contempla a Bahia, por ter a maior população entre os Estados que participam da divisão do Fundo de Participação dos Estados, com a maior disponibilidade de recursos nessa linha de crédito, com R$376 milhões, que estarão disponibilizados para que o Governo do Estado possa utilizar esses recursos para compensar as perdas que o Estado teve em função da diminuição do IPI, para os produtos isentos, como automóveis, geladeiras, eletrodomésticos e materiais de construção.

Entretanto, Sr. Presidente, na minha obrigação de Senador da Bahia e da região Nordeste – aqui vejo o Senador Inácio Arruda, que é do Nordeste, do Ceará –, cabe-me fazer um alerta, porque há uma situação que preocupa com relação as indústrias importantes do Nordeste brasileiro, que poderão sofrer e já vêm sofrendo um tombo mais forte no Nordeste, com relação a essas indústrias que estão lá, fortes indústrias para geração de emprego e de renda e que participam, de forma expressiva, na formação do Produto Interno Bruto, da riqueza do Nordeste brasileiro. Isso porque, Sr. Presidente, existe um risco para essas unidades produtivas, que são as empresas chamadas eletrointensivas.

Eu estive aqui nesta tribuna e falei de uma delas, a ex-Alcan, hoje chamada Novelis, que está no centro industrial de Aratu, na parte do CIA-Norte, no Município de Candeias, que disse que fechará as portas, dispensando 600 trabalhadores se não for tomada uma providência que possa, em primeiro lugar, demonstrar a preocupação dos Governos Estadual e Federal com a

empresa, possibilitando a ela renegociar com a Chesf, que é praticamente a única produtora de energia elétrica do Nordeste brasileiro, dando-lhe condições de se manter aberta, uma vez que há uma crise internacional que reduziu o preço do alumínio para um terço praticamente: de US$3 mil para US$1,3 mil, a tonelada.

Pois bem. Essas empresas têm um problema, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores: elas necessitam que haja segurança para o fornecimento de energia elétrica e também para que esse preço permita a essas empresas fazer um planejamento estratégico de médio e longo prazos. Lamentavelmente, essas empresas já não estão investindo como deveriam investir por conta de que não têm essa segurança dada hoje pelo contrato existente de fornecimento de energia elétrica pela Chesf, já que elas são eletrointensivas, utilizam muita energia elétrica.

Pois bem, o que ocorre é que essas empresas foram atraídas no passado, há mais de duas, três décadas, para o Nordeste, pela disponibilidade de energia que havia na região. A produção da Chesf, Companhia Hidroelétrica do São Francisco, por intermédio das suas diversas unidades, Paulo Afonso, Xingó, Moxotó, Sobradinho, Itaparica e assim por diante, foi atraída porque havia essa disponibilidade de energia.

A premissa é que, a médio prazo, esses consumidores poderiam migrar para o mercado livre de energia elétrica. Isso foi previsto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que manteve esses contratos, e essas empresas são consumidoras cativas da Chesf. A Chesf nunca abriu mão. Eu era Governador e queríamos que fosse para a Coelba – que é a distribuidora de energia elétrica estadual, à época ainda não privatizada – a distribuição da energia para essas indústrias eletrointensivas.

No entanto, a Chesf queria continuar com esse mercado, que é um mercado importante para ela. Pois bem, em 2004, na Lei nº 10.848, deu-se a prorrogação até 31 de dezembro de 2010 para o fornecimento de energia a essas empresas. Acontece que 31 de dezembro de 2010 é daqui a um ano e pouco, Sr. Presidente. E ninguém pode projetar uma indústria e os investimentos futuros sem ter a certeza do insumo básico, fundamental para o funcionamento dessas empresas, que é a energia elétrica.

Então, esse dispositivo legal teve como base na época, o que foi discutido inclusive nesta Casa, porque originou essa Lei nº 10.848 de uma medida provisória, que seria um novo modelo setorial de energia elétrica vigente para o País, a partir exatamente desse ano, 2004, que criaria condições para expansão de geração de energia da Região Nordeste e para o adensamento da malha de sistemas de transmissão de interconexão dessa região com as Regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste.

Isso resultaria num cenário de oferta competitiva de energia de elétrica naquela região. Por isso é que foi definido o prazo de 2010.

Infelizmente, Sr. Presidente, as expectativas de mudanças no cenário do mercado de energia elétrica para o Nordeste não se concretizaram. A ampliação da oferta regional a preços competitivos não se desenvolveu nem ocorreu a esperada integração dos chamados submercados, onde se poderia comprar energia garantida de outros mercados, por exemplo, do Sudeste, para fornecer no Nordeste.

Se for feito isso, ficará uma insegurança sobre os preços que serão praticados para esse mercado do Nordeste.

O resultado é que a Chesf permanece hoje como a única ofertante de energia elétrica para essas empresas, que dependem de um grande volume de energia, que – volto a repetir – são intensivas nesse insumo. São empresas do ramo de alumínio, de siderurgia, petroquímica, química fina e processamento de materiais.

Posso citar o nome dessas empresas, Sr. Presidente, muitas delas estão na Bahia, mas estão no Nordeste brasileiro, inclusive espalhadas em diversos Estados. Eu cito o caso da Braskem, que é a maior produtora de petroquímicos brasileira e a maior da América Latina. Ela tem, lá em Camaçari, no Polo Petroquímico, a sua base industrial principal, mas também atua em Alagoas, em Maceió e na cidade de Marechal Deodoro. Há o caso da Novelis, que produz alumínios e está instalada em Candeias, na Bahia, no Centro Industrial de Aratu. Há o caso da Caraíba Metais, que é metalurgia do cobre e está instalada em Dias d'Ávila, na Bahia.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, eu lhe peço um pouco mais de compreensão para que eu possa concluir o meu pronunciamento. Agradeço-lhe desde já.

Há a Dow Química, que atua em Candeias e em Camaçari, na Bahia. Há a Ferbasa, empresa genuinamente baiana que está instalada na cidade de Pojuca e também na cidade de Campo Formoso. A Companhia Vale do Rio Doce está instalada em Simões Filho. A Gerdau está instalada, na Bahia, em Simões Filho; no Ceará, em Maracanaú; no Rio Grande do Norte, em Parnamirim; em Pernambuco, na cidade de Recife e em Igarassu; e, no Maranhão, em Bacabeira.

São empresas que têm uma importância fundamental. Por quê? Elas contribuem com mais de 7% do PIB do Nordeste e, para algumas cidades onde estão

instaladas, chegam a representar 80% do PIB local. Essas empresas respondem por 25% das exportações de toda a região Nordeste e pagam R$ 2,4 bilhões anuais em impostos, o que significa mais de um quarto de tudo o que a indústria nordestina arrecada.

E sobretudo, Sr. Presidente, essas grandes indústrias geram nove mil empregos diretos e 35 mil indiretos. Elas também viabilizam projetos sociais, tendo despendido R$230 milhões para esse fim no Nordeste brasileiro entre 2003 e 2007.

São vetores de desenvolvimento local e polos de atração de outros empreendimentos. Há a perspectiva de investimentos de até R$2 bilhões para os próximos anos, mas, viabilizados imediatamente, contribuiriam muito para o desenvolvimento industrial do Nordeste, em particular da Bahia.

A própria Companhia Hidroelétrica do São Francisco, a Chesf, também se beneficiou do relacionamento comercial com essas empresas. Esses consumidores contribuíram para viabilizar o aumento da geração de energia elétrica por meio de empréstimos compulsórios em favor da Eletrobrás, empréstimos que alcançam o montante atualizado de R$1,7 bilhão.

Além disso, essas grandes empresas garantem 48% – veja bem, Sr. Presidente – da margem de lucro da Chesf – e a Chesf é uma empresa que dá lucro, é uma estatal que dá lucro –, consumindo apenas 16% da energia comercializada. Repito: consome apenas 16% da energia comercializada, mas representa 48% da margem de lucro da Chesf. Em razão da lamentável crise financeira – iniciei este pronunciamento falando sobre essa crise que atinge todo o País e o mundo inteiro –, essas indústrias estão sofrendo perdas de receitas com a queda nos preços das *commodities* e o arrefecimento da demanda mundial.

Portanto, Sr. Presidente, a indefinição quanto à renovação dos contratos com a Chesf e a atual queda de receita abrem uma perspectiva pessimista, podendo acelerar a tomada de decisões drásticas, como o fechamento de plantas industriais no Nordeste – já citei o caso aqui da Novelis, que vê apenas horizonte de sessenta dias para fechar as portas caso alguma providência não seja tomada.

Então, o meu alerta é no sentido de que possamos nos unir – bancada do Nordeste, governadores dos Estados nordestinos da Bahia, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Alagoas, enfim, todos os que estão sob o impacto do funcionamento dessas empresas na Região Nordeste – com as autoridades federais para encontrarmos rapidamente uma solução que possa dar segurança para a operação futura dessas empresas.

Sr. Presidente, levei essa demanda ao nosso colega Senador e hoje Ministro Edison Lobão, na perspectiva de abrir um canal de negociação com o intuito principal de evitar que essas empresas encerrem as suas operações ou descontinuem os seus investimentos, o que teria efeitos negativos no Nordeste, que é, sem sombra de dúvida, a região mais frágil de todo o País neste período de crise que estamos vivendo. As empresas se comprometem a investir...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

As empresas se comprometem a investir em autoprodução de energia e necessitam de um prazo adicional nesse contrato da Chesf.

Alguns apresentam o argumento de que a Chesf tem também o prazo de validade de suas concessões vencendo em 2015, e não poderia, por isso, fazer contratos além dessa data.

A proposta, muito simples, era fazer com que essa prorrogação fosse pelo menos até o ano de 2015. Com isso, venceriam os contratos na mesma época do vencimento do prazo de validade das concessões da Chesf.

Agradeço a V. Exª pela compreensão, Sr. Presidente. V. Exª, que é do Piauí, que é um nordestino, sabe do impacto econômico dessas empresas na geração de empregos, na geração de renda. Os impostos arrecadados junto a essas empresas podem ser usados para distribuir riqueza. O que se arrecada de impostos dessas indústrias, que são empresas que contribuem maciçamente para os cofres estaduais e federais – eu já disse aqui os números –, é redistribuído sob a forma de escolas, postos de saúde, hospitais e estradas.

Deixar uma indústria dessas fechar é, efetivamente, inaceitável. A luta para que essas empresas fossem para o Nordeste, fossem para a Bahia, foi uma luta de gerações. Há mais de uma geração envolvida nesse assunto; aqui temos empresas que foram para o Nordeste na década de setenta. É inimaginável, inaceitável que essas empresas possam sofrer descontinuidade no seu funcionamento ou ameaça em seus novos investimentos, que podem gerar mais emprego e renda. Estou falando de petroquímica, de siderurgia, de metalurgia, setores importantes da nossa economia.

Portanto, Sr. Presidente, não abusando de sua paciência e agradecendo sua compreensão, quero dizer que acredito, mais uma vez, na sensibilidade do governo federal para que os contratos possam ser prorrogados e essas empresas possam continuar con-

tribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste e, em particular, da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu pediria perdão e faço a correção: o ilustre Senador não é mais do DEM, mas do PR, Partido Republicano. Não houve erro, porém, quando anunciei que V. Exª foi um dos melhores governadores da história da Bahia e do Nordeste.

Convidamos para usar da palavra, como Líder do PC do B, o Senador Inácio Arruda, que é do Estado do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inscrevi-me em nome de meu partido para fazer um breve comentário a respeito de visita que realizei no mês de fevereiro ainda. Havia me comprometido a me pronunciar, aqui neste plenário, quando confirmássemos a vinda de uma delegação colombiana ao Brasil.

Estivemos, Sr. Presidente, em nome do Senado da República e em nome do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, acompanhado pelo Sr. Valter Pomar, que é responsável pelas relações internacionais do Partido dos Trabalhadores, participando do II Congresso do Pólo Democrático Alternativo.

Trata-se de uma organização política, um partido político que é uma Ampla Frente. No Uruguai, há um partido político que se chama Frente Ampla. E, o Polo Democrático Alternativo colombiano, posso colocar como uma amplérrima frente de partidos políticos que vão desde o espectro do centro até os partidos de esquerda que atuam na Colômbia, sempre, evidente, com muitas dificuldades, fruto da situação política da Colômbia, de uma verdadeira guerra civil há mais de 50 anos naquela nação.

Então, não é algo fácil uma guerra civil que envolve o Governo, as várias guerrilhas – a mais destacada as Farc, mas há outras guerrilhas que atuam na Colômbia. Além da guerra civil que tem fundo social muito forte, você tem também os grupos paramilitares e os grupos que têm abalado várias vezes a Colômbia, quais sejam os grupos mafiosos que atuam com o tráfico de drogas, de armas, etc., naquele país – país irmão nosso, fronteiriço do Brasil.

Não há nação mais comprometida com o processo de paz colombiano do que o Brasil, que está empenhado em contribuir. Não queremos fazer nenhuma encenação de paz. Não! O Brasil quer contribuir de forma tranquila, sabendo que a sua contribuição para a paz na Colômbia ajuda toda a América do Sul.

Ali na Colômbia, nos dias 26, 27 e 28, realizou-se o II Congresso do Polo Democrático. Estivemos acompanhando as discussões junto com as lideranças do Partido Socialista, entrevistei-me com os Senadores, Deputados, com o Governador de Meta, que tinha sido sequestrado e libertado em uma das missões humanitárias da qual o Brasil participou. Conversamos com lideranças do Partido Comunista colombiano, do Partido Socialista colombiano. Conversamos com a Senadora Piedad Córdoba, do Partido Liberal, que não está dentro do Polo Democrático, mas que tem uma destacada atuação. Ela foi a articuladora do movimento Diálogos Humanitários. Esse movimento é que levou o Brasil a participar de forma ativa do processo de paz na Colômbia. A atuação dela tem merecido aplausos dentro e fora da Colômbia.

A Senadora, em uma visita que fiz juntamente com Valter Pomar à sua residência, destacou a atuação do Brasil, a atuação articulada do Itamaraty com o Secretário das Relações Internacionais do Presidente Lula, Sr. Marco Aurélio Garcia, com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, com o Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores; destacou também a atuação das Forças Armadas brasileiras no movimento de libertação dos prisioneiros que estavam com as Farc. As duas missões da qual o Brasil participou foram elogiadas por todos.

A Senadora Piedad Córdoba fez questão de registrar a atuação do Brasil, a firmeza diante das pressões para que aquele movimento não tivesse êxito. A missão brasileira foi firme, não recuou do seu propósito de ir até o fim naquela missão humanitária e, ao mesmo tempo, essa missão foi absolutamente discreta. Firmeza e discrição. Isso ajuda, isso contribui para o processo de paz naquela importante nação sul-americana, tão conturbada nos últimos anos.

Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fruto da nossa visita, convidamos para vir ao Brasil a Senadora Piedad Córdoba, que deverá chegar em nosso País na próxima segunda-feira, dia 27, para uma visita de três dias. Ficará no Brasil segunda, terça e quarta-feira e voltará na quinta-feira.

Nessa oportunidade, nós, que temos acompanhado a luta intensa do povo colombiano pela paz, vamos recebê-la aqui no Senado Federal. A Câmara Federal também irá recebê-la. Ela visitará o Presidente Sarney. Existe um conjunto de Senadores, praticamente de todas as comissões, comprometido em dar maior atenção à visita da Senadora Piedad Córdoba.

É muito importante para as relações entre os países que formam o Mercosul e o Pacto Andino, é muito importante para o esforço de integração sul-americana, a partir do Mercosul, que o Brasil desempenha, um esforço que envolve o Parlamento brasileiro através do Parlamento do Mercosul e da nossa participação

em outras instituições internacionais, como é o caso do Parlatino.

Há pouco conversei com o Senador Mercadante, que preside a comissão brasileira no Mercosul, e ele destacando a importância da visita da Senadora e pedindo o empenho para que todos nós pudéssemos recepcioná-la nessa visita a nosso Parlamento.

Conversei com o Senador Suplicy sobre a importância de sua presença e participação, ele que tem se dedicado a essa luta pela paz no mundo; Senador Pedro Simon, também conversamos em conjunto, mostrando essa visita, a importância da presença da Senadora Piedad Córdoba; Senador José Nery; Senador Cristovam Buarque, que preside a Comissão de Direitos Humanos e também é membro do Parlamento do Mercosul.

Então, Sr. Presidente, há um esforço de todos nós por esta causa humanitária que reúne, sem dúvida, Brasil e Colômbia. Nós precisamos de uma aproximação muito maior. Quem teve a oportunidade de visitar a Colômbia sabe da importância daquele país do ponto de vista cultural, do ponto de vista social, do ponto de vista econômico e do ponto de vista político para nossa integração. Por isso, Senador Suplicy, tenho a satisfação de poder dar um aparte a V. Exª, mas já agradecendo a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, com licença. Vamos aqui no espírito da lei.

O Senador que se sentiu prejudicado já veio aqui e invocou aqui o regimento e está aguardando ansiosamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos encerrar no tempo aprazado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E na lei não tem aparte como Líder. Então, V. Exª encerre, que Valter Pereira está com urgência e está aguardando.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Suplicy, eu agradeço o gesto de aparteamento feito por V. Exª e já incorporo esse gesto ao meu pronunciamento, porque tem este sentido: o sentido apelativo para que todos nós possamos contribuir neste processo de paz da nação vizinha e irmã nossa, que devemos ajudar por todos os meios.

A visita da Senadora Piedad Córdoba tem que ser motivo de alegria para nós no Senado brasileiro. Vamos buscar recebê-la de braços abertos nas comissões, nos partidos políticos. Convidaremos todos para uma atividade conjunta em uma das comissões da nossa Casa, para que ela possa se manifestar, para que ela possa falar e receber o apoio de todas a legendas partidárias do nosso Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ela será bem-vinda.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª está protegido porque está dentro do meu coração. Mas fomos acuados pela exigência do Regimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para usar da palavra, com o nosso pedido de desculpa, o Senador Valter Pereira, que é do PMDB do Mato Grosso do Sul. E hoje S. Exª já fez brilhantes intervenções, interpretando como deve se comportar a Justiça do nosso Brasil.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta semana começou com uma nova cena de violência no campo. O palco foi o recorrente Estado do Pará. O episódio exibiu para todo o País a redução de jornalistas e uma advogada à simples condição de reféns do MST.

Quem viu as cenas pela TV certamente ficou estarrecido. A área invadida mais parecia uma praça de guerra onde pipocava o tiroteio e o corre-corre. Usados como escudos humanos, os reféns ainda foram obrigados a ouvir desaforos quando alertavam seus algozes dos riscos a que estavam expostos. “Vocês que estão na frente que se virem” – foi a resposta dos raptores ao grupo dominado. Enfim, um confronto que resultou em ferimento de quase uma dezena de pessoas. Na verdade, o radicalismo de certos movimentos já vem incomodando o próprio Governo há um razoável tempo.

Desde 2002, o Supremo está apreciando o mérito de uma ação através da qual são pedidas duas punições aos movimentos:

> 1) Suspensão dos repasses de dinheiro público a essas organizações;
>
> 2) Suspensão das vistorias em fazendas suscetíveis de reforma agrária, mas invadidas.

Hoje o próprio Governo articula para que a Corte Suprema promova logo o desfecho dessa contenda. É um sinal cristalino de que até o Presidente Lula se cansou dessas diatribes. A despeito de uma biografia rica de envolvimento com o MST e com outros movimentos populares, o Presidente não esconde mais a sua reprovação aos métodos adotados. Esse novo episódio não deixa dúvida de que a violência no campo exige mais atenção e mais energia por parte do Governo e de todas as autoridades que têm função institucional para decidir.

As cenas produzidas no Pará e exibidas para todo o País não deixam dúvida: a violência do campo exige determinação por parte do Governo.

A luta de camponeses por um pedaço de chão sempre foi reconhecida como legítima por toda a sociedade brasileira. No entanto, no momento em que ela abre espaço para ações criminosas, o poder público não pode compadecer. Afinal, vivemos num Estado democrático de direito, cuja estabilidade depende da força da lei. Infelizmente é aí que tem ocorrido o maior problema. Transgressores contumazes perdem o medo porque a lei está perdendo vigor. Nosso ordenamento jurídico prevê medidas severas para quem atenta contra a liberdade e o patrimônio. A despeito disso, grupos organizados anunciam que vão demolir e botam para quebrar. Se o Governo fosse avesso à reforma agrária, a reação desses ativistas se explicaria plenamente. No entanto, o Presidente Lula tem arraigados compromissos com a reforma agrária.

É preciso que se reconheça que nunca se destinou tantos recursos para assentamentos rurais em todos os Estados brasileiros. É verdade que há graves defeitos na política fundiária, mas nada justifica o sectarismo que vem orientando esses movimentos.

A violência vem demolindo instalações e insumos, inclusive e especialmente aqueles insumos destinados às pesquisas genéticas, vêm destruindo lavouras, promovendo o roubo de gado e atacando trabalhadores. Nem prédios públicos têm sido poupados pela selvageria. Várias unidades do Incra já foram invadidas e seus servidores humilhados. Até o Ministério da Agricultura já foi depredado por indivíduos que se autointitulam lideranças, mas que agem como verdadeiros delinquentes. São incalculáveis os danos genéticos, os prejuízos materiais e o desgaste à imagem de pessoas e de instituições.

Sr. Presidente, o curioso de todo esse cenário é a cara de pau dos baderneiros: eles afrontam e agridem e depois posam de vítimas. E nessa condição, não se constrangem de lançar acusações contra vigias contratados para guarnecer propriedades. É uma inversão completa de valores, que tem gerado dúvidas sobre a eficácia das leis brasileiras.

Por nosso ordenamento jurídico, o proprietário tem o direito de defender na plenitude a sua propriedade.

Não é uma ilação de minha parte. É da lei.

Veja, Sr. Presidente, o que diz o Código Civil:

> Art. 1.210. .....
>
> § 1.: O possuidor turbado ou esbulhado poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa ou de desforço não podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse.

Apesar da lei, o que está prevalecendo é a leniência de autoridades com tais manifestações.

Quando falo em leniência de autoridades, incluo autoridades dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário – aliás, de quatro, incluindo aí o Ministério Público.

Quando o excesso de tolerância é praticado para favorecer quem anda fora da lei, quem paga o preço é a própria sociedade. Lamentavelmente, movimentos sectários têm sido agraciados com a benevolência de autoridades e da imprensa. Foi preciso usar jornalistas como escudos humanos para a imprensa enxergar, em toda sua extensão, o tamanho da truculência.

A propósito, Sr. Presidente, é de se fazer a seguinte indagação: será que a imprensa teria denunciado os vilões desse mais recente vandalismo do Pará se jornalistas não tivessem sido subjugados na condição de reféns?

É lastimável, Sr. Presidente, o que vem acontecendo em nosso País! É lastimável o que vem acontecendo no campo! O campo que precisa de paz para produzir, que tem dado uma grande contribuição para a economia do nosso País e que, infelizmente, vem sendo sacudido pela instabilidade, pela insegurança, que tem prejudicado enormemente a economia brasileira.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento, deixando a minha palavra, o meu brado como alerta, para que as autoridades que têm responsabilidade meditem sobre este momento que nós estamos vivendo, em que a insegurança, a instabilidade, tem prejudicado enormemente a imagem do Brasil e a economia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria cumprimentá-lo, primeiro, pelo pronunciamento, pela profundeza de seus conhecimentos jurídicos e, sobretudo, pela observação do tempo: exatamente dez minutos, como o regulamento prevê, e é a nota que V. Exª merece.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para usar da palavra, já que o Senador Papaléo não está no plenário, o Senador Alvaro Dias.

Alvaro Dias está inscrito como Líder. Ele não trouxe o documento, mas o Líder está ausente da Casa. Então, ele é o Vice-Líder do PSDB e representa o grandioso Estado do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é inegável o recrudesci-

mento da crise das instituições públicas do País. Não há necessidade de se abordar e enfatizar a crise existente no Parlamento brasileiro, sobretudo em razão das denúncias que eclodiram nos últimos tempos.

Ontem, houve a demonstração de que há uma crise instalada também no Supremo Tribunal Federal. A exacerbação dos ânimos revela a existência de uma crise contida no interior da Suprema Corte. Não desejo – creio não ser conveniente – estimular aquele debate. Ao contrário, devemos contribuir para minimizá-lo, já que a instituição é preciosa no Estado democrático de direito. Nela estão fincados os alicerces básicos do Estado democrático de direito e, por isso, os seus integrantes passam, e a instituição fica.

Os Ministros, como todos nós, no Parlamento, somos passageiros, transitórios, circunstanciais, substituíveis. As instituições, esta e aquela, são permanentes, definitivas, insubstituíveis, e a preservação das instituições públicas no Brasil é dever de todos os democratas, especialmente dever de todos nós que as integramos, mas, sem dúvida, dever de todos os democratas, sobretudo aqueles que são formadores de opinião.

Eu sei, Senador Mão Santa, que, quando os holofotes se voltam excessivamente sobre o Parlamento, do outro lado da rua, há escuridão. E nós não podemos, de forma alguma, conviver com a escuridão no Poder Executivo, não podemos aceitar passivamente o que ocorre nos bastidores do outro Poder. Temos que cumprir aqui o nosso dever, em que pese o constrangimento do momento em que a nossa autoridade está comprometida em razão de tantas denúncias. Mas nós temos o dever de exercitar, na plenitude, a nossa função de Parlamentares; sobretudo nos encontrando na Oposição, temos o dever de fiscalizar o Poder Executivo.

Eu trago hoje mais um requerimento de informações. Eu sei que requerimentos de informações têm sido apresentados em grande quantidade, mas eles são imprescindíveis para a tarefa fiscalizadora. Este é mais um. Trata-se de requerimento que pretende obter do Tribunal de Contas da União as seguintes informações:

> 1. recursos repassados pelo Banco do Brasil S. A. (BB), suas empresas controladas e coligadas, sob a forma de patrocínio, nas áreas cultural, esportiva, socioambiental e mercadológica, neste último caso, referente aos programas Agronegócios, Alta Renda, Atacado, Comércio Exterior, Governo, Micro e Pequenas Empresas, Jovem/Universitário e Varejo, inclusive eventos, nos anos de 2000 a 2008, e respectivas prestações de contas, discriminados por projetos;
>
> 2. recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a forma de patrocínio, na edição de publicações e na realização de eventos técnicos e culturais, nos anos de 2000 a 2008, e respectivas prestações de contas, discriminados por projetos;
>
> 3. recursos repassados pela Caixa Econômica Federal (CEF) sob a forma de patrocínio, nas áreas cultural, esportiva e socioambiental;
>
> 4. recursos repassados pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF);
>
> 5. recursos repassados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
>
> 6. recursos repassados por Furnas Centrais Elétricas;
>
> 7. recursos repassados pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e suas subsidiárias – Petrobras Distribuidora S. A. (BR); Petrobras Energía Participaciones S. A.; Petroquisa; Gaspetro; Transpetro e todas a subsidiárias da Petrobras.

Aliás, por falar em Petrobras, estou elencando os fatos determinados que justificam a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Pretendo submeter antes ao meu Partido, a Bancada do PSDB. Se a Bancada do PSDB entender conveniente, nós coletaremos as assinaturas necessárias para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os fatos determinados são significativos – na linguagem dos advogados, são fatos robustos -, que justificam a investigação. Já temos operações da Polícia Federal como Águas Profundas e Royalties. Podemos, obviamente, requerer os inquéritos já realizados pela Polícia Federal. Temos a denúncia recente de que, no final do ano, houve favorecimento de R$178 milhões a usineiros do Nordeste. Temos o superfaturamento da refinaria de petróleo em Pernambuco, já com denúncias do Tribunal de Contas da União. E temos os recursos destinados a patrocínios.

Recentemente, o Jornal **Folha de S. Paulo** apresentou denúncias sobre repasse de recursos no Estado da Bahia, através de uma ONG comandada por uma líder do PT naquele Estado, e também no Estado do Maranhão, da mesma forma, com repasses suspeitos de recursos públicos na modalidade de patrocínio de eventos. No caso, trata-se de patrocínio de festas juninas, as tradicionais festas juninas, tão interessantes e importantes para o Nordeste do País, mas que não justificam o desvio de recursos públicos através de organizações não governamentais, instaladas, certamente, com esse objetivo.

É por isso que há uma CPI no Senado Federal: a CPI das ONGs, que ontem se reuniu para ouvir depoimentos.

Lamentavelmente, há uma prática que vai se tornando usual em matéria de Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas isso não nos desobriga de instalar CPI. O depoente passa primeiro pelo Supremo Tribunal Federal, busca um *habeas corpus* para ficar em silêncio e, de posse desse *habeas corpus*, não responde às perguntas incômodas, desinteressantes sob o ponto de vista do seu próprio interesse, mas muito interessantes sob o ponto de vista da sociedade brasileira e importantes para o esclarecimento dos fatos que originaram denúncias da maior gravidade.

No caso de ontem – denúncias de propinas, de sonegação, desvio de recursos públicos, tráfico de influência –, o cidadão chega de posse de um **habeas corpus** e fica em silêncio. Lá no Piauí, ou no Paraná ou em qualquer parte deste Pais, para a população, quem cala consente. E ontem o silêncio do depoente significou consentimento em relação a denúncias da maior gravidade. E, por essa razão, o Presidente da CPI, Senador Heráclito Fortes, já determinou a elaboração de requerimento para a quebra do sigilo bancário e fiscal daquele depoente, Sr. Fábio, Presidente do IBDS, o instituto que, sem uma configuração estrutural que o qualifique como um instituto em condições de receber milhões de reais, recebe milhões de reais, com uma fragilidade estrutural de impressionar. É preciso investigar para onde vão esses milhões de reais repassados sobretudo pela Caixa Econômica Federal e outros órgãos governamentais.

Além desse depoimento, tivemos outro na mesma situação: recursos de mais de R$2 milhões do Ministério da Cultura; denúncia de mais de R$2 milhões do Ministério do Turismo e com uma aplicação no mínimo duvidosa, ensejando a suspeição de que há desvio desses recursos para finalidades escusas. E o papel da CPI das ONGs é aprofundar as investigações.

Sr. Presidente, agradeço a generosidade de V. Exª em relação ao tempo e encerro, dizendo que o Congresso Nacional tem o dever de adotar uma agenda positiva para dar a volta por cima em relação às denúncias que, lamentavelmente, explodiram com muita intensidade na mídia nacional. Para recuperarmos a imagem do Congresso, além das reformas – creio que não há tempo agora para dissecá-las, mas não podemos nos conformar apenas com a reforma da administração da Casa, a reforma administrativa –, temos de discutir, temos de debater a reforma da representação, restabelecendo o equilíbrio da representação, que desequilibrada está desde o Pacote de Abril, desequilíbrio que se aprofundou com o surgimento de novas unidades na Federação.

Esse é um debate que vale. A representação popular tem que ser autêntica e compatível com os habitantes de cada unidade da Federação. Mas esse é um debate para outra oportunidade, e eu agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª será atendido, estamos aguardando a formulação dos requerimentos, para que as instituições passem a andar na sua normalidade.

Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Neuto de Conto. Ele é do PMDB do Estado de Santa Catarina.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o Código Ambiental catarinense, sancionado no último dia 13 de abril, que levou à Lei nº 14.675, tem trazido o debate não só a Santa Catarina, mas certamente a todo Brasil.

Vou ater-me ao meu Estado, que tem somente 1,3% do território nacional, Estado que é o quinto maior produtor de alimentos e o sexto maior arrecadador do País; Estado que exporta para 186 países e que tem, na sua estrutura base, 213 mil propriedades rurais e, dessas, 186 mil propriedades são pequenas propriedades rurais, propriedades da agricultura familiar.

Venho à tribuna para dar alguns dados significativos para contestar aquilo que se falou na Imprensa, principalmente pelo Ministro Minc, quando ameaçou mandar Forças Armadas para cumprir a legislação federal.

No nosso Estado, 41% de suas propriedades, aliás de seu solo, são florestas de estado médio ou avançado, e 7% são reflorestamento. Portanto, 50% do nosso território é de florestas. As pastagens e os campos nativos ocupam 31% do nosso solo, e usamos somente 16% para produzir cereais, portanto, alimentos, e para produzir frutas como a maçã, a uva e a pera.

O Governo de Santa Catarina tem se dedicado, nos últimos 20 anos – e o sucesso do projeto acentuou-se nos últimos seis anos –, ao Projeto Microbacias. Hoje são 936 microbacias em nosso Estado, as quais estão assistidas. Encontram-se trabalhadas com um investimento de US$100 milhões, todas elas voltadas para o projeto de recuperação ambiental e de apoio à pesquisa da propriedade rural.

Eu gostaria de ler esses dados, para melhor me situar e situar os Pares desta Casa.

1) Capacitação em temas ambientais, sociais e econômicos:

– foram instruídos 96.140 agricultores; 34.399 lideranças das Associações de De-

senvolvimento das Microbacias; 7.000 técnicos; 942 dirigentes; 1.380 indígenas; 11.636 jovens rurais.

2) Educação ambiental:

– foram oferecidas 1.158 oficinas de educação ambiental; 822 eventos para troca de experiências entre as comunidades; 290 viagens educativas (excursões) de uma microbacia para outra; 3.796 escolas rurais envolvidas com atividade de educação ambiental; 860 projetos de educação executados nas escolas rurais; 233 oficinas práticas de educação ambiental para professores; mutirões comunitários para limpeza de rios e córregos, replantio de mata ciliar, controles de borrachudo, recolhimento e separação de lixo, melhoria de escolas e centros comunitários.

3) Extensão rural:

– 141.700 famílias das microbacias são assistidas pela assistência técnica, através dos técnicos facilitadores e animadores;

– 436 novos técnicos facilitadores contratados para prestar serviço de assistência técnica às famílias atendidas pelo Projeto;

– 936 planos de desenvolvimento de microbacias elaborados e reavaliados anualmente pelas famílias rurais com o apoio dos técnicos;

– 47.869 planos de assistência.

São trabalhos que o Governo de Santa Catarina está fazendo para a pequena propriedade rural, mas para atingir toda a sociedade catarinense. Um projeto que ensina a proteger as fontes, que dá lastro para todos os córregos e a proteção dos rios; um projeto que ensina o homem a trabalhar, a produzir para o meio ambiente, mas também para a área econômica.

O Governo criou também a descentralização. Sr. Presidente, foi descentralizado o Estado em 36 regiões. Hoje, todos os Municípios do Estado têm acesso asfáltico, e todas as residências rurais têm energia elétrica. Esses dois fatos são fundamentais para manter o homem no campo, para manter a família na sua propriedade com energia elétrica, com acessos asfálticos do Município e, principalmente, com a oportunidade de viver igualmente como se vive numa cidade, num grande centro.

Santa Catarina realmente construiu um código. O Código Ambiental não foi construído simplesmente pela vontade do Governador, nem da Assembléia Legislativa, porque, por dois anos, andou e percorreu todas as regiões do Estado. O Poder Executivo, o Poder Legislativo e a sociedade organizada presente discutiram, e a Assembléia aprovou por unanimidade.

Essa aprovação do projeto baseada nos dados do Estado fez com que alguns segmentos da área federal, principalmente os ambientalistas, se levantassem, dizendo que ele vem em desacordo com o Plano Nacional. Contudo, foi-se buscar primeiramente na legislação, Sr. Presidente. Nossa Constituição, no seu art. 24, diz que:

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
>
> .....
>
> V– produção e consumo;
>
> VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Se olharmos o Código Nacional, a Lei nº 4.771, em seu art. 14, também especifica, com muita clareza: "Além dos preceitos gerais a que está sujeita a utilização das florestas, o Poder Público Federal ou Estadual poderá prescrever outras normas que atendam às peculiaridades locais."

Ora, o Código catarinense está protegido pela Lei Nacional e pela própria Constituição.

A realidade brasileira não é igual. Não podemos ter uma única legislação para o meio ambiente. A realidade do Amazonas, do Mato Grosso ou do Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou Paraná são diferentes.

Nossos Estados do Sul são de pequenas propriedades rurais, são de propriedades familiares. E elas são completamente diferentes das grandes propriedades e das propriedades extensivas. Não é possível que se dê o mesmo tratamento de uma sanga ou de uma fonte que tenha um córrego de um metro de largura a um rio que tenha mil metros de largura, pois 50 metros para ambas as correntes de água não podem prevalecer, porque as realidades e os fatos são diferentes.

O que diz a defesa e as nossas reuniões permanentes com os Ministros é que não se vai mexer nas áreas consolidadas. Os campos de altitudes, as encostas terão de ser preservadas, sim, mas, nas consolidadas, onde as famílias estão trabalhando, produzindo e cultivando há mais de uma centena de anos, Sr. Presidente, elas terão de continuar a trabalhar e a produzir. E esse debate, não temos dúvida nenhuma, já está alcançando, já está saindo de nossas fronteiras. Se houver divergências, elas serão superadas pela discussão, pelo debate em nível de Brasil. E, sem dúvida nenhuma, teremos a oportunidade de produzir uma legislação brasileira como base, mas que possa ser desmembrada para que cada Estado tome as decisões que melhor lhe convier para o meio ambiente, para a área econômica e para o maior patrimônio que

nós temos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que é o ser humano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Essas foram as palavras do Senador Neuto de Conto, que representa o PMDB do Estado de Santa Catarina e mostrou as suas preocupações quanto ao código de leis de proteção do meio ambiente do seu Estado e do nosso País.

Convidamos, para usar da palavra, como Líder, o Senador Flávio Anrs, que está inscrito e tem os documentos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Flávio Arns é do Estado do Paraná e representa o Partido dos Trabalhadores.

Senador Zambiasi, V. Exª falará logo em seguida ao Senador Flávio Arns, como Líder do PTB.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Muito obrigado, era exatamente essa a minha dúvida.

Muito obrigado pelo esclarecimento, estou inscrito, então, para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de abordar alguns assuntos que foram objeto de discussão na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Aliás o Senador Cristovam já esteve também na presidência da Comissão, e os Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, Eduardo Suplicy, Efraim Morais, Neuto de Conto são membros titulares da Comissão, assim como vários Senadores aqui presentes.

Tivemos, no dia de hoje, no Ministério da Educação, o lançamento do projeto que trata da Conferência Nacional de Educação.

Quero dizer aos Senadores e Senadoras, ao público também e aos brasileiros de uma maneira geral, que é um evento da maior importância.

Antes, as conferências nacionais de educação tomavam como ponto, como objetivo, um determinado segmento da educação. Por exemplo, Conferência Nacional de Educação Básica, Conferência Nacional do Ensino Superior, Conferência Nacional da Educação Indígena, este ano, e, no ano que vem, a Conferência Nacional de Educação vai ser a conferência que vai abordar a Educação Infantil, da creche e pré-escola à pós-graduação, passando pela educação infantil, pelo ensino fundamental, pelo ensino médio, pela graduação, pela pós-graduação, pela educação profissional, pela educação continuada, pela educação da pessoa com deficiência e pela educação indígena. Será um grande evento nacional. E essa conferência nacional, que deve acontecer no mês de abril, será precedida por conferências municipais, estaduais e no Distrito Federal.

Então, é uma grande oportunidade que a população, os especialistas, as Prefeituras, os Estados e todas as entidades têm no sentido de pensar, juntos, os rumos, os desafios, os desdobramentos, os caminhos a serem seguidos pela educação em nosso País é a Conferência Nacional.

E eu dizia que a nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que tenho a honra de presidir, se envolverá de maneira direta nesse debate por meio de audiências públicas, de debates na TV Senado, na Rádio Senado, na Agência Senado, no *Jornal do Senado*, nos meios de comunicação desta Casa, que vêm prestando um serviço da mais alta qualidade; e também outras iniciativas de participação dos Senadores e Senadoras nos Estados, acompanhando as conferências municipais e estaduais, particularmente aqueles e aquelas que são membros da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Então, haverá uma abordagem sobre quatro componentes básicos: educação básica – da pré-escola ao ensino médio –, ensino superior, educação para o trabalho e também a educação continuada. Esses quatro aspectos estão estruturados em quatro eixos principais, que devem fazer parte da nossa preocupação permanente no Brasil, que são a gestão, o financiamento da educação, o recurso para a área da educação e a avaliação do processo educacional, para sabermos se a educação é de qualidade ou não; avaliação da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, o Enem, do ensino superior; e também a formação do professor. Quatro eixos fundamentais, quatro estruturas, quatro pilares: o financiamento, a gestão, a avaliação e a formação. E também de acordo com três óticas importantes a serem abordadas na Conferência Nacional. A primeira ótica é a construção de um sistema nacional articulado de educação. Construção, quer dizer, não existe ainda, precisa ser consolidado, precisa ser refletido, precisa ser criado. Construção de um sistema nacional articulado, níveis federal, estadual e municipal.

O segundo aspecto é uma avaliação, que virá junto com a Conferência Nacional de Educação, do Plano Nacional de Educação. O Brasil tem um Plano Nacional de Educação cujo prazo vence ano que vem. Foi criado, foi votado no Congresso Nacional em 2001, tem o prazo de dez anos, e todos nós no Brasil, sejamos quem formos, deputados, professores,

administradores, vamos discutir o Plano Nacional de Avaliação. E, ao mesmo tempo, não só discutir isso, mas apontar diretrizes, ações para transformar esse Plano Nacional de Educação em realidade.

Então, é um momento importante. Estive no Ministério da Educação representando o Senado Federal, particularmente a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Estava comigo a Senadora Fátima Cleide, que, junto com o Senador Cristovam Buarque, representa a Comissão de Educação no grupo de trabalho de organização da Conferência Nacional de Educação.

Então, esse é um apelo que se faz, é um debate que vai acontecer, de maneira intensa, no Senado Federal neste ano. Para isso, é necessária a participação de toda a sociedade.

Então, nós queremos, na Comissão de Educação, realizar um trabalho de qualidade. Sem dúvida alguma, esse é sempre o desejo, e tem sido assim, em conjunto com a sociedade.

Quero também destacar, Sr. Presidente, que, no dia de ontem, fizemos uma bela audiência pública para avaliação do que se chama Reuni, o programa do Ministério da Educação de reestruturação e expansão do ensino superior. Havia dúvidas por parte de estudantes em termos de vários aspectos do Reuni, como a necessidade de se ter uma assistência estudantil adequada, que preveja orçamentariamente esse apoio aos estudantes; a preocupação em termos do que se denomina de bacharelados, que vêm sendo criados no Reuni, bacharelado em artes, bacharelado em saúde, bacharelado em ciências exatas, que, de acordo com os estudantes – e eles, me parecem, têm toda a razão –, não levam a uma profissionalização do estudante, que, depois de três anos, acaba o curso e não tem uma profissão, um trabalho, apesar de ficar três anos numa instituição de ensino superior. É a preocupação dos estudantes com a qualidade, com o orçamento, com o recurso, mostrando assim a insuficiência de recursos para essa área, enfim, vários aspectos.

E, para isso, a Sesu, Secretaria de Ensino Superior da MEC, representada pelo Dr. Rodrigo, representando a Secretária Profª Drª Maria Paula, esteve presente, bem como o Presidente da Andifes, que é o Reitor da Universidade Federal de Pernambuco e que representa, como Presidente, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação, além de duas estudantes da Universidade Federal da Bahia, representando também a UNE (União Nacional dos Estudantes).

O debate foi importante, necessário. E esses debates realizados em audiências públicas podem subsidiar, de maneira vigorosa e eloquente outros debates que devem acontecer.

O apelo, Sr. Presidente, que eu faço é para que a sociedade toda acompanhe os debates da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, veja os textos, sugira, mande perguntas, sugestões, porque nós queremos contribuir, como Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para o enfrentamento dos desafios nessas três áreas tão fundamentais para o nosso povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos aplausos ao pronunciamento do Senador Flávio Arns, que também é o Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, ele apresentou as suas ações que engrandecem este Senado.

Senador Papaléo, V. Exª está sendo convidado a ser o último orador, para uma comunicação inadiável, na tribuna. V. Exª pediu pela ordem. Nós seguimos aqui a bandeira: Ordem e Progresso. V. Exª é o último orador para uma comunicação inadiável.

Papaléo é do PSDB do Amapá e enriquece este Senado e a República. É um dos homens de maior coragem e virtudes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ontem, ele deu ensinamento ao Congresso Nacional.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu sempre digo que estou aqui nesta Casa porque, quando assistia aos programas de televisão, aos jornais, aprendi a ver respeito nesta Casa. E, para esta Casa ser respeitada, ela tem que se impor ao respeito. Então, no momento em que cada um de nós não se entende no sentido de nos fazermos respeitar, ficando à mercê de qualquer um que possa tentar bagunçar esta Casa, aí realmente fica difícil.

Mas a dignidade de cada um não deve ser jogada fora, não, aqui dentro, porque, se essas pessoas estão aqui representando o povo, é exatamente porque o povo de que essas pessoas fazem parte soube escolhê-las, porque deve conhecer um por um de nós aqui.

Então, nós temos que saber que esta Casa é representante do povo, é representante dos Estados, e quem quiser avacalhar com esta Instituição tem que receber a resistência e, se for o povo, a devida explicação, caso por caso, que ache que esteja errado.

Eu sempre digo o seguinte: esse processo foi desencadeado por alguma coisinha, uma pedrinha no sapato, um preguinho cutucando o calcanhar de alguém. Houve algum problema desse tipo, porque o que nós estamos vivendo aqui, em cima das regras e direitos de Senadores, isso já tem 30, 40 anos.

Agora, infelizmente tivemos uma eleição um pouco conturbada, de disputas. Não souberam provocar esse processo todo com dignidade, com as honrarias e o respeito que esta Casa merece, e aí as consequências são essas. Mas temos que lutar, cada um de nós. E, também, não podemos ser oportunistas quando acontece um caso deste. Podemos até saber que está errado, mas devemos procurar consertar o nosso erro entre nós. Não é correto virmos aqui para esta tribuna e ficarmos ofendendo, a cada dia, esta Casa. Isso chama-se oportunismo, isso chama-se querer ficar de bem com a imprensa, isso chama-se falta de responsabilidade com o Senado Federal.

Eu não apoio qualquer tipo de falcatrua, não, mas também não vou me aproveitar de algumas denúncias aqui e fazer fuxiquinho com um e com outro para, no outro dia, estampar notícias negativas contra o Senado Federal.

Algumas pessoas dizem: "Olha Papaléo, cuidado! Cuidado. Tu sabes que tu..." Eu sou um cidadão comum como qualquer outro; sou médico. Se eu perder o meu mandato, eu tenho um salário muito bom de funcionário público. Nunca fiz fortuna com a minha profissão e poderia ter feito, pela fama e pelo respeito como médico no meu Estado. Sempre trabalhei com o serviço público. Esse salário que ganho aqui é quanto eu ganho lá, fixo, fazendo o meu trabalho normal.

Enfim, eu estou aqui representando o povo do Amapá, com a seriedade que aprendi a ter por esta Casa. Não suporto ver pessoas experientes, preparadas se aproveitarem de algumas situações denunciadas pela imprensa brasileira, que tem o dever e a obrigação de fazê-lo, mas que, sem concluir a apuração, já malham a Casa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Para quê? Para ficarem por cima com a mídia. Não! Eu quero que a mídia reconheça quem é quem. Eu quero que a mídia reconheça. Todas essas pessoas que fazem gol contra, de maneira intencional, são as mais visadas, porque as pessoas que fazem imprensa são inteligentes; os jornalistas são inteligentes. Então, eles pensam: "Ah, esse é fraco, está entregando, pensando que vai subir nas nossas costas". Vai nada! Esse vai ser o primeiro a levar pau.

Então, espero que cada um faça a defesa que esta Casa merece, assim como espero que ninguém venha para cá, para esta tribuna, para ficar acusando A, B ou C, que é pai de família, que tem amigos, que é profissional.

De repente, alguém vem para cá, condena as pessoas, e essas pessoas ficam jogadas feito entulho, escondidas da sociedade. Depois, ninguém vai reparar. Quando se abre um saco de pena e o joga lá de cima de um edifício, fica até bonito, as penas caindo. Todo mundo fica assistindo... Depois que estão no chão, fica como a cena que vimos ontem quando passamos, depois da comemoração do aniversário de Brasília: só sujeira. Ninguém se importa mais. Ninguém vem reparar o erro que se cometeu contra pessoas que não foram julgadas, mas são execradas publicamente, e execradas a ponto de um servidor desta Casa me dizer "aquele senhor que chamaram de diretor de garagem". Eu já tive vários desentendimentos com ele por eu ser murrinha sobre questão de administração. "Olha, não faça aqui, faça ali, faça acolá." Mas reconheço o homem trabalhador, sério. Ele, apesar de termos tido um grande atrito me telefonou e disse, chorando: "Senador, quero agradecer ao senhor, porque meu filho de 14 anos perguntou: 'Meu pai, o que tu estás fazendo de errado para apareceres no Jornal Nacional da maneira como foi aparecendo, trazendo vergonha para todos nós?'" Então, ele chorou agradecendo minhas palavras, porque ele gravou para mostrar para o filho.

Nós temos de ter humanismo na nossa conduta. Nós somos políticos, não deixamos de ser seres humanos! Não podemos ser oportunistas! O oportunismo é o pecado maior de todos na nossa atividade política. Nós temos de exercer nosso mandato com dignidade, com seriedade; zelar pelos votos que o povo nos deu; fazer desses votos uma maneira de melhorarmos a qualidade de vida da nossa sociedade.

Se disserem que nós ganhamos muito, vamos explicar por que um Senador ganha R$16 mil.

Ontem, me perguntaram: "Vocês ganham R$16 mil?" Eu disse: Não. Ganho R$12 mil, porque só recebo R$12 mil. O Imposto de Renda fica com o resto. "E o que o senhor diz daqueles que ganham um salário mínimo?" Digo que, lamentavelmente, a nossa sociedade é que maltrata essas pessoas que têm de viver com R$500,00 por mês – não sei como sobrevivem. Não podemos fazer esse tipo de comparação, porque isso é uma covardia, uma covardia com essas pessoas que se submetem a ganhar R$80,00, R$120,00 de Bolsa Família e são chamadas de bolsão eleitoral, eleitoreiro. Os políticos chegam lá e dizem: "Se vocês não votarem em nosso candidato, vamos acabar com a Bolsa Família".

Isso é que é covardia! Nós, aqui, estamos lutando por eles, por essas pessoas que precisam de nós! E a nossa obrigação é essa!

Não abrirei mão da minha condição de representante do meu Estado do Amapá. Não me deixarei envolver pelos *lobbies* que se fazem com os Parlamentares para deturpar a vontade da minha consciência.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Como falei ontem, no momento em que se faz essa demagogia de deixar passagem só para o Parlamentar, no momento em que se começa a limitar isso, aquilo e aquilo outro, ou o camarada, o político vai se entregar para uma empreiteira, vai vender seu voto para aguentar a sua base eleitoral – muitos fazem isso – ou não vem mais para cá. Vamos começar a selecionar como no tempo do Império, pelo dote. E aqueles que vinham para cá pelo dote representavam o povo? Hein?! Representavam o povo? Se fosse por riqueza, Paulo Paim estaria aqui? Tem riqueza de caráter; o povo quis ele aqui. Se fosse por riqueza, eu estaria aqui? Eu não estaria aqui.

Então, hoje, a possibilidade que tem o Parlamentar de ter alguma segurança material é para lhe garantir um trabalho parlamentar de forma digna, tranquila, honesta, sem se preocupar com isso ou aquilo outro.

Então, desculpem.

Senador Mão Santa, eu queria que V. Exª me desse dois minutos para que o meu instinto de médico...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já dei mais cinco, mas a única razão de eu estar aqui é garantir a palavra a V. Exª, que é um dos homens de melhor virtude que eu conheço no Congresso.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado.

Com o instinto de médico, que é de salvar vidas, não condenamos ninguém à morte, não. Nós queremos salvar vidas. E fazer justiça.

Eu quero aqui, por motivo de justiça, fazer o seguinte registro, Sr. Presidente: que se publique no **Diário do Senado** a declaração de Imposto de Renda do exercício 1997, ano-base 1996, do servidor Agaciel da Silva Maia, que entregarei à Mesa daqui a instantes. Faço por dever de justiça. Essa mesma declaração foi mostrada, fotografada e filmada, e continuam dizendo que Agaciel não a apresentou. Sabe por que faço isso, Senador? Porque você quando vai dar uma notícia coloca na primeira página aquela que você bem entender. Depois, quando você manda a correção, vai lá no rodapé, na última página, e ainda fica meio borrado ali.

A matéria que derrubou o servidor Agaciel, estatutário desta Casa, se baseou em três pontos: primeiro, que ele não tinha declarado à Receita a casa onde mora há 13 anos – e não é verdade, está aqui a declaração do Imposto de Renda de Agaciel, que comprova que a casa foi declarada à Receita Federal. Segundo, que Agaciel tinha os seus bens indisponíveis – o que também não é verdade, como comprova aqui o documento. Conforme levantamento feito pela Justiça Federal, nunca teve os seus bens indisponíveis. Terceiro, que Agaciel não tinha condições financeiras de adquirir a casa em 1996. Agora se sabe pela mídia que os auditores do Tribunal de Contas da União – eu vi essa auditoria – comprovaram ser compatível a sua renda com os seus bens.

Quando comprei a minha casa há 30 anos na Avenida Rio Grande do Norte, no Amapá, não tinha água encanada, não tinha asfalto, não tinha esgoto, não tinha nada disso; era um valor. Hoje, deve estar supervalorizada. A mesma casa, simples, classe média. Por quê? Porque já tem infraestrutura urbana. Aí as pessoas, maldosamente, podem avaliar a minha casa e dizer: "Como é que o Papaléo pode comprar esta casa aqui, que está avaliada em tanto?" Esquecem que foi comprada há 30 anos e que a melhoria urbana da localização valorizou a casa. Vamos ser coerentes! Todos estes políticos que estão aqui são seres humanos, tiveram ou têm pais, filhos, irmãos, amigos... Espera aí! Vamos respeitar!

Então, Sr. Presidente, o Diretor Agaciel foi condenado de uma maneira que chamo de cruel, sem defesa.

Ao realizar este registro sobre o Diretor Agaciel, fico com a consciência tranquila em poder dar voz a um servidor com 32 anos de Casa e que, até bem poucos dias atrás, era reputado como administrador competente e funcionário exemplar, destacando-se a criação do Sistema de Comunicação do Senado e sendo um dos responsáveis por toda a modernização pela qual esta Casa passou ao longo dos últimos 13 anos e que a coloca como um dos três Senados mais modernos do mundo.

Também solicito a V. Exª, Sr. Presidente, que se publiquem no Diário Oficial do Senado as certidões negativas emitidas hoje, do Tribunal de Contas da União e da Receita Federal, de que nada consta contra o Sr. Agaciel da Silva Maia.

Passo estes documentos às mãos de V. Exª, agradeço-lhe e quero dizer a todos os Srs. Senadores e às Srªs Senadoras: vamos avaliar a questão desta Casa no sentido de darmos condições para que qualquer um possa representar seu povo aqui. Se estão querendo selecionar esta Casa para receber só a elite, então vamos pegar, fazer uma PEC, dizer que só pode ser Senador quem tiver uma renda comprovada de 100 salários mínimos por mês, nada de passagem, nada

de cota indenizatória, e que o salário – como é pago pelo povo – seja administrado por um conselho eleito pelo povo. O Senador vai receber seu salário, vai preencher o cheque... Ele vai comprar uma geladeira, por exemplo – já com o abatimento –, preenche o cheque, manda para o conselho – o dinheiro é do povo, não é dele – e lá o conselho aprova ou não. Só assim se vai atingir o objetivo do que querem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir o Senador Papaléo Paes. Com isso, com muita convicção, tenho que afirmar...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ... que este é um dos melhores Senados da história da nossa República.

Apenas queria fazer um reparo ao pronunciamento com muita emoção, com muita verdade. É como o herói da nossa geração, Che Guevara, disse: "Se és capaz de tremer de indignação com uma injustiça ocorrida em qualquer lugar do mundo, és companheiro". V. Exª é esse nosso companheiro.

Agora, só queria fazer um reparo quando V. Exª disse que não fez riqueza. "O essencial é invisível aos olhos. Quem vê bem vê com o coração." Ninguém excede V. Exª em riqueza. V. Exª tem muita honra. V. Exª construiu um lar dos mais dignos do Amapá e do Brasil, com a Josélia e com as suas encantadoras filhas. Não foi em vão que Raimundo Zacarias e Maria Jacília lhe formaram com princípios cristãos. De V. Exª nós nos orgulhamos. Não podemos pagar por dois aloprados da Câmara Federal. Aliás, o Luiz Inácio teve razão quando disse que aquela casa tinha trezentos picaretas. Isso foi o Luiz Inácio, que lá demorou, lá conheceu, lá viveu. E fizeram gastos astronômicos. Um fez um carnaval fora de época, e não foi para desenvolver o turismo, não! Foi para desenvolver uma empresa dele e vender abadá por R$700,00, com o dinheiro do Congresso. O outro foi quarenta vezes à Europa. Mas a Câmara Federal, para tirar o samba de Luiz Inácio, trezentos picaretas, deveria punir a eles, e não a nós.

Foi uma estupidez e falta de bom-senso o que fizemos! Quer dizer, eu poderia botar uma mulher qualquer, uma mulher da vida – lá no meu Piauí, a gente chama uma mulher da vida –, e viajar com ela é válido. Agora, com a minha esposa, eu não posso. Estou proibido de viajar. Como o Papaléo ontem descreveu: se ele está doente aqui, como ele vai mandar buscar a esposa no Amapá?

Então, não tem esse negócio, não. V. Exª tem uma grande riqueza: a honra. E merece o respeito de todos nós.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, peço a palavra pela ordem para fazer uma breve e grave comunicação.

Recebi, há pouco, informações do Município de Xinguara, dando conta de que há ameaças contra a vida do Prefeito de Xinguara, Davi Passos, que vem recebendo ameaças de morte pelo telefone nos últimos dois dias, em razão da sua atuação naquela região, sobretudo em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, principalmente no conflito ocorrido no Pará, na última sexta-feira.

Em razão do ocorrido, Sr. Presidente, queremos, neste momento, nos dirigir à Governadora Ana Júlia, do Estado do Pará, no sentido de solicitar-lhe segurança para o Prefeito Davi Passos, proteção à sua vida, porque, no Pará, infelizmente, muitas dessas ameaças, ao longo dos últimos anos, têm se concretizado. Para que não tenhamos mais uma vida ceifada nesses graves conflitos agrários que se arrastam em nosso querido Estado, nós, então, queremos pedir providências.

Sabemos que a polícia já está investigando os fatos que estou aqui denunciando. Mas creio que uma medida importante de proteção à vida deve ser disponibilizada pelo Estado, por parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará; um efetivo que possa garantir, nestes dias em que o conflito está bastante acirrado, como conhece V. Exª, para que não tenhamos que enterrar mais uma vítima, mais um lutador do povo, porque isso significa o trabalho e a luta do Prefeito Davi Passos.

Ademais, Sr. Presidente, apoiar de forma muito clara a Operação Desarmamento, que a Secretaria de Segurança Pública realiza agora nas regiões sul e sudeste do Pará. Espero, sim, que sejam desarmados todos os capangas das fazendas. Todos aqueles que estão lá dizendo que são seguranças da fazenda, na verdade, são, muitos deles, pistoleiros a serviço do latifúndio.

Sr. Presidente, são essas as denúncias graves que eu queria apresentar ao Plenário nesta tarde. Peço providências imediatas ao Governo do Estado do Pará. Além da investigação em relação às ameaças sofridas pelo Prefeito Davi, peço proteção e segurança para que não tenhamos, daqui a alguns dias, daqui a algumas horas, mais uma vítima, mais um assassinato em nosso Estado.

Agradeço a V. Exª e espero providências imediatas das autoridades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Cristovam Buarque, por cessão do Senador Romeu Tuma.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho falar de duas coisas antigas. Sei que hoje em dia só se fala nas coisas de hoje. Uma não tão antiga porque diz respeito à minha infância; outra mais antiga porque diz respeito ao tempo ainda da escravidão.

No que diz respeito ao primeiro tempo antigo, eu quero dizer que quando eu era garoto, meu pai tentou me matricular numa escola pública e não conseguiu. Porque disseram que para entrar naquelas escolas pública era preciso, Senador Eurípedes, ser filho de alguém com prestígio: era preciso ser filho de Deputado, filho de Senador, filho de Governador, de Prefeito. Além disso, era preciso ter carro. Porque eram muito poucas, raríssimas as escolas públicas e, ao redor de minha casa, não tinha nenhuma. Senador Duque, isso não faz tantos anos assim; vamos dizer, cinquenta anos atrás.

Hoje, é o contrário. Hoje, o que o SBT mostrou, num programa de televisão, é que filho de quem tem alguma importância não vai para a escola pública. O que mudou tão radicalmente, no Brasil, e por quê? Nós dizemos que o Brasil melhorou. Que melhora é essa, que antigamente para entrar na escola pública tinha que ser filho de alguém com prestígio? Agora, filho de quem tem prestígio não entra na escola pública? Não melhorou este País. Pelo menos, no ponto central que caracteriza a formação de uma sociedade republicana – que a escola é igual para todos – não melhorou; ao contrário, piorou. Por falta dessa influência – o meu pai foi um pequeno representante comercial –, eu fui estudar naquelas escolas em que a gente conseguia – escolas de padres; escolas dos Irmãos Maristas –, onde a gente podia estudar quase que de graça, porque os professores não recebiam salários, não tinham famílias, moravam lá, no Colégio São Luís; eram todos eles religiosos; não havia pagamento de aluguel do prédio, nem pagava-se imposto.

Na verdade, além da boa educação que me deram, eles tinham um trabalho de proselitismo religioso. Por isso, tantos foram ser seminaristas, porque não tinham prestígio, seus pais, para colocá-los no Colégio Pedro II, por exemplo, no caso do Rio de Janeiro, ou uns dois ou três que tínhamos em Recife naquela época. Hoje, é o contrário. Hoje, Senador Paim, filho de quem tem prestígio não entra na escola pública, vai para a escola particular.

Essa é a primeira reflexão sobre o passado de cinquenta anos atrás. Mudamos, de um tempo em que para entrar na escola pública era preciso ser filho de alguém com prestígio, tinha que ter um pistolão, como se dizia na época – não sei se ainda se fala assim –, para um tempo em que, ao contrário, se considera absurda a ideia de que alguém filho de quem tem prestígio, ou de quem tem dinheiro, possa entrar na escola pública ou ficar na escola pública. Falo isso com base na matéria do SBT, sobre este assunto.

E a segunda reflexão do passado que faço é mais antiga. Quando, mais ou menos aí por 1860, este País começou pela primeira vez a falar em Abolição da Escravatura, foi chamada de demagogia a posição de Joaquim Nabuco. Joaquim Nabuco foi chamado de demagogo, Senador Eurípides, porque ele defendia a Abolição da Escravatura. E era natural que fosse; 400 anos de costume da escravidão.

Era demagogia naquele momento dizer que os negros teriam o mesmo direito que os brancos. Era demagogia naquele tempo dizer que uma pessoa poderia ser liberada e deixar a agricultura abandonada. E mais que isso, dizia-se que a Abolição da Escravatura tirava a liberdade do senhor de engenho ter um escravo que ele comprou, como ele dizia, com o dinheiro que acumulou na vida. E não esqueçamos que não eram só os grandes proprietários que tinham escravos. Havia famílias que tinham um escravo, dois escravos. Viúvas que herdavam o escravo e alugavam o escravo para que o escravo trabalhasse para outra família, e o dinheiro vinha para aquela família que era proprietária.

Pois bem, cento e tantos anos depois, a ideia que está hoje no Congresso com um projeto de lei em andamento de que seria falta de decoro para alguém na vida pública ter seus filhos na escola privada, por isso seria obrigatório ter seus filhos na escola pública, isso, no próprio programa do SBT, foi colocado como demagogia.

Demagogia? O óbvio virou demagogia no Brasil. E olhe que se eu tivesse dizendo que esse projeto de lei era para a partir de amanhã, como foi a Abolição da Escravatura, dia 13 de maio: a partir de hoje está abolida a escravatura, eu até diria: é demagogia, sim! Veja como eu sou conservador, porque eu acho que deveria ser a partir de já. Mas não é.

O projeto de lei diz: sete anos depois que a lei for sancionada. Onde que é possível a gente ver num País, que se diz uma República, onde a ideia dos Parlamentares, dos Governadores, dos Prefeitos terem seus filhos na escola pública, daqui a sete anos, ser vista como demagógica?

E nós achamos que demos um grande passo quando fizemos a Abolição da Escravatura. A verda-

de é que demos um grande passo do ponto de vista da liberdade dos escravos, mas não demos ainda um grande passo do ponto de vista da mentalidade da elite brasileira, que apenas chegou à conclusão que naquela época era caro demais manter um escravo, que era preciso comprá-lo, e eles estavam sobrando no mercado. Como são nossos desempregados de hoje: não precisa comprar, basta pagar uma ninharia por mês. A gente achava que estava fazendo a revolução. Quando a revolução, já dizia o próprio Joaquim Nabuco, era colocar o filho do escravo na mesma escola do filho do senhor do escravo, era colocar os filhos dos negros na mesma escola dos filhos dos brancos. Mas isso era demagogia. E o pior é que até hoje a gente não conseguiu cumprir esse sonho do velho Joaquim Nabuco, que no próximo ano já vai fazer 100 anos de sua morte.

Eu fico feliz que o sistema SBT tenha colocado essa matéria no noticiário, noticiário local, só de Brasília, não sei por quê. Mas eu quero dizer que esse debate tem que ser feito de uma maneira mais profunda.

Não defendo que essa lei seja aprovada sem uma audiência pública, ou duas, ou três, ou dez. Está na hora da gente discutir como é que completamos a Abolição, Senador Raupp, está na hora; 121 anos vamos comemorar no próximo mês, dia 13 de maio, a Abolição e não a completamos.

Vamos falar com franqueza. A Princesa Isabel não teve tempo de completar, porque eu acho até que se a gente tivesse mantido a Monarquia – e não venham dizer que eu defendo a Monarquia, do mesmo jeito que passaram a dizer que eu defendia fechar o Congresso. Não defendo não. Sou republicano. Mas do mesmo jeito que eu disse aquilo, que eu quero abrir o Congresso, eu hoje digo: É preciso completar a República, 120 anos passados – aliás, nós estamos fazendo este ano, no dia 15 de novembro. Não há como completar a República enquanto houver escola para os filhos dos eleitos diferente da escola dos filhos dos eleitores. Isso é o obvio!

O que se pode discutir é quando é que se vai fazer isso. Aí eu volto para o tempo passado. Todos diziam que eram a favor da Abolição da Escravatura. Mas todos diziam: não é tempo ainda. Se fizermos agora desarticularemos a agricultura, a economia vai pagar um alto preço e tiraremos a liberdade de o senhor de escravo ter o escravo.

As liberdades, todas elas, devem existir à medida que não ferem a liberdade do outro. Alguns dizem: mas uma lei dessas não pode ser feita, porque tira a liberdade de qualquer pessoa colocar seu filho na escola que quer. Mas todos têm essa liberdade, só que então precisam dizer que não querem ser Parlamentar. Quando você nasce não é obrigado a ser Parlamentar. Nós, quando assumimos um cargo de Parlamentar, assumimos algumas obrigações. Estar aqui, por exemplo, nesta tarde; estar com os holofotes em cima da gente, olhando cada errinho que cometemos. Isso é uma obrigação nossa, mesmo que doa em cada um de nós. Apenas acrescentaríamos mais uma: sendo eleito, seus filhos estudarão numa escola pública, daqui a sete anos.

Ainda temos sete anos para fazer com que a nossa escola fique igual à escola do povo. Isso é considerado demagogia do mesmo jeito que a Abolição da Escravatura, entre os anos 60 e 88; ou seja, mais de 20 anos, quase 30, foi considerada demagogia, foi considerada impossível, foi considerada como um gesto que queria apenas fazer com que alguns Parlamentares, como Joaquim Nabuco, ficassem bem com os pobres escravos. Ele não estava propondo aquilo que se dizia para valer, porque isso era impossível. Eu acho que era mais impossível, sim, abolir a escravatura do que hoje termos escola igual para todos. E comecemos por esse projeto de lei.

A escola igual ainda não é para todos, mas que pelo menos aqueles que se submetem a uma eleição para representar o povo tenham seus filhos na escola do povo.

Esse projeto merece mais respeito, esse projeto também não deve ser aprovado de maneira leviana e rápida. Façamos audiências públicas, façamos debates, convidemos pessoas, analisemos esse lado da liberdade, analisemos as consequências disso sobre a escola, mas tratemos com a seriedade que esse projeto merece da mesma maneira que merecia, há 120 anos, 140 ou 160 anos, a ideia da Abolição da Escravatura. Por mais absurda que fosse essa ideia naquela época, ela merecia ser debatida. E foi graças à persistência e à teimosia de pessoas como Joaquim Nabuco que aquela demagogia, que aquele absurdo da Abolição da Escravatura para a maioria da população terminou um dia virando realidade, embora uma realidade ainda incompleta.

Vamos completar, está em nossas mãos isso, vamos debater antes se quisermos, mas não deixemos de tratar com seriedade um projeto que visa fazer o óbvio: a escola do filho do eleito igual à escola do filho do seu eleitor. Acho que esse deveria ser o *slogan* desta Casa. Vamos levar adiante pelo menos o debate e se tivermos coragem digamos ao povo: não, vocês vão ter uma escola ruim e nós vamos ter uma escola boa. Que tenha coragem se alguém pensar isso, mas não diga que é demagogia, até porque os outros países já fizeram ou estão fazendo.

Há pouco, Senador Valdir Raupp, e não quero tomar mais tempo porque sei que V. Exª é o próximo

a falar, uma ministra na Inglaterra foi penalizada publicamente, criticada, porque descobriram que o filho dela estudava em uma escola particular. Ela não era nem a Ministra da Educação. Era uma simples ministra. Mas acharam que isso era um absurdo. E olha que lá é uma Monarquia. Não é uma República, mas é mais republicana a Inglaterra do ponto de vista social, embora não do ponto de vista político, que o Brasil, que tem na política uma república e na sociedade uma aristocracia separada da plebe; e a ponte que transforma aristocracia e plebe em um povo unido é a escola. Vamos começar entre nós. Se alguém acha que isso é demagogia, vou continuar insistindo; se alguém acha que isso é impossível, vou continuar insistindo; se alguém acha que isso é ridículo, vou continuar insistindo, porque outros no passado já insistiram em coisas que eram ridículas, que pareciam demagogia, que pareciam impossíveis, mas que terminaram se realizando, como, por exemplo, as eleições diretas para Presidente, a anistia para presos políticos e exilados, e Abolição da Escravatura.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos ao Senador Cristovam Buarque, que falou sobre a problemática da educação no nosso País.

Convidamos, e estamos alternando, o Líder Sérgio Zambiasi e, depois, como orador inscrito, o Senador Valdir Raupp, por cessão do Senador Flexa Ribeiro

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa, Colegas Senadoras e Senadores, Senador Paulo Paim, naquelas terras protegidas pelo delta do Guaíba, Senador Paim, nascia, no século XVIII, a futura capital de todos nós, gaúchos. A partir daí, gerações fizeram de Porto Alegre e seu entorno ponto de convergência social e econômica do nosso amado Rio Grande.

Hoje, somos milhões. Ocupamos as vias de acesso num ir e vir cada vez mais frenético, resultando numa difícil equação: garantir a mobilidade urbana.

Poderiam os nossos antepassados supor tal estrangulamento rodoviário no século XXI? Que chegaria o tempo em que a Grande Porto Alegre teria as suas artérias obstruídas? Parece já não haver horários normais de trânsito.

O Senador Paim mora em Canoas; eu, em Porto Alegre. Muitas vezes, para fazer os dez, quinze quilômetros que nos separam, toma-se uma hora ou mais, dependendo das circunstâncias. Parece já não haver horários normais no trânsito.

O cotidiano? Engarrafamentos, acidentes, mortes, prejuízos de toda ordem. Como exemplo, os 130 mil veículos/dia na BR-116, Porto Alegre-Vale dos Sinos, tornando-a a mais movimentada e perigosa do Rio Grande do Sul.

Felizmente, a mobilização da bancada gaúcha, os nossos 31 Deputados e os três Senadores – eu, o Senador Paulo Paim e o Senador Pedro Simon –, junto ao Governo Federal começa a reverter tal problemática. A nossa Ministra Dilma Rousseff, que, dá para se dizer, consolidou a sua vida política no Rio Grande do Sul, é aquela mineira com o espírito gaúcho e que tem a admiração de todos nós por seu trabalho, por sua forma de agir, pelo Brasil e pelo Rio Grande, e conhecedora dessa realidade, porque lá trabalhou durante tantos anos, foi absolutamente sensível aos argumentos de todos nós parlamentares gaúchos.

E a partir de muitas reuniões, com o Governo Federal, com a Ministra Dilma Rousseff, foram disponibilizados R$700 milhões para o Trensurb estender sua linha até Novo Hamburgo e os trabalhos já começaram; R$400 milhões para duplicação da BR-290 até Pantano Grande, e R$800 milhões para a Rodovia do Parque, cujos 22 km comportarão 55 mil automóveis e caminhões por dia, desafogando em quase 50% a BR-116 nos seus principais gargalos: Sapucaia do Sul, Esteio, Canoas e Porto Alegre.

E, para satisfação de todos nós gaúchos, a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, autorizou, hoje pela manhã, em Porto Alegre, a publicação do edital para a construção dessa rodovia alternativa, a nova BR-448, que vai melhorar a mobilidade do trânsito numa das áreas – como já disse – mais conflagradas da grande Porto Alegre, que são exatamente esses 22 quilômetros que separam a capital gaúcha do Vale do Rio dos Sinos.

Destaque-se, outrossim, a agilidade com que o Governo Yeda Crusius liberou a licença ambiental prévia, viabilizando a publicação do edital de execução das obras, mostrando com isso como a união de diferentes forças políticas pode dar grandes resultados na luta pelo desenvolvimento regional.

O Governo Federal acolheu a demanda, estabeleceu orçamento, publicou o edital; o Governo do Estado agilizou a liberação ambiental; e a obra, que parecia quase impossível logo ali atrás, já tem perspectiva de acontecer logo ali na frente.

Durante a prestação de contas das obras do PAC no Rio Grande do Sul, na sede da Caixa Federal em Porto Alegre, hoje pela manhã, a Ministra Dilma também anunciou que o Governo Federal ampliou os investimentos do Programa no Estado dos cerca de R$20 bilhões previstos para mais de R$30 bilhões, dos quais R$23 bilhões deverão ser aplicados até o ano que vem. Essa medida mostra que o PAC é um dos instrumentos

de maior importância para combater a crise, ao gerar emprego, desenvolvimento e inclusão social.

Dilma, o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, e o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, falaram sobre várias obras: concluídas, em andamento e que ainda serão iniciadas em várias áreas.

O Ministro Nascimento se comprometeu a concluir a nova ponte do Guaíba até 2010. A atual ponte já tem 50 anos e sua história foi contada aqui desta tribuna, inclusive foi relatado um acidente que ocorreu com um barco, abalando sua estrutura e deixando o perigo de Porto Alegre isolar-se da metade sul do Rio Grande do Sul. Essa ponte, um dos cartões postais de Porto Alegre, foi construída com uma parte móvel, para dar vazão ao tráfego de navios de grande porte que chegam à cidade, provocando mais de quinhentos içamentos anuais, com graves problemas para o fluxo do trânsito entre a capital do Estado, o porto de Rio Grande e as fronteiras com a Argentina e com o Uruguai.

Essa obra é de vital importância porque, na medida em que for construída a rodovia do PAC, surgirá um novo anel rodoviário no que nós chamamos de *freeway*, a BR – 290, que nos leva ao litoral gaúcho e, do litoral, acompanhamos a BR – 101 até o Nordeste brasileiro. Esse anel, junto às margens do rio Guaíba, ali ao lado, onde será construída, inclusive, Senador Paulo Paim, a Arena do Grêmio, dará uma nova organização urbana e de trânsito numa região complicada de Porto Alegre. É por isso que a chegada da BR – 448, a rodovia do PAC, exige a construção da segunda ponte do rio Guaíba, Senador Valdir Raupp. A família de V. Exª está morando no Rio Grande do Sul, e V. Exª sabe bem do que nós estamos falando aqui. Hoje, a ponte do rio Guaíba tem um movimento médio de 35 mil veículos/dia. Uma paralisação impediria, por exemplo, que os navios que fornecem gás de cozinha para a metade do Estado não pudessem abastecer os postos da Petrobras, ali, às margens do rio Gravataí. Seria um caos inimaginável. Para se sair de Porto Alegre e ir à cidade de Guaíba, que fica a 30 quilômetros, teríamos que fazer, entre ida e volta, 260 quilômetros. As viagens ao Porto do Rio Grande exigiriam uma estrutura impensável.

Então, eu acho que a decisão da Ministra Dilma Rousseff, lá atrás, quando autorizou os estudos que agora foram referendados pelo Ministro Nascimento, dão um novo alento para o desenvolvimento, a partir do outro lado do Guaíba – Eldorado do Sul, Guaíba, Barra do Ribeiro, Pântano Grande –, ambos os lados, o que vai à fronteira com a Argentina, o que vai à fronteira com o Uruguai, a BR – 116, que nos leva até o Porto de Rio Grande. Foi um fato realmente marcante.

Já o Ministro Tarso Genro garantiu que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania não será afetado pela redução no orçamento pelo Ministério da Justiça.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci é uma iniciativa pioneira, que reúne ações de prevenção, controle e repressão da violência, com atuação focada nas raízes sócio-culturais do crime. Articula programas de segurança pública com políticas sociais já desenvolvidas pelo Governo Federal, sem abrir mão das estratégias de controle e repressão qualificada à criminalidade.

As ações desenvolvidas pelo Pronasci seguem ainda as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Segurança Pública, cujo eixo central é a articulação entre União, Estados e Municípios para o combate ao crime.

Semana passada, Senador Paim, tivemos a oportunidade de fazer alguns debates a respeito de uma verdadeira praga que assola praticamente todas as principais regiões metropolitanas do Brasil, mas que chega já a pequenas comunidades do interior, que é o *crack.*

Acredito que, com o Pronasci efetivamente implantado, com seus programas em ação, com todos os seus programas-alvo estabelecidos, agora projetados, teremos uma redução enorme em relação ao consumo de drogas, dando aos jovens novas oportunidades.

O Pronasci, além dos profissionais do sistema de segurança pública, tem como público-alvo jovens de 15 a 24 anos que estão à beira da criminalidade ou já em conflito com a lei. O objetivo é a inclusão e o acompanhamento do jovem em um percurso social e formativo que lhe permita o resgate da cidadania.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Composto por 94 ações, o Pronasci trabalha com estes objetivos: modernização do sistema de segurança pública e valorização dos seus profissionais e reestruturação do sistema prisional; ressocialização de jovens com penas restritivas de liberdade e egressos do sistema prisional; inclusão do jovem em situação infracional ou criminal nas políticas sociais do Governo.

Ou seja, vamos resgatar jovens que ficam esquecidos nas periferias, muitas vezes amontoados em paradas de ônibus, em locais a lei não os alcança e, em consequência, tornam-se soldados dos traficantes, soldados do crime. É para esses jovens que o Ministro Tarso Genro olhou, é para as mães desses jovens, que muitas vezes se sentem impotentes, que muitas vezes não sabem para quem apelar. Foi para isso que

o Pronasci surgiu, por meio da competente equipe do nosso Ministro Tarso Genro.

Outros objetivos do Pronasci são o enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado; a promoção dos direitos humanos, considerando as questões de gênero, étnicas, raciais, de orientação sexual e diversidade cultural; recuperação dos espaços públicos degradados por meio de medidas de urbanização.

E aqui entra o Ministério do Esporte como parceiro. A parceria do Ministério da Justiça com o Ministério do Esporte é fundamental, porque vai construir praças de cidadanias, praças de paz, praças de inclusão social.

No momento em que a sociedade clama por ações mais efetivas quanto à segurança pública, o Pronasci, idealizado pelo Ministro Tarso Genro e sua competente equipe, torna-se um instrumento...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – ...revolucionário e transformador, realmente, Senador Paim, para alcançar tais objetivos.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Essas foram as palavras do Líder do PTB do Estado do Rio Grande do Sul, Senador Sérgio Zambiasi, trazendo as ações da Ministra Dilma Rousseff e dos Ministros Tarso Genro e Orlando Silva, do Estado do Rio Grande do Sul.

Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, por cessão do Senador Flexa Ribeiro, o Senador Valdir Raupp.

O Senador Valdir Raupp é do PMDB de Rondônia e foi o último Líder desse Partido. A ele devemos o crescimento do PMDB em todo o País.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, trago a esta tribuna a alegria do povo de uma região sofrida do meu Estado de Rondônia. Eu falo, Sr. Presidente, da região do Vale do Guaporé, que é cortada pela BR-429. Esta BR, depois de mais de 25 anos de implantação, começa agora a ser pavimentada, a ser asfaltada. Uma luta da Deputada Federal Marinha Raupp, já há 15 anos na Câmara dos Deputados, no quarto mandato como Deputada Federal, lutando pela pavimentação daquela BR.

Hoje, exatamente hoje, foi assinada a ordem de serviço no Dnit nacional dos primeiros 105 quilômetros de extensão, entrando no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. E eu espero que, até o final do ano, o restante desta obra seja incluído também no PAC. Já que há muitas obras paralisadas, já que o dinheiro do PAC não está sendo talvez nem 50% aplicado, por que não colocar essa obra, que já está licitada, licenciada e contratada, toda no Programa de Aceleração do Crescimento? As cidades beneficiadas serão: São Miguel do Guaporé, Alvorada d'Oeste, Seringueiras, São Francisco e Costa Marques, bem como os distritos de Terra Boa e São Domingos.

Parabéns à Deputada Marinha Raupp e ao povo da BR-429 por essa grande conquista!

O mesmo, Sr. Presidente, não posso dizer de algumas obras na BR-364, no Estado de Rondônia. E falo aqui de dois viadutos iniciados há mais de três anos na cidade de Pimenta Bueno. Por problema de projeto e de falhas técnicas, o Dnit teve que cancelar o contrato antigo e fazer uma nova licitação, e a população está amargando. O povo da cidade, os comerciantes, os empresários, toda a população de Pimenta Bueno sofre com essa obra paralisada. E eu clamo aqui hoje, da tribuna do Senado, ao Ministro dos Transportes, ao Diretor-Geral do Dnit e ao Diretor da Unit de Rondônia que acelere esse processo.

Eu sei que já foi iniciada a nova licitação. Faltam apenas 40 dias para se concluir o processo licitatório e reiniciarem-se essas obras tão importantes de conclusão desses viadutos que praticamente fecharam a BR na cidade de Pimenta Bueno, desviando o trânsito por marginais mal conservadas, que formam atoleiros no período das chuvas e poeira no período de verão. Então, peço, em nome do povo de Pimenta Bueno, que o Dnit resolva, o mais rapidamente possível, a conclusão dessa obra.

Quero aqui falar também, Sr. Presidente, de uma audiência pública que vai acontecer no meu Estado, na Assembléia Legislativa de Rondônia, em Porto Velho, com a presença do Diretor de Planejamento do Dnit, Dr. Miguel de Souza, que é do Estado de Rondônia, já tendo sido Deputado e Vice-Governador, e profundo conhecedor dos problemas daquela região.

Esta audiência pública irá tratar da BR-319, hoje a rodovia mais polêmica do Brasil. Por quê? Porque está na Amazônia. A BR-319 contempla a construção de uma ponte atravessando o rio Madeira, ligando Porto Velho a Humaitá, uma cidade importante do Amazonas, e ligando-as a Manaus. Na verdade, essa estrada já foi implantada; ela está sendo apenas restaurada. Todavia, o Meio Ambiente insiste em criar problema com a licença ambiental, dizendo que uma estrada na Amazônia merece mais cuidado. É claro que merece cuidado. Tenho um projeto nesta Casa que trata do desmatamento zero. Não precisamos mais desmatar, mas precisamos desenvolver a nossa região, a Região Amazônica, de forma sustentada, com esses

projetos de infraestrutura, para compensar a preservação ambiental.

Hoje estamos destinando de 80% a 83% da Floresta Amazônica para preservação. Nós só queremos usar 30%, diferentemente dos demais Estados, que têm usado 80%, 90% ou quase 100% das suas áreas para se desenvolver. Outros países também já usaram, no passado, quase 100% das suas áreas para poder se desenvolver. Agora, a Amazônia não pode usar nem 30% do seu território para sustentar os 21 milhões de brasileiros que lá vivem?

A BR-319 merece, sim, ser restaurada. O Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, trabalha com muita justiça para a restauração daquela BR.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, ler um trecho, rapidamente, da Medida Provisória nº 452, que, segundo dizem, é uma medida provisória feita sob encomenda para a BR-319, Senador Arthur Virgílio, que é da sua região. Mas não é verdade! A BR-319 já foi implantada. Eu já passei de carro de Porto Velho a Manaus, fui e voltei de carro há uns vinte anos. Hoje, ela está intransitável, precisa ser restaurada. E essa medida veio para resolver o problema de 120 obras do PAC paralisadas, hoje, no Brasil. Por que essas obras não saem? Porque o Ibama demora de dois a quatro anos para emitir uma licença definitiva.

Então, essa medida provisória trata o seguinte...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me, Senador Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – De maneira bem breve. Eu tenho impressão de que houve uma decisão de Governo no sentido de se realizarem as obras da BR-319, inclusive, com um acordo muito amplo, que envolveu o Governo do Estado do Amazonas, envolveu, se não me engano, o Governo do seu Estado, que significaria dar garantias de proteção ambiental às margens da rodovia. Eu soube que a primeira audiência pública que haveria no Município de Humaitá, no Amazonas, foi suspensa por determinação do juiz e por iniciativa do Ministério Público Ambiental, que gostaria de receber mais explicações. Eu creio que é um direito do Ministério Público pedir as explicações, e é um dever das autoridades que têm interesse na construção da estrada prestar as explicações devidas. Mas entendo que, a esta altura, temos de construir a estrada. Não vejo que devamos impedi-la, obstaculizá-la. Inclusive, imagino que as divergências intragoverno devem ter sido superadas porque houve a palavra do próprio Presidente, que determinou que se fizesse. E as divergências, portanto, devem ficar para trás. A estrada, para o meu Estado, representa bastante, porque é a única via de escoamento dos produtos do Pólo de Manaus por via terrestre neste momento. Isso diminuirá o Custo Amazonas. Espero apenas que seja bem feita a recuperação porque a estrada, que vem do período autoritário, não foi feita para aguentar muito peso, ela não aguentava carretas, e não se pretende que aquela estrada seja uma mera estrada de turismo. Tem de ser uma estrada para tráfego de caminhões pesados que carreguem mercadorias na ida e na volta. Então, já não discuto mais a esta altura. A decisão de Governo é para se tocar, os do Governo. Torço, então, para que a estrada chegue ao final. E as exigências de proteção ambiental, todas devem ser postas e devem ser atendidas, de acordo com o que imaginei que já fosse um acordo. O que não cabe mais é confusão intragoverno. Dá a impressão de falta de liderança, de falta de comando. Se há decisão, alguém que ficou incomodado que se mude, que se demita. Se um Senador pode renunciar a um mandato, se quiser, imaginem um funcionário que esteja descontente. Acho que agora é para fazer a estrada. É a impressão que tenho. V. Exª conta com o meu apoio, com a minha opinião nesse sentido.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio. V. Exª, como homem justo e correto, mesmo sendo oposição ao governo, entende que essa BR é muito importante para o Amazonas.

E o Amazonas é o Estado, hoje, que preserva 97% das suas florestas, o que seria a mais... Noventa e oito? O Senador Arthur me corrige: 98% de preservação florestal no Estado do Amazonas. Não existe Estado, no mundo – friso: no mundo – que tenha preservação assim e nenhum Estado maior também do que... O Estado do Amazonas é maior do que muitos países. Pode-se colocar vários países da Europa dentro do Estado do Amazonas, que ainda sobra espaço. E, ainda assim, preserva 98% das suas terras.

Sr. Presidente, só mais três minutos. Eu era para ter falado há meia hora, porque eu estava na inscrição do Flexa Ribeiro, aí entrou o Cristovam na frente; entrou o outro. Preciso de só mais três minutos para concluir.

A Medida Provisória 452, no seu §5º do art. 10, dispõe o seguinte:

> As obras rodoviárias de pavimentação, melhoramentos, adequação e ampliação de capacidade a serem executadas no âmbito das faixas de domínios de rodovias federais existentes, por terem estas a destinação vinculada a lei e constarem no Plano Nacional de

> Viação, ficam dispensadas de licenciamento ambiental prévio.

Apenas aquelas que já estão no Plano Rodoviário. Não é, pois, a implantação de uma nova rodovia.

Vejam bem o que o Ministro Minc disse agora, no dia 9 de abril de 2009:

O governo está preparando os últimos detalhes de uma medida provisória para simplificar o processo de licenciamento ambiental de rodovias que já existem para, por exemplo, asfaltar ou fazer obras de continuidade da estrada.

> Uma coisa é uma rodovia nova, que tem que abrir a área com vegetação. Outra (coisa) é uma rodovia que já existe. Nesse caso, vamos adotar um procedimento muito mais simplificado. É um 'excesso de zelo' manter para as rodovias já existentes as mesmas regras de licenciamento ambiental previstas para novas estradas.

Palavras do Ministro Minc, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Então, o Ministro Minc tem que cumprir agora sua palavra e apoiar essa medida provisória, que está vindo da Câmara – já aprovada naquela Casa – para aqui ser aprovada também. Não estamos pedindo para dispensar licença prévia para a implantação de uma rodovia, mas, sim, para as rodovias já existentes e tirar da paralisação mais de 120...

(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – (...) obras por problemas ambientais neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, como último orador inscrito, para comunicação inadiável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como tenho cinco minutos para uma comunicação inadiável, quero, na mesma linha do Senador Sérgio Zambiasi, cumprimentar a Ministra Dilma, que, hoje, fez uma exposição brilhante, em Porto Alegre, sobre as obras do PAC no nosso Rio Grande do Sul.

Não vou repetir todos os dados e números, colocados aqui, com muita competência, pelo meu amigo Senador Zambiasi. Só quero dizer que, no anúncio, a Ministra comunicou que os investimentos do PAC, no Rio Grande do Sul, passaram de R$19,8 bilhões para R$30,7 bilhões, Sr. Presidente.

Estiveram com a Ministra também o Ministro Tarso Genro, Alfredo Nascimento e o Ministro Márcio Fortes, além de Deputados Estaduais, Federais e líderes sindicais.

Quero também, Sr. Presidente, numa saudação ao meu amigo Ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, que V. Exª considere na íntegra manifesto que me foi entregue pelo comitê brasileiro, pela aprovação do PLC 180, da Deputada Nice Lobão.

Nesse manifesto, entre tantos argumentos muito bem colocados em defesa das ações afirmativas da política de cota, destaco aqui um item que tenho exposto com muita franqueza a todos. Digo que, se o ProUni serve, Senador Mão Santa e Senador Suplicy, para as escolas particulares, e ninguém questiona, por que o 180, que é uma reprodução do ProUni, não pode servir para as federais?

A nossa juventude não é preconceituosa, ela não é racista. Ela vive muito bem em cerca de 70 instituições que, neste País, adotam já a política afirmativa, a política de cota. E o ProUni é um exemplo disso. Se serve para a área privada, por que não pode servir para a federal? Seria uma discriminação com o ProUni, para o qual todos batem palma.

Então, quero que este manifesto também seja registrado nos Anais da Casa.

Quero também, Sr. Presidente, dentro dos meus três minutos, dizer que fiquei muito feliz com o comunicado que recebi da Associação Comercial, Industrial e de Serviços dos empresários, naturalmente, de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha, que, neste manifesto, dão todo apoio ao meu projeto, para que se instale uma ZPE no Vale do Rio dos Sinos. Inclusive, ele me manda um artigo que subsidia este debate, referentemente a uma ZPE que, segundo ele, foi instalada em Hong Kong e que levou àquela região um desenvolvimento que foi exemplo para todo aquele continente.

Quero também, Sr. Presidente, dizer que, ontem, a Câmara aprovou a Medida Provisória nº 456, de 2009, que trata do salário mínimo; mas, infelizmente, a Casa não aprovou que tem que ser assegurado aos aposentados o mesmo percentual. Mas não tem problema nenhum. A medida provisória virá para o Senado, e tenho certeza de que o Senado, de forma coerente, como o foi com o PL nº 1, vai estender o mesmo reajuste aos aposentados e pensionistas. E faremos uma grande manifestação, no mês de maio, aqui, em Brasília, pela aprovação do fim do fator e também pelo reajuste para os aposentados.

Aproveitando esses últimos dois minutos, Sr. Presidente, quero dizer que encaminho à Mesa artigo que escrevi e que foi publicado no jornal *Zero Hora*: "Um Fundo para a Micro e Pequena Empresa." Trata-se de projeto de lei que apresentei e que tem amparo e apoio de todos os empresários do País; consequentemente,

se tem amparo dos empresários e dos trabalhadores, o projeto tem tudo para ser aprovado com rapidez.

Por fim, Sr. Presidente, deixo aqui, entregue a V. Exª, artigo que achei muito interessante, que foi escrito pelo Grupo Editorial Sinos: "População é que deve decidir o tamanho das câmaras de vereadores."

É um belo artigo, Sr. Presidente, em que ele faz um apelo para que esse debate se dê lá no Estado e passando, inclusive, por plebiscito.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Exª, Senador Mão Santa, e peço-lhe que considere na íntegra todos os sete pronunciamentos que fiz nesses seis minutos, falando da importância também da votação que teremos na quarta-feira, lá na CCJ. Já falei com o Presidente daquela Comissão. Faremos uma reunião, na próxima terça-feira, para ajudar na construção de uma votação tranquila para a aprovação do PL nº 180, nos mesmos moldes que se fez com o ProUni.

O ProUni é exemplo de política que deu certo, e o PLC nº 180 amplia o ProUni agora para as universidades.

Era isso.

Obrigado pela tolerância, Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de deixar registrado e comentar aqui desta tribuna, artigo de minha autoria, intitulado "Um fundo para as micro e pequenas empresas" publicado no jornal **Zero Hora**, da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), no último domingo, dia 19 de abril:

"As micro, pequenas e médias empresas são um dos principais lastros da economia brasileira. Esse segmento representa 25% do PIB, gera 14 milhões de empregos, ou seja, 60% do emprego formal no país, e constitui 99% dos 6 milhões de estabelecimentos formais existentes, respondendo ainda por 99,8% das empresas que são criadas a cada ano.

Por outro lado, sabemos que a informalidade é muito grande nesse setor. Há também outros problemas, como, por exemplo, as exigências burocráticas e as dificuldades de acesso ao crédito. Aliás, nos próximos dias o Presidente Lula deverá receber uma pauta de reivindicações da categoria entre as quais incluem-se a redução das taxas de juros e uma tributação menor.

Neste momento em que vários setores da economia são atingidos pela crise internacional, é fundamental apoiarmos o nosso mercado interno. As micro e pequenas empresas são mais que necessárias para o equilíbrio social e econômico do país. Portanto, temos que dar uma atenção especial para elas.

O Governo federal está empenhado nessa causa. Temos o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, a Lei do Super Simples, e o Programa de Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, entre outros.

Importante lembrar as palavras do presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, Adelmir Santana: "É preciso facilitar o crédito para os pequenos negócios e fazer com que o dinheiro chegue aos pequenos empresários". Essa posição tem o nosso apoio e, com certeza, o apoio do governo federal também.

Com o pensamento direcionado para o desenvolvimento do país, apresentei em 2008 o Projeto de Lei do Senado nº 376, que cria o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas (FFMPME).

Este fundo será composto por recursos consignados do orçamento, receitas patrimoniais, rendimentos de aplicações financeiras à sua conta, transferência de bens móveis e imóveis. Atualmente, este projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos. A relatoria é do Senador Jaime Campos.

O Senado da República está cumprindo a sua parte em discutir e votar projetos que venham a estimular a economia e a geração de novos postos de trabalho no país. Assim, também estamos dando um importante passo para uma melhor distribuição de renda para a nossa população".

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Srª Dilma Roussef, coordenou nesta quinta-feira (23), no auditório da Caixa Econômica Federal, em Porto Alegre, reunião de Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento no Rio Grande do Sul, o PAC/RS.

O Governo Federal, conforme anunciado pela Ministra Dilma, ampliou os investimentos de R$19,8 bilhões no Rio Grande do Sul para R$30,7 bilhões – destes, R$23,3 bilhões até 2010 e, depois, R$7,4 bilhões. Destaco que 21% das obras do programa já estão concluídas.

Lá estiveram também os Ministros das Cidades, Marcio Fortes, da Justiça, Tarso Genro, e dos Transportes, Alfredo Nascimento, além de Deputados federais e estaduais, Vereadores e lideranças sindicais e dos movimentos sociais.

Os Ministros falaram sobre várias obras, concluídas, em andamento e que ainda serão iniciadas, em várias áreas, entre as quais infraestrutura e transporte, portos, aeroportos, energia elétrica, irrigação.

A Ministra Dilma confirmou também o lançamento da licitação para construção da Rodovia do Parque (BR-448), estrada alternativa para desafogar a BR-116, entre Sapucaia e Porto Alegre. É uma obra vultosa, de R$850 milhões.

Outra notícia alvissareira para o Rio Grande do Sul é que o Ministro Alfredo Nascimento se comprometeu com a conclusão da nova ponte do Guaíba até 2010. Lembro que a atual ponte completou 50 anos em dezembro de 2008.

Tenho absoluta certeza, Srªs e Srs. Senadores, de que o Programa de Aceleramento do Crescimento (PAC), está tendo uma importância muito maior do que se imaginava, haja vista que, mesmo com a crise internacional, o País está conseguindo manter os investimentos públicos.

Sr. Presidente, para mim está muito claro: em vez de paralisar obras em andamento como se fazia nas crises anteriores, o Governo Federal pisou no acelerador e aumentou o ritmo e o volume de ações do PAC.

Há dois anos, quando o PAC foi lançado, a previsão de investimentos era de R$503,9 bilhões, até 2010.

Com a inclusão de novas ações, o montante para o mesmo período subiu para R$646 bilhões. Mais R$502,2 bilhões foram adicionados ao PAC para investimentos após 2010.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com vistas a contribuir para o debate político tão necessário ao aperfeiçoamento de nossas instituições, quero aqui fazer um registro do editorial do Grupo Sinos, publicado no jornal **ABC Domingo**, no dia 19 de abril de 2009, com o título "População é que deve decidir o tamanho das câmaras de vereadores".

O texto me foi encaminhado pelo presidente do Conselho de Administração desse importante grupo de comunicação do Rio Grande do Sul, Sr. Mário Alberto Gusmão.

O editorial sugere duas propostas para o debate: a primeira é a de que a população de cada cidade seja chamada a opinar, na eleição do próximo ano, sobre a estrutura de sua Câmara de Vereadores por meio de um plebiscito, e os eleitores estabelecerão quanto cada legislativo poderá gastar ao longo do ano. Se vai ser 0,1% ou 10%, ou qualquer outro percentual, não importa.

O Grupo Sinos argumenta que, pelo sistema atual, o Legislativo pode gastar até determinado percentual do orçamento de seu Município.

A lei federal fala em gastos em até determinados tetos, mas a interpretação dada é a de que a Câmara deva gastar o total desse teto. E não é possível legislar sobre esse assunto para todo o País com tantas disparidades existentes.

"O que importa", prossegue o editorial, "é que a população discuta o tema e tome essa decisão depois de verificar a realidade de seu município e concluir o que é mais adequado para ele. Tratar o assunto dessa forma é também um meio de fazer a comunidade criar consciência em torno dos gastos públicos e, com isso, criar nela o interesse em saber a respeito do orçamento do lugar onde mora."

A outra sugestão, Srªs e Srs. Senadores, é sobre o número de Vereadores. Diz o texto:

> "Esse tema se torna até secundário diante da definição mais importante, a respeito do limite de gastos, mas merece ser colocado nas mãos da população.
>
> E ela poderá decidir da forma que entender mais adequada. Enfim, seja qual for o teto de gastos e o número de parlamentares, o importante é que seja definido por quem paga a conta. Aliás, delegar ao povo questões como essa é reforçar a bandeira do municipalismo.
>
> Para se estabelecer os pré-índices de gastos que vão constar no plebiscito, bem como as sugestões de número de vereadores, os próprios diretórios municipais dos partidos políticos podem ser chamados para apresentar sugestões. Mas caberia ao juiz eleitoral da cidade, depois de ouvir o Ministério Público, coordenar sobre o que vai ser submetido à apreciação popular."

Sr. Presidente, o texto prossegue. Eu peço respeitosamente que este editorial entre nos Anais desta Casa com o intuito de contribuir para o debate sobre o tema. Deixo na mesa uma cópia do editorial do Grupo Sinos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Grupo Sinos – Jornal ABC Domingo – 19/04/2009.

"População é que deve decidir o tamanho das câmaras de vereadores"

Está na hora de colocar um ponto final na discussão sobre o tamanho das câmaras de vereadores e nada mais eficiente e definitivo do que delegar essa decisão ao povo. Fala-se tanto em democracia direta e participação, com instrumentos como o Orçamento Participativo e a Consulta Popular, mas a sociedade acaba sendo excluída de decisões que podem transformar a política no País.

O Jornal ABC tem uma sugestão a fazer, buscando atacar o âmago da questão, que é no fundo o custo de cada câmara. Pelo sistema atual, o legislativo pode gastar até determinado percentual do orçamento de seu município. E aqui começa o problema. A lei federal fala em gastos em até determinados tetos, mas a interpretação dada é que a câmara deva gastar o total desse teto. E não é possível legislar sobre esse assunto para todo o País com tantas disparidades existentes.

A proposta é de que a população de cada cidade seja chamada a opinar, na eleição do próximo ano, sobre a estrutura de sua câmara de vereadores. Por meio de um plebiscito, os eleitores estabelecerão quanto cada legislativo poderá gastar ao longo do ano. Se vai ser 0,1% ou 10%, ou qualquer outro percentual, não importa.

O que importa é que a população discuta o tema e tome essa decisão depois de verificar a realidade de seu município e concluir o que é mais adequado para ele. Tratar o assunto dessa forma é também um meio de fazer a comunidade criar consciência em torno dos gastos públicos e, com isso, criar nela o interesse em saber a respeito do orçamento do lugar onde mora.

A outra decisão é sobre o número de vereadores. Esse tema se torna até secundário diante da definição mais importante, a respeito do limite de gastos, mas merece ser colocado nas mãos da população.

E ela poderá decidir da forma que entender mais adequada. Enfim, seja qual for o teto de gastos e o número de parlamentares, o importante é que seja definido por quem paga a conta. Aliás, delegar ao povo questões como essa é reforçar a bandeira do municipalismo.

Para se estabelecer os pré-índices de gastos que vão constar no plebiscito, bem como as sugestões de número de vereadores, os próprios diretórios municipais dos partidos políticos podem ser chamados para apresentar sugestões. Mas caberia ao juiz eleitoral da cidade, depois de ouvir o Ministério Público, coordenar sobre o que vai ser submetido à apreciação popular.

A decisão tomada no próximo ano valeria por tempo indeterminado. Permitir ao povo que decida como seu dinheiro vai ser usado para manter a estrutura dos legislativos é o mais correto e justo. Até porque muitas vezes as decisões tomadas em Brasília são completamente deslocadas da realidade. Além de serem onerosas demais ao bolso do contribuinte. Certamente há prazo de sobra para uma boa discussão que permita ao eleitor tomar uma decisão equilibrada em outubro do próximo ano, mês da próxima eleição.

A fórmula do plebiscito para definir percentual de gastos e número de vereadores pode ser o embrião de um processo de democracia mais direta, com a população sendo chamada a opinar depois sobre quanto deve se gastar, por exemplo, em educação e saúde, certamente dois dos pilares responsáveis por manter uma sociedade sólida e próspera. Tais ações certamente encontrarão a resistência daqueles que hoje se aproveitam dos critérios pouco corretos. Mas os homens de bem desse País precisam agir e criar condições para que o exercício da cidadania seja feito na sua plenitude. É hora de deixar o povo decidir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este registro é sobre um que recebi e que gostaria de compartilhar com vocês:

"Nós, da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha, em nome de nossa presidência e de nossa diretoria, queremos inicialmente agradecer por sua gentil visita à nossa entidade na última sexta-feira – 17/abril – e dizer de nossa alegria por seu comprometimento com a consecução deste fundamental projeto da ZPE Vale do Rio dos Sinos!

E também destacar nosso apoio institucional a esta grande causa, renovando a nossa disposição para quaisquer demandas que se fizerem necessárias em prol da regulamentação e aprovação deste projeto.

Como contribuição, remetemos um pequeno texto de autoria do empresário Pedro Zalusky, a respeito da importância da criação da ZPE na região limítrofe de Hong Kong.

Também dizer de nosso interesse em receber maiores informações sobre seu novo projeto (exposto durante nossa reunião aqui na AC-NH/CB/EV) que visa ampliar e criar uma nova fonte de crédito ás micro e pequenas empresas.

Nossos melhores votos de sucesso!"

O texto que vou ler a seguir, Sr. Presidente, tem o título de "Não importa a cor do gato (a ZPE de Rio Grande)":

> "Quando Deng Xiao Ping profetizou que "não importa a cor do gato, o que importa é que ele pegue o rato", estava, talvez, sem saber, mudando a história do século 21. Há cerca de 30 anos ele escolheu uma quase aldeia, Shenzhen, estrategicamente localizada nos limites territoriais de Hong Kong, para sediar uma zona especial de exportação. Resultado: hoje, Shenzhen já é a quarta mais rica cidade da China. Moderna, com sistemas de transporte e comunicações de Primeiro Mundo, planejada e urbanizada com grandes arranha-céus e avenidas. E que já se credencia para ser a futura maior e mais rica cidade chinesa, caso vingue o projeto de sua fusão com Hong Kong, criando assim a maior megalópole mundial.
>
> Enquanto isso, nós, nas mesmas três décadas, assistimos serem projetadas, ainda no tempo do Sarney, nossas ZPEs (e, como o governo gosta de uma sigla, a da vez é o PAC) sediadas no Nordeste, na Amazônia Legal, e até pelas bandas cá do Sul se aventou a instalação de uma delas, em vista das projeções de crescimento com o Mercosul. Resultado: das ZPEs só temos registro da "zona" que prevalece em nossa economia, com uma carga tributária cada vez maior e uma completa falta de infra-estrutura em transportes e insumos energéticos. Fatores cujas ausências comprometem qualquer planejamento e capacidade de competição na economia mundial.
>
> Por tudo isso, Rio Grande do Sul, entendo já estar mais do que na hora de abrires os olhos, ou melhor, arregalá-los. Já perdemos uma década com o sonho do Mercosul. Já passou da hora de pararmos com a espera por concessões centrais e subsídios fiscais artificiais que só servem para esconder a realidade. O mundo mudou, as regras da economia moderna são novas, implacáveis, irreversíveis. Só não vê quem não quer enxergar. Mesmo com os olhos semicerrados, nossos irmãos chineses enxergaram."

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem a Medida Provisória nº 456/2009, que aumenta o salário mínimo de R$415,00 para R$ 465,00, com efeitos a partir de 1º de fevereiro deste ano.

O valor diário passa a ser de R$15,50 e o valor por hora de R$ 2,11.

A matéria está vindo para o Senado Federal.

O aumento equivale a um ganho nominal de 12,04%, que representa a soma da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) desde março de 2008 (6,64%) com um aumento real igual à variação do PIB de 2007 (5,4%).

A essa Medida Provisória (MP nº 456/2009), apresentei a Emenda nº 5, estendendo o mesmo reajuste aos aposentados e pensionistas, que não foi aprovada pelos Deputados.

Ocorre que aqui no Senado Federal aprovamos uma emenda idêntica no PL nº 1/2007, encaminhado pelo Poder Executivo, que trata de uma política permanente de valorização do salário mínimo dispondo sobre os reajustes de 2008 a 2023.

Aliás, uma política bem semelhante da aprovada por Deputados e Senadores na Comissão Especial Mista do Salário Mínimo que originou quatro projetos os quais tramitam no Congresso Nacional.

O projeto está parado no plenário da Câmara dos Deputados esperando apreciação.

Entendo que temos que manter nossa coerência aprovando a Emenda nº 5 que, estende o reajuste aos aposentados e pensionistas. É um dever nosso.

Não é possível que a Câmara dos Deputados deixe de apreciar o PL nº 1, que está pronto para votação desde o ano passado.

A Comissão Especial que apreciou essa matéria aprovou parecer favorável do relator.

Durante o mês de maio teremos uma grande concentração de aposentados e pensionistas aqui em Brasília. Eles virão para solicitar a aprovação do PL nº 01/2007, que dará reajuste isonômico, idêntico ao proposto na emenda apresentada à MP.

É dever desta Casa fazer justiça e manter a coerência em nossas votações.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A EMERGÊNCIA DO NEOBRANQUEAMENTO NO BRASIL

Brasil, 25 de abril de 2009

A escravidão no Brasil cometeu toda sorte de violências contra os não-brancos, mas se justificava como uma missão salvadora de almas, pecadores e amaldiçoados. Com a vinda de novas idéias da Europa, assolada pelas revoluções burguesas e científicas, novas justificativas surgiram para a escravidão de africanos e de indígenas para manter o poder das elites patrimonialistas locais, negando qualquer direito à diferença formal no Brasil. As sociedades "primitivas" beiravam à irracionalidade, ficando o supra-sumo da razão para a sociedade branca européia, a civilização "superior". O clima e a geografia imporiam a cor e a inferioridade aos não-brancos. A saída óbvia seria branqueá-las, para apagar-lhes as nódoas da cor do pecado e do atraso. Na segunda metade do século XIX, nasceram as teses raciais. Além religião, da geografia e clima, também se falava no biótipo para afirmar a inferioridade dos não-brancos, dos negros. Com o fim da escravidão, a elite brasileira selecionou imigrantes brancos como força de trabalho principal. Nenhuma política pública formal para o excluído, o diferente, o outro, negro, indígena e seus descendentes. A saída sempre foi individual, via apadrinhamento e branqueamento. A mentalidade do branqueamento é terrivelmente forte para as massas no Brasil. É a fala difícil dos doutores, empolada e bacharelesca versus o analfabeto, o sem-universidade. É a fala da autoridade privada, dona dos espaços públicos, uma autoridade pública não eleita, não democrática. Uma república por muito tempo sem o direito ao voto da maioria e, no jargão popular, "Deus te faça branco", "amanhã é dia de branco". O branqueamento era a senha para ser aceito socialmente.

A ideologia do branqueamento sempre existiu no Brasil, buscando ao longo do tempo uma justificativa discursiva para a inclusão e exclusão social, variando a ênfase de seus argumentos e de acordo com o contexto. Parida pelos donos do poder, em cada época ela buscou esparramar-se por entre o povo brasileiro como verdade a ser temida e obedecida. Exemplo disto é o quadro apresentado pelo governo brasileiro no Congresso Mundial das Raças em 1911, em Londres, que retratava um avô negro, um filho mestiço e um neto branco, e o representante do Estado brasileiro orgulhoso, concluiu sua fala: "em cem anos, o Brasil será branco". O interessante é que quase cem anos depois, em 2009, no Senado Federal brasileiro, outro retrato é apresentado por um diletante (famoso por xingamentos públicos e insultos), sob encomenda, para sustentar uma posição ideológica: há corpos negros, mestiços e brancos no retrato, aparentemente feito numa escola pública. E o diletante vaticina com ironia e cólera no seu rosto, lábio, voz e dedo: "Estão vendo! Querem criar divisões raciais no Brasil, racializar, jogar um contra o outro, criar o ódio racial!"

Porém, em pesquisas de opinião, cerca de 90% dos brasileiros admite a existência de racismo hoje no Brasil, mas poucos se assumem como racistas. Como, então, classificar a fala do diletante, que, aparentemente, era direcionada a sustentar a posição minoritária contrária à aprovação do PLC 180/08, que reserva 50% das vagas nas universidades públicas, por turno e por curso, para a escola pública que representa 88% das matrículas no ensino médio, respeitando a proporção de brancos, negros e indígenas e mais um critério de renda, conforme os dados do IBGE? O IBGE utiliza as categorias étnicas branco, preto, pardo, indígena e amarelo para os censos demográficos brasileiros. É uma fala racista? É uma fala que esconde interesses econômicos da indústria do vestibular? É uma fala pessoal, individual, ocasional, oportunista?

Não, sua fala não é individual, não é pessoal, é ideológica: sustenta o neobranqueamento. Ela se constrói articulando interesses econômicos e políticos para justificar a exclusão no Brasil em seu contexto atual. Ela é extremamente coerente com a ideologia do branqueamento, que varreu cinco séculos de história do Brasil. Ela reverbera fácil em setores da mídia, como as falas do padre Vieira no século XVII reverberavam para as massas desde o púlpito da igreja. Tem intenção de pregação.

Levado ao limite o raciocínio do neobranqueador, as pessoas agiriam mecanicamente, como selvagens, homem lobo do homem, esmurrariam umas às outras, pegariam os facões de Ruanda e se atracariam umas às outras, pegariam em armas e atirariam umas nas outras por uma vaga na universidade pública!!! É a importação de realidades estranhas para justificar a teoria, a ideologia. A dimensão intelectual dos neobranqueadores é tão inferiorizada busca encaixar a realidade à fórceps na teoria. É deste jeito que as elites sempre enxergaram os excluídos: como incapacitados e como feras selvagens inferiorizadas. Ao recorrer ao retrato estático, a ideologia do neobranqueamento busca se

impor pelo medo, pelo terror, pelo fatalismo, como se até então na história do Brasil , o outro social não tivesse sido vítima de violência.

A cegueira social é outro ingrediente da ideologia do neobranqueamento. Em tempos globalizados o ser universal está em toda parte do mundo e as pessoas são meros consumidores, clonados, emborrachados, descoloridos, brigando por mercadorias, pela mercadoria do ensino público superior gratuito. Nunca existiu escravidão no Brasil, nem descendentes de africanos ou indígenas, só há o carinha em frente à televisão ou à internet: o carinha universal. Não existe o direito à educação em todos os níveis. A cegueira social projetada para os excluídos pelo discurso do neobranqueamento é estática, porque o mundo é e não está para ser transformado. Logo, nesta visão não há espaço para a imaginação generosa. A ideologia do neobranqueamento não consegue enxergar que o PLC 180/08 justamente faz o movimento de colocar aquelas pessoas da foto, juntas na escola pública, brancos, pobres, negros e indígenas, juntas também na universidade pública. Uma foto, por exemplo, da USP, tirada numa sala de aula de um curso como arquitetura, exporia o tipo de elite que a ideologia do neobranqueamento sustenta de forma envergonhada e escondida, ao projetar a briga no outro não-branco, excluído, ao tentar culpabilizar as vítimas.

O PLC 180/08 foi aprovado no dia da consciência negra, em 2008, na Câmara dos Deputados, carregado de simbologia. O neobranqueamento não admite que houve massacre dos indígenas e sua cultura nem violência aos escravos, o Brasil é uma sociedade de democracia racial e metarracial, ainda que as pesquisas sociais digam o contrário.

O neobranqueamento busca colocar uma arapuca retórica para prender o PLC 180/08 no Senado Federal e impedir que ele vire lei. Ele cria um espectro de cores e uma divisão infinita para impedir que a diferença venha à tona, enfraquecendo a posição política coletiva pela aprovação do projeto, para manter o privilégio dos brancos e do ensino privado nos bancos universitários públicos. Inventa falsas polêmicas de cota social versus cota racial e este tipo medonho de abordagem divisor de águas. Isto é coerente com a ideologia do branqueamento no Brasil, que tudo fez para impedir o reconhecimento público formal da diferença, colocando o problema sempre no campo privado, negando políticas públicas para superação da desigualdade.

O neobranqueamento, nascido no século XXI, no Brasil, esquece ou omite o enterro acadêmico da ideologia do branqueamento no Brasil que se deu nos anos 1950. Foi graças a um agente público multilateral, a UNESCO, numa reação mundial contra o racismo e a racialização ocorrida nos anos 1930 e o holocausto contra os judeus, que pesquisadores como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros, desconstruíram as teses do branqueamento ao expor a condição social do negro e do indígena na sociedade brasileira e ao negar a pretensa democracia racial brasileira, em resposta a pergunta motivadora da pesquisa e de seus desdobramentos.

O neobranqueamento quer também a morte da memória das lutas do povo brasileiro e advoga um país a-histórico, abstrato, universal e geral e clama para que os Senadores da República façam o mesmo, não tenham memória ou tenham memória seletiva, esquecendo-se do que já votaram, esquecendo-se das estatísticas do IBGE. Ocorre que, o Senado Federal já aprovou o Prouni que tem exatamente os mesmos critérios presentes no PLC 180/08. Mais de 500 mil pessoas convivem harmoniosamente no Brasil nos bancos universitários privados com os critérios do PROUNI, não há nenhum registro de violência racial e são já cinco anos de lei em vigor. É por isto que o neobranqueamento é ideológico. Quer jogar fumaça sobre a realidade, sobre as políticas públicas que respeitam a diferença do outro social. O neobranqueamento não admite experiências exitosas já existentes em algumas universidades brasileiras.

Se fôssemos ingênuos e dominados por esta ideologia não contextualizaríamos, sem problematizar, seu apetite mais atual, urgente e mesquinho que é de retirar o critério de respeito à proporção dos brancos, negros e indígenas do projeto. Esta seria uma grande vitória do neobranqueamento. Dizemos não ao neobranqueamento e sim à aprovação do texto integral do PLC 180/08. Que os senadores e senadoras honrem o Brasil! Honrem a escola Pública e sua Diversidade! Honrem o povo negro e o povo indígena que têm sim direitos neste Brasil!

COMITÊ BRASILEIRO PELA APROVAÇÃO DO PLC 180/08

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentá-lo, porque V. Exª fez sete pronunciamentos em menos de sete minutos. Igualou-se a Cristo, que fez um Pai Nosso em um minuto.

Convidamos para usar da palavra o Senador Eduardo Suplicy, que é do Partido dos Trabalhadores e representa o grandioso Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero, em primeiro lugar, externar aqui o voto de pesar e sentimento à família do Dr. Humberto Cerruti Filho, dentista de minha família, de meus pais, e meu dentista desde quando menino, adolescente. Uma excelente pessoa, que, com a maior seriedade, cuidou de sua profissão de odontólogo. Foi reconhecido no Brasil, nos Estados Unidos, na Europa e em tantos países onde participou de eventos científicos.

Nem cheguei a ter tempo de preparar o discurso, porque soube há poucos minutos. Então, expresso à família do Dr. Humberto Cerruti Filho minha solidariedade, meu sentimento de pesar e minha homenagem pela extraordinária contribuição que deu à Odontologia e ao Brasil.

Mas gostaria, Sr. Presidente, de aqui refletir sobre o artigo "Legislativo unicameral", do eminente jurista Dalmo de Abreu Dallari, Professor emérito da Universidade de São Paulo, publicado no **Jornal do Brasil**, no último dia 20 de abril, em que ele diz que não haveria justificativa para a existência de um legislativo bicameral no Brasil.

Ele diz:

> É essencial para a democracia a separação de poderes, pois a concentração de todos os poderes do Estado nas mãos de um só indivíduo ou de uma facção política é o começo de muitas arbitrariedades, sem que haja a possibilidade de resguardar os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana.
>
> A fatalidade desse efeito negativo já foi proclamada na Grécia antiga por Aristóteles, que considerou injusto e perigoso atribuir-se todo o poder a um só indivíduo. *Posteriormente, vários teóricos políticos, em diferentes épocas, condenaram a concentração dos poderes, do que resultou, no século 18, a teoria da separação de poderes, formulada por Montesquieu, tendo por base os antecedentes teóricos e também as profundas mudanças políticas que vinham ocorrendo desde o século anterior. Um dos resultados dessas transformações foi o desenvolvimento de teorias democráticas, que incluíam a separação dos poderes entre os seus requisitos fundamentais.*
>
> Quanto ao Poder Legislativo, o conflito entre os segmentos sociais tradicionalmente dominantes e as novas forças emergentes levou à criação de um sistema de duas Câmaras Legislativas, como forma de conciliação. Foi assim que na Inglaterra, no século 17, o Parlamento sofreu uma bifurcação, que perdura até hoje, com a Câmara dos Lordes, composta por membros da nobreza, e a Câmara dos Comuns, reunindo representantes da burguesia. No século 18, marcado pelas revoluções burguesas, ocorreu a independência das colônias inglesas da América, que significou o rompimento com a monarquia e a nobreza e a implantação de um sistema que, dando o controle político a representantes da burguesia, incluía também um mecanismo criado para garantir a todas as ex-colônias, transformadas em Estados, a liberdade recém-conquistada.
>
> Foi com esses objetivos que, depois de muita polêmica, se criou um Legislativo composto de duas Casas, a Câmara de Representantes e o Senado. A primeira foi concebida como sendo o instrumento do Poder Legislativo dos Estados Unidos da América, devendo reunir representantes do povo eleitos em cada um dos estados. Mas nos estados do sul a maioria da população era composta por escravos, que foram mantidos como tais apesar da proclamação da liberdade como direito natural dos indivíduos [sem direito a voto, acrescento]. Para impedir que os demais estados, com número muito maior de eleitores e, em consequência, de representantes, dominasse o Legislativo, foi inventado o Senado, onde todos os estados teriam igual número de representantes. A par disso, os defensores dessa proposta alegaram que a igualdade de votos no Senado era o reconhecimento da parte da soberania conservada pelos estados mesmo depois de constituídos os Estados Unidos da América.
>
> A primeira Constituição brasileira, de 1824, criou um Legislativo bicameral, compreendendo a Câmara de Deputados e o Senado, sendo este composto por membros vitalícios, integrantes dos grupos sociais que dominavam a economia e a política nas Províncias. Com a proclamação da República foi aprovada, em 1891, uma nova Constituição, fortemente influenciada pelo padrão estadunidense, dando-se o nome de estados às províncias,

que nunca foram independentes e soberanas. E por conveniência de grupos oligárquicos provinciais foi mantido o Senado, herança do sistema monárquico.

Em relação ao Brasil, pode-se afirmar que não existe qualquer justificativa, teórica, histórica ou política, para a existência de um Legislativo bicameral. É essencial, numa Constituição democrática, a separação dos Poderes, mas para garantia da liberdade e a existência de uma legislação que tenha sua legitimidade fundada na vontade do povo não há necessidade de que o Legislativo seja bicameral. Na realidade, o sistema político brasileiro ganhará maior legitimidade democrática, além de maior eficiência, se em lugar do bicameralismo for adotado um Legislativo unicameral.

Amigo que sou do Professor Dalmo de Abreu Dallari, dialoguei com ele sobre a minha própria experiência aqui no Senado e as reflexões que faço sobre esse artigo. Mas o que quero sobretudo dizer é que, se nós, no Senado Federal, não estivermos agindo com uma ação que efetivamente se justifique, então, mais e mais, aparecerão vozes que estarão dizendo para que o Senado não exista.

Sendo assim, avalio como muito importante que venhamos a dizer e explicar muito bem a todos por que a nossa ação aqui se justifica e por que não podemos estar realizando ações que estejam sendo condenadas pela opinião pública.

Avalio como positivas, pois, as medidas que ontem foram anunciadas e aprovadas por nós, Senadores, com respeito a maior transparência de atos administrativos, tais como o que fazemos com as passagens que nos são concedidas. Avalio que, se o Senado Federal nos Estados Unidos foi criado com uma concepção de prover aos segmentos mais oligárquicos um papel maior de influência na sociedade – e não há dúvida de que assim aconteceu quando ao imperador se permitiu que designasse os senadores vitalícios –, não há dúvida de que, uma vez proclamada a República e havendo a eleição direta de senadores pelo povo, sobretudo na medida em que estivermos aperfeiçoando o sistema político e eleitoral com as reformas políticas e eleitorais que urgem, certamente o Senado poderá estar desempenhando um papel melhor, um papel de real defesa dos interesses maiores da população.

Tenho observado, por minha própria experiência, que, em muitos dos Estados do Brasil, nas 27 Unidades da Federação, os Senadores, em geral, têm uma postura que, no balanço das coisas, comparados o Senado e a Câmara, muitas vezes é mais progressista, mais avançada do que a da própria Câmara dos Deputados, haja vista, por exemplo, que nós aqui aprovamos projetos de emenda à Constituição, projetos de lei que, por exemplo, asseguram que uma área rural, quando considerada área onde estão sendo utilizados trabalhos em regime de escravidão, pode ser objeto de desapropriação. Isso foi aprovado por nós, Senadores, mas a Câmara dos Deputados ainda não votou essa matéria. Muitas das proposições que votamos no âmbito da reforma política, inclusive de transparência, em tempo real, das contribuições e gastos aos partidos políticos, quando chegaram à Câmara dos Deputados, passaram a valer apenas depois das eleições, portanto, diminuindo a força da transparência, que era a intenção dos Senadores. E são muitos os exemplos. Vamos pegar o Estado do Rio Grande do Sul, onde temos Pedro Simon, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, que, tipicamente, denotam uma composição...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...bastante progressista.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campainha.) – Quero advertir que V. Exª perde o avião. Aí, a Dona Mônica...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou cumprir aquilo que havia combinado com V. Exª, serei breve.

Portanto, na medida em que tivermos, no Senado Federal, justificando as nossas ações, o objetivo maior de bem legislar, bem fiscalizar, dando o exemplo na nossa própria Casa de como bem administrar a coisa pública, melhor estaremos justificando a existência de nossa Casa.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A minha preocupação é pela Dona Mônica, que está esperando V. Exª. E eu vi o amor tamanho lá no Delta do Piauí – Suplicy e Mônica. Lá não se fala mais em Romeu e Julieta.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência comunica ao Plenário que, na sessão de ontem, o Senador Inácio Arruda, aqui presente, reiterou solicitação no sentido de que fosse apreciado o **Projeto de Resolução nº 15, de 2009**, constante da Ordem do Dia, Item 4.

Nesse sentido, conforme decisões anteriores que contaram com a concordância das Lideranças da Casa e uma vez que o Projeto de Resolução nº 15, de 2009, é matéria de competência privativa do Senado Federal que não configura norma jurídica propriamente

dita, mas a autorização concreta para a realização de operação de crédito, não havendo objeção do Plenário, passa-se à sua imediata deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – **Item 4:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 15, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 369, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 15, de 2009 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 195, de 2009, Relator: Senador Inácio Arruda), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até oitenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família – PROESF II*".

Foi apresentada uma emenda perante a Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para proferir parecer sobre a Emenda nº 1, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

PARECER Nº 293, DE 2009 – PLEN

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer à emenda proposta pelo Senador Valdir Raupp é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O parecer é favorável à emenda.

Em discussão o projeto e a emenda, em turno único.

A palavra está à disposição do Senador que queira discutir. *(Pausa.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, queremos votar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Com a palavra o Senador Arthur Virgilio, Líder do PSDB, para encaminhar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este é exatamente o caso em que a matéria não poderia ser tratada por medida provisória e, portanto, está dentro daquilo que foi sugerido ao Congresso pelo Presidente Michel Temer, foi discutido pelo Presidente Sarney com os Líderes, e, depois, foi essa tese ratificada pelo ilustre Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal.

No começo, eu próprio reagi a essa ideia, mas, obviamente, sem nenhum desapreço intelectual pelo bom constitucionalista que é o Presidente Michel Temer, mas tirando minhas dúvidas completamente quando li o parecer do Ministro Celso de Mello. E, por ser uma matéria meritória, por ser da nossa linha fiscalizar e apontar equívocos e não nos opormos a acertos ou a boas possibilidades de acertos, o PSDB encaminha a favor da aprovação da matéria, que destina dinheiro internacional, vantajoso, com prazo largo para pagar, com juros privilegiados, destina dinheiro para reforçar o esquema de atendimento médico às famílias mais carentes do País.

O PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Continua em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos na mesma linha de entendimento que levantou o Senador Arthur Virgílio. Matérias dessa natureza não atropelam aquilo que está exposto na tramitação especial de medidas provisórias.

Portanto, em face não somente da consulta feita pelo Presidente Michel Temer, mas seguindo a decisão do Supremo Tribunal Federal em proposição em que ainda será examinado o mérito, o texto do voto do Ministro Celso de Mello, como bem disse aqui o Senador Arthur Virgílio, é bastante claro e sustenta muito bem a posição de que podemos, inclusive, com isso agilizar os trabalhos do Senado da República, da Câmara Federal e do Congresso Nacional como um todo.

Esta matéria especificamente trata de fortalecer um dos programas de saúde mais bem-sucedidos do mundo, que é o Programa de Saúde da Família em nosso País. Sua proposição foi recebida na Comissão de Assuntos Econômicos, onde oferecemos parecer favorável. O Senador Raupp fez uma emenda de correção, que acolhemos imediatamente. Portanto, gostaríamos de vê-la aprovada, a fim de garantir que esses recursos sejam recebidos pelo Governo brasileiro e destinados exclusivamente à saúde pública do nosso País.

É a nossa palavra, para que possamos votar imediatamente esta matéria, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 1.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que passo a ler.

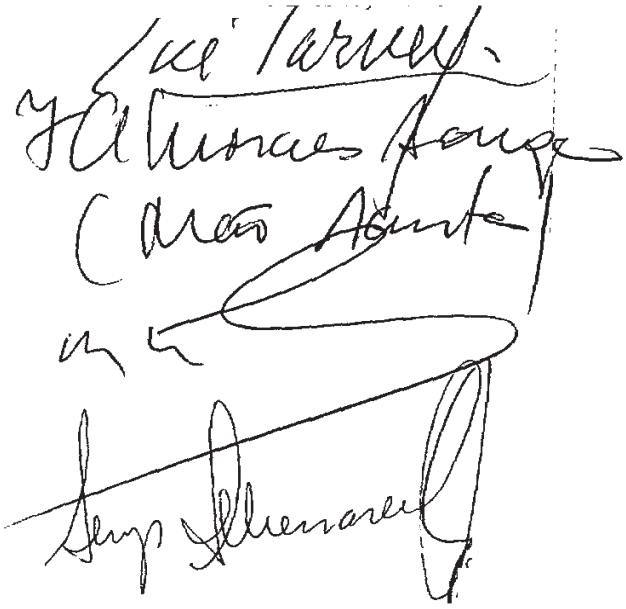
É lido o seguinte:

PARECER Nº 294, DE 2009
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 15, de 2009.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução n° 15, de 2009, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US$ 83,450,000.00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf II), consolidando a Emenda n° 1-Plen, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reunião da Comissão, em 23 de abril de 2009.



ANEXO AO PARECER N° , DE 2009.

Redação final do Projeto de Resolução nº 15, de 2009.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 2009

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US$ 83,450,000.00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II)".

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US$ 83,450,000.00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II)".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

II – *valor do empréstimo*: até US$ 83,450,000.00 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos);

III – *modalidade*: empréstimo margem fixa (**Fixed Spread Loan**);

IV – *prazo de desembolso*: até 5 (cinco) anos, contado a partir da data de entrada em vigor do contrato;

V – *amortização*: em 50 (cinqüenta) parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais. A primeira quota de amortização deverá ser paga em 15 de agosto de 2013 e a última até o dia 15 de fevereiro de 2038, sendo que cada uma das parcelas corresponderá a 2% (dois por cento) do valor desembolsado;

VI – *juros*: exigidos semestralmente, nas mesmas datas do pagamento da amortização, e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros Libor semestral para

dólar norte-americano acrescidos de um "spread" a ser determinado pelo Bird a cada exercício fiscal e fixado na data da assinatura do contrato;

VII – *juros de mora*: 0,50% a.a. (cinqüenta centésimos por cento ao ano), acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos após 30 (trinta) dias da data prevista para o seu pagamento;

VIII – *comissão à vista*: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se a Resolução nº 39, de 2008, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência, não havendo objeção do Plenário, propõe seja apreciado, nesta oportunidade, o Requerimento nº 412, de 2009, do Senador Sérgio Guerra, presente.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 412, DE 2009

Requerimento nº 412, de 2009, do Senador Sérgio Guerra, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de medicamentos em prescrições médicas e odontológicas).*

O referido requerimento constou da Ordem do Dia da sessão de ontem.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, retornando, posteriormente, à de Assuntos Sociais para reexame, nos termos do Requerimento nº 1.150 e 1.151, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 449, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2009, que *altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10. 637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873 de 23 de novembro de 1999, e 11. 171, de 2 de setembro de 2005, revogando dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 449, de 2008).*

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 28-2-2009)

Prazo final prorrogado: 13-5-2009

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 450, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2009, que *autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica -FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento -BIRD (proveniente da Medida Provisória nº 450, de 2008).*

Relator revisor: Senador César Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 6-3-2009)

Prazo final prorrogado: 19-5-2009

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 451, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2009, que *altera a legislação tributária federal e dá outras providências (altera a tabela progressiva do Imposto de Renda; concede subvenção econômica às micro e pequenas empresas e empresas de aquicultura e pesca de Santa Catarina; indenização por invalidez) (proveniente da Medida Provisória nº 451, de 2008).*

Relator revisor: Senador Marconi Perillo

(Sobrestando a pauta a partir de: 12-3-2009)

Prazo final prorrogado: 25-5-2009

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/1999, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho -CLT.*

Parecer sob nº 94, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

8

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 95, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

9

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis de Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 93, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

10

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 1996

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996 (nº 3.777/1997, naquela Casa), do Senador Sérgio Machado, que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 -Código de Proteção e Defesa do Consumidor (a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem conter informações ao consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 165-A, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

11

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 1999

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999 (nº 3.469/2000, naquela Casa), de autoria da Senadora Emília Fernandes, que *acrescenta artigos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77.*

Parecer favorável, sob nº 1.156, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior.

12

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2000

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2000 (nº 4.623/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Osmar Dias, que *altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas.*

Parecer nº 778, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com adequação redacional.

13

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2003

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2003 (nº 4.701/2004, naquela Casa), do Senador Almeida Lima, que *dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e privados.*

Parecer favorável, sob nº 898, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2005 (nº 1.165/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999.*

Pareceres sob nºs 849 e 850, de 2008, das Comissões

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator:

Senador Flexa Ribeiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da emenda substitutiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (nº 5.434/2005, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Gomes), que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte (determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis de educação básica).*

Parecer sob nº 92, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2007 (nº 400/2007, na Casa de origem, do Deputado Dagoberto), que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo.*

Parecer favorável, sob nº 1.066, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2008 (nº 708/2007, na Casa de origem, do Deputado Rodrigo Rollemberg), que *estende os incentivos especiais de que trata o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária.*

Parecer sob nº 963, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Gilberto Goellner, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2008 (nº 2.181/2007, na Casa de origem, do Deputado Rogério Lisboa), que *dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas).*

Parecer favorável, sob nº 73, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2008 (nº 3.446/97, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 65, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Neuto de Conto, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 -Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Parecer favorável, sob nº 67, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Voltamos aos oradores inscritos.

Está inscrito, pela Liderança da Minoria, o Senador Heráclito Fortes, que é um Senador do DEM e representa o grandioso Estado do Piauí.

O Senador Heráclito Fortes é o mais forte líder municipalista do Estado do Piauí, exemplo para todo o Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em que ordem estou colocado?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª está como Líder, depois do Líder Heráclito. Agora estamos alternando. Orador inscrito, está ali o nosso amigo Paulo Duque, e aí volta. O Magno Malta está aqui, pertinho de mim e vou dar meu lugar a ele.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Arthur Virgílio, é muito triste ver o quadro em que se encontra meu querido Estado do Piauí. Lamento e, às vezes, evito trazer à tribuna matérias dessa natureza, mas não há jeito. É um Estado sem planejamento, sem projeto. Por mais esforço que a bancada federal faça para ajudar o Estado, por meio de emendas setoriais e coletivas, a dificuldade começa na falta de projeto por parte do Governador e da sua equipe. Os planos de S. Exª restringem-se apenas a discursos. O descaso com que o Governador do Estado trata, por exemplo, a questão da ferrovia Transnordestina, Senador Sérgio Guerra, é gritante. Sabe V. Exª que a Transnordestina seria para nós, piauienses, pernambucanos e cearenses, a grande via de escoamento da nossa produção.

Há um caso que bem retrata a maneira como as coisas são tratadas no Piauí: empresários de Santa Filomena estão se cotizando para a recuperação emergencial da estrada que liga Santa Filomena a Gilbués. Naquela região, há uma produção calculada em mais de duzentas mil toneladas de grãos. O Governo, sem planejamento algum, não recuperou a estrada, não planejou. Essa estrada vive nos sonhos e nos anúncios permanentes de S. Exª.

Agora mesmo, estive conversando com um grupo de lideranças políticas da região sul do Estado e perguntei como estava a estrada para Brasília. Disseram-me que a maioria dos trechos do Piauí, entre Floriano e Eliseu Martins, está uma verdadeira desgraça. Aliás, ela já foi escolhida, em reportagem feita pela TV Globo, como a pior estrada brasileira. O Governador se diz amigo do Presidente da República e não aproveita essa amizade ou esse prestígio para ajudar o Estado.

O porto de Luís Correia, Senador Sérgio Guerra, é uma quimera, uma brincadeira. O Governador anuncia a inauguração em dezembro próximo, mas não há sequer licença ambiental para a obra. O mesmo ocorre com as cinco hidrelétricas que prometeu construir no Estado. Enquanto isso, sua equipe vive exclusivamente de propaganda, de anúncio de obras que não são realizadas.

O jornal de hoje publica, por exemplo, a situação em que se encontra a construção do aeroporto de São Raimundo Nonato. Há de se ver que a parte da pista de pouso está avançando, embora em ritmo lento. A reportagem de hoje anuncia que ela está paralisada. Mas as obras de infraestrutura, que englobam construção de acessos e de muros, iluminação, casa de passageiros, estão completamente paradas. O orador anuncia, como se fosse coisa do outro mundo, a ampliação do Aeroporto Petrônio Portella, de Teresina. Esse aeroporto tem de

ser transferido para outro local por conta da saturação urbana, e S. Exª anuncia como se fosse obra de outro mundo. E há mais: diz que vai levar para Teresina um projeto que não serviu para a cidade de Macapá. Diz que vai realizá-lo em Teresina, no intuito de atender mais à sofreguidão das empreiteiras, que naturalmente já têm o projeto arquitetônico e não querem perdê-lo, do que às necessidades do povo de Teresina.

Senador Sérgio Guerra, com o maior prazer, escuto V. Exª.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Heráclito, não é a primeira vez e, seguramente, não será a última vez que V. Exª traz ao conhecimento do Senado e da opinião pública fatos que se desenvolvem na nossa área, no Nordeste, e, de maneira especial, no Piauí. É uma regra isso, não apenas para seu Estado. É uma regra que se repete pelo Nordeste inteiro e que conhecemos bem, tanto o Senador Heráclito como eu próprio. Rigorosamente, há uma divisão de atividades. A primeira grande área de atividades diz respeito a grandes e médias obras de infraestrutura. V. Exª falou de uma obra grande e de uma obra média ou de duas obras médias. Sobre elas, há o seguinte: a gerência do Governo é absolutamente incapaz. Cito a Transnordestina, que conheço como a palma da minha mão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É verdade.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – O projeto do primeiro trecho da Transnordestina foi contratado com recursos que o então Deputado Sérgio Guerra – veja quanto tempo isso faz! – apresentou e aprovou no Congresso Nacional. Quando Secretário do Governador Jarbas, contratamos o primeiro projeto. Deixamos ainda recursos que permitiram a segunda contratação de projetos, ao longo do governo do Governador Eduardo Campos. Rigorosamente, cumpria ao Governo Federal algumas tarefas e, entre elas, estava uma desapropriação que permitisse o desenvolvimento da obra da Transnordestina. Isso já estava a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Essa desapropriação andou rigorosamente a passos absolutamente lentos. Não sei se caminhou mais do que um, dois ou três metros. O Governo se mostrou incapaz, e isso não se deu. O conjunto de iniciativas tinha a ver com licenças ambientais. Essa é uma área em que o Brasil não anda, não caminha, não por que se proteja a natureza – porque essa está sendo deteriorada em todo o lugar –, mas por que não há gerência, comando, resultados, capacidade gerencial para fazê-la fluir. Houve pressão, muita gente interferiu nisso, como o próprio Governador do meu Estado, e soluções foram encaminhadas, para que isso também caminhasse. Nesse intervalo, havia recurso federal previsto para ser usado, e o Governo tinha gastado os recursos que tinha previsto. Nesse mesmo intervalo, havia a previsão de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teria lucros correspondentes à renúncia fiscal para o projeto, que não se confirmaram. Nesse intervalo, o Governo perdeu o Ministro Ciro Gomes, que na época pilotava, com firmeza – devo reconhecer –, esses projetos. Houve uma transição, assumiu o Ministro Geddel, e, rigorosamente, o comando do projeto passou a ser muito mais disperso do que era antes, quando Ciro Gomes era Ministro, porque surgiu, de uma hora para outra, nada mais nada menos do que a mãe do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Então, a mãe do PAC – é assim que ela gosta de ser conhecida – ficou com os projetos na mão: levou-os para um lado, levou-os para o outro, chamou a atenção de muita gente. Ela adora chamar a atenção das pessoas, sem a necessária tranqüilidade, às vezes sem tranqüilidade alguma. Depois de ela repreender muita gente, o projeto anda lentamente. Não há cronograma, não sei quando vai ser concluído. E não se vá atribuir responsabilidade ao empresário que está na ponta, mas à incompetência, à inconsistência da parte governamental! Esse é um ponto. A BR-101, todos nós a conhecemos. V. Exª a conhece tão bem quanto eu.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É claro.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – V. Exª tem mulher pernambucana e anda perto de nós. É aquela BR-101 ali atrás. Ora, quanto à BR-101, ao longo do Governo Fernando Henrique, foram concluídos os projetos. Quando o Presidente Fernando Henrique saiu, todos os projetos estavam prontos. No Governo do Presidente Lula, o Dnit, nas várias fases da sua administração, em três anos, realizou oito tentativas de concorrência: uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete oito. Não fechou concorrência alguma. Não se sabe por quê, mas, seguramente, aquela atuação não foi tão republicana assim. Segundo capítulo: para tocar a obra, põe lá as Forças Armadas, o Exército, que, por sua vez, não a toca ou a toca muito pouco. Contrata e subcontrata sem licitação. O resultado é que a obra anda, ou não anda, com um atraso imenso e vai continuar atrasada. Então, é um processo geral que tem a seguinte característica: para o povo, o Governo diz que faz tudo, mas nada faz. O que o Governo faz? O Bolsa-Família. Tudo bem, o Governo faz esse projeto, e é meritório que o faça, pois é relevante o Bolsa-Família. O Governo é capaz de comprar refrigeradores, para repassar para a população. Tudo que não depende de gerência, de competência, de organização, o Governo é capaz de fazer, mas não o que depende de projeto, de concorrência. Esse pessoal não gosta de concorrência. Aqui, várias tentativas

para reduzir as concorrências já foram feitas, a pretexto de agilizar o PAC. O que acontece? O Governo não dá execução no Piauí, na Paraíba, em Pernambuco, no Ceará, em lugar nenhum. Vá atrás das obras da transposição das águas do rio São Francisco! Agora, começa um pedacinho de obra, mas, há três ou quatro anos, já havia propaganda na televisão: abria-se uma torneira, e lá havia água do São Francisco para todas as casas do Nordeste faminto, sem sede. Isso foi vendido como realidade, como agora eles vendem, para quem quiser ver na televisão, as casas desse programa de habitação, que não começou. Não começou em canto nenhum. Não há uma casa sendo construída. No entanto, saem na televisão, todo dia, as casas que estão sendo construídas, dizem eles, pelo Presidente Lula, pelo seu Governo e pela mãe do PAC. Não há mãe do PAC, não há PAC, não há Presidente Lula, não há Governo, nem há casa, só há propaganda. Esta é a verdade: ficamos no Senado, tendo de explicar, todo dia, fatos que são levantados contra nós, e a sociedade brasileira fica sem ter conhecimento exato da grande desarrumação que está por aí, da completa e generalizada ineficiência, da falta de obra, que é total. Estão aí os números. Não se faz o PAC, não se executa o PAC. Isso é conversa! O PAC das empresas estatais ainda caminha, mas esse que depende do orçamento, da gerência governamental, de vinte ou trinta Ministérios – sei lá quantos Ministérios são! –, não dá um passo. No Piauí, é um flagelo, uma tragédia, bem como em Pernambuco. Enfim, isso ocorre no Nordeste todo, onde deveria haver – e seria previsível que houvesse – mais PAC. Existe propaganda, visita da Ministra, no começo, no fim, no meio, mas nunca na conclusão das obras, porque elas não são concluídas. A visita se dá nas pedras fundamentais, nas festas de São João...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Nos canteiros.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – A visita se dá nos canteiros, em todo lugar, mas obra mesmo não se vê. O que ocorre quando o Governo vai embora? Lá em Recife – o Senador conhece bem o Recife –, não há uma obra do PAC, mas, sim, uma obra da Prefeitura de Recife, toda patrocinada pelo Governo Federal. Imagine a construção de um prédio na Avenida Boa Viagem, com o nome da mãe do Presidente Lula! Seria justificável que se fizesse uma homenagem à mãe do Presidente Lula, mãe de um brasileiro notável, de um grande homem público, de um pernambucano que ganhou enorme repercussão. Tudo bem! A mãe dele, sertaneja, criou seus filhos, que também devem ser homenageados. Mas levaram o Presidente lá para inaugurar um projeto absurdo, um projeto de Oscar Niemeyer – que me permitam dizer isto os muitos admiradores de Oscar, e eu também o sou – da pior qualidade. O projeto nada tem de compatível, não é aceitável, não é ecologicamente adequado; do ponto de vista tecnológico, é absurdo. Mas está lá o projeto, à beira do mar: são dois grandes volumes de concreto armado, herméticos, como se aqui fosse a Suíça, a Suécia ou coisa parecida. Mas estão lá os dois tonéis do Oscar Niemeyer. Lula foi lá e lhe fizeram uma imensa homenagem. Inauguraram um começo de obra. O Presidente foi embora, a obra parou. Uma obrinha desse tamanho parou. Nem respeito ao Presidente, à memória da sua mãe, são capazes de ter. Aquela obra não poderia estar parada. Era justificável que, tendo o nome da mãe do Presidente, sendo ela pernambucana, sendo o Presidente Lula quem é, aquela obra tivesse um ritmo acelerado. Praticamente, ninguém está trabalhando na obra. A obra é equivocada, não era para ser feita ali. Oscar Niemeyer é um grande arquiteto, mas aquele não é um bom projeto. Estamos todos assistindo lá a uma fraude. Inauguraram uma obra com o Presidente da República, com o nome da mãe dele, e ela está lá parada. E ninguém tem indignação, ninguém é capaz de levantar isso, para todo mundo prestar atenção, porque essa é a marca deste Governo. Não se trata de derrotar o Presidente Lula, de dizer que o Governo é corrupto ou não é corrupto, que é democrático ou não é democrático. Trata-se rigorosamente de mudar o Brasil, de superar o entrave entre a versão e os fatos, entre a versão e a verdade, porque estamos vivendo de versão. V. Exª sabe disso no seu Estado. Se depender dos jornais, dos anúncios, como em Pernambuco, são tantos os milhões de dólares, que as unidades monetárias já têm de ser substituídas por outras, de obras que a gente procura e não vê. Há uma obra da Transpetro, uma obra de um estaleiro, em Suape; há o começo de uma refinaria. Anunciaram lá uma associação com a Venezuela. O Presidente Chávez fez lá um discurso de três horas – eu vi. Não é só esse negócio do PAC. Não é apenas propaganda eleitoral da Ministra, não. Sabe o que é também? Eles fazem as inaugurações do PAC e enchem de militantes do PT. Não era o PAC ainda, mas, sim, uma prévia do PAC. Lembro-me de que Jarbas, Governador Jarbas, Senador Jarbas tinha 80% de aprovação, e nós fomos lá para assistir o começo da refinaria, ou coisa parecida –porque já começaram dez vezes – com a presença do Presidente Chávez. E Jarbas foi vaiado todo o tempo. Era impossível o Jarbas ser vaiado, porque tinha 80% de aprovação em Pernambuco. Foi vaiado todo o tempo, e o Chávez falou três horas de baboseiras, de assuntos que não têm a menor relevância. Foi lá, foi embora, não pagou um tostão. Está inadimplente com a Petrobras; não tem um tostão na obra; não se sabe quando vai botar e só cria confusão. Tem que deixar a Petrobras fazer, pelo menos deixar a

Petrobras fazer, porque, pelas mãos da PDVSA não vai acontecer nada. Este é o Governo; o resto é a ficção. Tenho a convicção de que seu depoimento sobre o Piauí é um depoimento totalmente verdadeiro. Não conheço todos os fatos, mas não duvido deles, porque eles se repetem pelo Nordeste inteiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Sérgio Guerra, o Presidente da República, em plena campanha eleitoral de reeleição, fez uma grande festa na cidade de Missões e transportaram, de Fortaleza, um vagão do metrô com ar condicionado para o Presidente andar com autoridades e imprensa, por sete quilômetros – era a Transnordestina. Propaganda enganosa; crime eleitoral. Mas, as coisas acontecem assim.

Mas quero aproveitar, já finalizando, Sr. Presidente, a presença do Senador Arthur Virgílio e a de V. Exª aqui, para relatar um fato que vi ontem na CPI das ONGs. Uma entidade do Amazonas, Senador Arthur Virgílio, com sede em Manaus, chamada Angra Amazônica, recebeu R$2,15 milhões do Ministério da Cultura para realizar um *reveillon* em Brasília, aqui na Esplanada – R$2,15 milhões!

Aí trouxe os dois bois: o Garantido e o Caprichoso. Deram o cano no boi – calote! E aí perguntei quanto recebeu o boi. "Não, cada figurante R$1.000,00." Trezentos figurantes – R$300 mil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Permito.

Senador Arthur Virgílio, esse foi um dos fatos. Por isso me bato contra essa falta de fiscalização em ONGs no Brasil. O que foi dito aqui ontem, Senador Sérgio Guerra, é uma vergonha: R$2,15 milhões para fazer em Brasília uma ONG que tem atuação na Amazônica! E não se toma providência nenhuma com relação a isso.

E agora se descobriu mais, Senador Arthur Virgílio, que há mais R$2 milhões liberados para o mesmo evento pelo Ministério do Esporte. Durma-se com um barulho desse!

Pois não, com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito, V. Exª. traz um fato de muita gravidade para o País e que me toca de perto por se tratar especificamente do meu Estado. Gostaria até que V. Exª. me mandasse...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou mandar para V. Exª. o depoimento todo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...esses documentos para que eu possa me pronunciar com segurança a respeito, mas obviamente que essa quadrilha tem que ser desnudada. Tem muito pouco cabimento isso. Por outro lado, chego a ficar tranquilo quanto ao fato de que enganaram os bois Caprichoso e Garantido, porque só faltava este País ter chegado a uma degenerescência tão grande de terem enfiado o boi na corrupção. Aí também já era demais. Aliás, o boi pelo qual eu torço é o Caprichoso, enfim. É, realmente, estamos vendo as coisas saindo do trilho. E tenho muita convicção de que, nessas Organizações Não Governamentais, nessas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), grande parte do que se desvia de recurso público está ali. E aguardo, com muita ansiedade, que V. Exª. me mande os dados todos referentes às duas operações, para que eu possa me manifestar, com segurança, a respeito dessa lesão aos cofres públicos e, sobretudo, a esse uso. Uma ONG ou uma OSCIP, que tem supostamente o fito de defender a floresta amazônica e o povo daquela região, a fazer falcatruas ou seja o que for, fora dos limites da região amazônica. Isso eu quero saber muito direitinho e agradeço a V. Exª. pela vigilância, e agradeço em nome do povo do Amazonas. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mandarei, com o maior prazer para V. Exª. e tenho certeza de que, se V. Exª. estivesse ontem presente à Comissão, teria mostrado, de imediato, a sua indignação.

Senador Arthur Virgílio, o depoimento da moça – depois eu achei até que ela não fosse autora única de todo esse processo, mas apenas uma das componentes... É impressionante a facilidade com que esses recursos foram liberados! Por que o Ministério da Cultura não mandou esse dinheiro para ser gasto lá em Parintins, com o Caprichoso e com o Garantido?

Nada justifica, Senador Sérgio Guerra, é como a Petrobras bancando festa de São João em locais pontualmente escolhidos pelo PT. E a resposta do Presidente da Petrobras para mim é que é grave, disse: "Não! Eu não ajudei a Município do PT, ajudei Municípios governados pelo DEM e pelo PSDB". Claro! É exatamente aí que eles caracterizam o uso político. Eles usaram o dinheiro exatamente para combater os prefeitos, para combater os adversários nos Municípios baianos. E para cooptar, exatamente.

E as coisas parecem que não sensibilizam mais ninguém. No momento em que a pressão se volta contra o Senado da República, Senador Mão Santa, em parte justa – não só o Senado, mas o Congresso –, na realidade também é uma tática que está sendo usada por quem tem controle sobre as verbas altas, sobre parte da mídia. É uma maneira de desviar o foco da corrupção.

Estou citando aqui um evento. Vamos ver, agora que foi autorizada, Senador Arthur Virgílio, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de cinco organizações ligadas ao MST na região amazônica, vamos

ver o que fizeram desse dinheiro, quais os benefícios que trouxeram ao País.

Eu me pergunto: se o Governo acha que o dinheiro que manda para as ONGs é um dinheiro correto, por que ele insiste veementemente em não permitir que esses fatos sejam apurados? O outro que veio depor, com ligações com a GTEC, entrou imediatamente com *habeas corpus*. A Justiça concedeu, e ele veio para o Senado com direito ao silêncio.

Estamos tomando providências com o pedido da quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Faço este registro, Sr. Presidente, lamentando que o Governo teime em não querer clareza na apuração de fatos que ocorrem no terceiro setor, que é um setor que, no mundo moderno, é de grande utilidade e precisa ser fiscalizado para que não ocorram distorções e desmandos como esses que estamos vendo por aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir o Senador Heráclito Fortes, do Piauí, do DEM, denunciando mazelas administrativas do Partido dos Trabalhadores no nosso Estado, e das ONGs no Brasil todo.

Vamos fazer aqui um espírito da lei. A Rosalba pediu, eu estava na lista também, o Magno Malta e o Arthur Virgílio. Então, em respeito à doutora, ela vai falar dez minutos, porque é nota dez; depois, o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, o Magno Malta, alternando.

A Senadora Rosalba Ciarlini é de Mossoró, onde foi Prefeita por três vezes, Senadora da República, extraordinária médica pediatra neonatologista da Medicina brasileira.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa. Quero também agradecer ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador Magno Malta por me darem esta oportunidade, porque, na realidade, Senador, tenho que pegar um avião agora às oito da noite – vou para o meu Estado – e não teria outra oportunidade.

Volto aqui, Srªs e Srs. Senadores, a falar sobre a situação das prefeituras. Neste último final de semana, como sempre faço, voltando ao meu Estado, eu estive com vários prefeitos. Na cidade de Goianinha, onde estava acontecendo a Festa da Padroeira, o Prefeito, com muita dificuldade, mas com muito espírito público, conseguiu manter a tradição daquela festa, que é a festa maior da cidade, que o povo, todos os anos, aguarda ansiosamente, apesar das condições – nós sabemos que as prefeituras estão passando por muitas dificuldades.

Estive em São Paulo do Potengi, onde estava acontecendo uma caprifeira, dando início ao circuito de caprifeiras. Trata-se de uma atividade que eu sempre defendi e acho que precisa ser cada vez mais estimulada e apoiada. É uma atividade que, na nossa região – no Nordeste, de maneira geral –, é produtora de oportunidades e, se for realmente valorizada como deve ser a criação de caprinos e ovinos, nós vamos ter mais desenvolvimento. Como já dizia o homem do campo, "do bode a gente aproveita até o berro", porque realmente gera emprego e gera renda.

Lá, em São Paulo do Potengi, eu estive com o Prefeito, além de outros prefeitos, e todos estão com a mesma dificuldade, sentindo já o peso dessa crise brava e violenta que tem tirado renda dos Municípios. Assim também foi em Extremoz, com o Prefeito Klauss; em Tibau do Sul, com o Nilsinho; e também em Canguaretama, cidade cujo Prefeito encontrei lá em Goianinha.

Enfim, minha gente, a situação das prefeituras, Senador Mão Santa... O Presidente anunciou a compensação de R$1 bilhão, mas, até agora, o projeto de lei de crédito suplementar ainda nem foi apresentado, e o recurso só poderá ser repassado quando esse projeto de lei for votado nas duas Casas. Isso é um absurdo! Cada vez que se reduz o IPI dos produtos – agora, da construção civil, de eletrodomésticos... Nós sabemos que isso é importante para reduzir o preço e dar condições a que a indústria mantenha o nível de emprego, mas não se está pensando nas prefeituras, que estão a cada dia sendo mais prejudicadas, porque o IPI baixando significa recursos baixando, e, quando baixam os recursos, as cidades passam a ter inúmeras dificuldades. Existem cidades que já estão realmente para fechar as portas, prefeituras que não têm, com o repasse feito agora, como honrar o pagamento de pessoal, os repasses obrigatórios à Câmara, as dívidas normais para manter a saúde, a educação.

Minha gente, tem que haver uma agilização dessas medidas! O Presidente anunciou, foi à mídia, e o que está acontecendo? O que acontece é que a população, vendo todo esse anúncio de que vai ser liberado R$1 bilhão para compensar os R$2,4 bilhões que os Municípios já perderam, o que acontece? A população acredita, cobra dos prefeitos, pensa que realmente o dinheiro chegou, quando na realidade ainda não chegou um centavo. Muito pelo contrário: continua o INSS retirando na fonte os recursos dos Municípios nas parcelas do FPM.

O pedido, o apelo que fizemos – estamos aguardando uma resposta, pelo menos – com relação à suspensão da cobrança dessas dívidas do INSS por 120 dias... E que também venha a medida provisória, que ainda não chegou a esta Casa, para que deem condições a que possamos incluir também a suspensão da cobrança das dívidas, Senador Mão Santa. Como tenho

dito, esse é o oxigênio que se está precisando para que os Municípios possam se reorganizar, se ordenar.

Apesar de tudo isso, nada melhorou, e a situação é muito difícil.

Agora, quero levantar uma questão que já preocupa bastante, que é com relação ao inverno. Nós, que somos nordestinos, não temos momento de maior alegria, principalmente para os do semi-árido – quem mora na praia, no litoral, já não tem esse sentimento que nós, que moramos no sertão, temos –, do que quando as chuvas chegam. Que alegria! Como é bom! Eu fui Prefeita, e era um momento alegre ver cortar a terra, entregar a semente para ver o campo florindo, o campo produzindo, as famílias tendo mais fartura. Mas, quando a chuva é demais, começam as preocupações.

No ano passado foi aquela enchente que, no meu Estado, atingiu de forma violenta o Vale do Açu, o Vale do Apodi e a região de Mossoró. Aqui, desta tribuna, quando as enchentes começaram, fiz um alerta. Lembro bem que o Senador Agripino, o Senador Garibaldi e eu, todos solidários, dissemos ao Presidente que mandasse uma medida provisória emergencial para que pudessem chegar recursos aos Municípios que estavam sendo atingidos pela enchente no Nordeste. E não foi só no meu Estado, mas também no seu Estado, Senador Mão Santa. O Piauí também passou por situações difíceis. Não chegou nada. Em dezembro de 2008 – olha que a enchente aconteceu em abril e maio –, havia cidades recebendo colchões. As cheias já tinham passado, as dificuldades imensas já tinham acontecido, tinham sido superadas só Deus sabe como. Mais uma vez, com as maiores dificuldades, os Municípios fazem mágica para não deixarem ninguém passando fome nem ao relento.

Os produtores perderam muito. Quanto ao efeito do desemprego no nosso Estado – e, a cada mês, lá estão os dados mostrando que o desemprego acontece, existe –, sabe o que está acontecendo? Começou exatamente na fruticultura, no agronegócio, quando daquela enchente no ano passado.

Agora, os reservatórios voltam a ficar, de novo, no limite. Já está sangrando a Barragem Santa Cruz, está sangrando a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, estão sangrando inúmeros outros açudes. Recebi informações de que a cidade de Apodi já está ficando ilhada. Na cidade de Mossoró, que também está no curso do rio Mossoró-Apodi, já existem pessoas ficando desabrigadas nos bairros, já começa a nos preocupar. As medidas têm que ser tomadas imediatamente, antes que, realmente, as águas continuem a aumentar e a trazer mais dificuldades à região de Apodi, à região do Vale e à região de Mossoró.

Então, em relação a toda a região oeste, fica aqui o nosso apelo, o nosso alerta, a nossa comunicação para que as providências sejam tomadas de imediato. A Defesa Civil de cada Município está fazendo já o que pode, mas os recursos federais têm que chegar. E tenho certeza de que esta Casa será solidária se, porventura, as águas não pararem, continuarem a subir, e nós tenhamos novamente aquela situação do ano passado. Tenho certeza de que esta Casa será solidária, porque, em nenhum momento, nós, do Rio Grande do Norte, deixamos de ser solidários com os outros Estados deste País, com as outras regiões onde aconteceram calamidades, onde aconteceram situações de emergência. Nós fomos solidários, nós levantamos a nossa voz, nós nos unimos à força dos outros Estados para atender Santa Catarina e outras regiões. Nós sabemos, agora mesmo, que o Ceará também já está com regiões também causando preocupação, trazendo esse alerta para uma outra calamidade se as águas continuarem a avançar, se as águas continuarem a subir.

Eu quero também dizer, Senador Mão Santa – olha que País grande, com tantas diversidades –, enquanto nós estamos já preocupados com a nossa região, onde há naturalmente seca, preocupados com que essa situação venha a nos levar novamente a um período de enchentes, o Rio Grande do Sul, que é um Estado que realmente tem um clima diferenciado, mais temperado, está passando por uma situação de seca. E fica aqui também, solidariamente, o nosso apelo para que se atenda às dificuldades do Rio Grande do Sul na seca, mas que não abandonem o nosso povo na hora em que tivermos as enchentes, porque as medidas têm que ser tomadas de imediato.

Muito obrigada, Senador.

Senador Mão Santa, eu não sei se posso, já passei do tempo, mas o Senador Cristovam está pedindo e me honra muito um aparte do Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Um curto aparte, realmente curto. Apenas, Senadora Rosalba, para manifestar a minha solidariedade, como nordestino também, ao que vocês estão passando e para dizer que, como o Rio Grande do Norte aqui, nesta Casa, demonstrou tanto apoio – lembro-me bem – no caso de Santa Catarina, é hora de o Brasil inteiro dar todo apoio ao seu Estado. Então, minha solidariedade, e tudo aquilo que for possível fazer eu creio que nós todos devemos.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Eu gostaria de deixar claro que, graças a Deus, não estamos naquela situação por que Santa Catarina passou, mas estou aqui alertando, porque prevenir é bem melhor do que remediar. As águas estão subin-

do. A cidade de Apodi já começa a ficar ilhada; em Mossoró, o rio avança. Então, como somos da região e conhecemos todas as situações, estou prevendo infelizmente que vamos ter outra enchente. Então, se tomarmos logo as medidas imediatas, se o Governo for solidário agora, os efeitos, com certeza...

(Interrupção do som)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ... serão mais fáceis de serem corrigidos. Será muito mais fácil ter uma solução.

Muito obrigada.

Desculpe-me, Senador Mão Santa, por ter passado dos meus 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Senadora Rosalba Ciarlini faz apelo ao Governo Federal, para atender às necessidades provocadas pela calamidade no seu Estado.

Convidamos para usar da palavra o Senador Arthur Virgílio. Ele é líder do PSDB e representa o glorioso Estado do Amazonas, de grandiosa e bonita história, segundo a qual o ouro branco da borracha atraiu os nordestinos, que fizeram, no começo do século XX, de Manaus uma das mais ricas cidades do mundo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É verdade, Presidente. Muito obrigado a V. Exª.

Senador Cristovam Buarque, Senador Mão Santa, o assunto é o mesmo. Venho me referir, mais uma vez, às enchentes no Estado do Amazonas, que vêm assumindo proporções desastrosas.

Nós temos dois tipos de municípios: aqueles cujas sedes são construídas bastante próximas à água, e essas, as sedes municipais, estão inundadas, e temos aquelas que, como o Município de Tapauá, por exemplo, estão a 33 ou mais metros acima do nível do mar e essas sofrem pouco efeito da subida das águas na cheia, mas não escapam – e nenhum município escapa – do efeito danoso daquele dilúvio verdadeiro nas zonas rurais.

Eu tenho visto muito pouca movimentação. Incrível, Senador Cristovam, é que, quando aconteceu o fenômeno da seca, aquele solo esturricado, parecendo a seca nordestina, aquilo despertou, no Município de Manaquiri, por exemplo, uma atenção enorme de fotógrafos internacionais, de revistas da mídia brasileira, enfim, das autoridades, como se, de fato, fosse surpreendente – e é surpreendente – o fenômeno da seca no meu Estado. Já o da cheia, acho que as pessoas pensam que é comum e que não devem dar tanta importância para aquelas vidas que são, da mesma maneira, prejudicadas, algumas arruinadas e algumas ceifadas no processo de subida das águas, que leva de roldão o que encontra pela frente. São municípios com ruas inteiras que viraram rios.

E não se sente uma mobilização nacional para atender aos Estados da Região Norte, que, também eles, foram solidários com o Estado de Santa Catarina, que merece de nós todo apreço, nesse verdadeiro esforço que virou uma espécie de SOS Santa Catarina, que sugiro que vire um SOS Nordeste – está aqui a Senadora Rosalba a nos dar inteira razão –, um SOS Amazonas, um SOS Amazônia, com os outros Estados enviando para lá roupas, víveres, médicos, psicólogos, enviando recursos humanos e recursos materiais para que se possa, efetivamente, mostrar integração nacional também por aí.

Eu prego sempre a prevenção. Há Municípios que não têm logística para distribuir as cestas-básicas que chegam. Quando a cesta básica chega às mãos do último necessitado já está na hora de mandar outra cesta básica. Os prefeitos se esforçam, têm de levar um caminhão, recolher as cestas básicas, colocá-las em um barco. Isso tudo demanda muito tempo. As famílias estão se miserabilizando. Ficam até o último instante em suas casas, com tudo aquilo que não vou me cansar de dizer. Na cheia há o perigo de as crianças serem afogarem numa rua que vira rio. Aparecem ratos, escorpiões, cobras, porque o rato faz parte da cadeia alimentar da cobra. Aparecem arraias que, provocadas, se tocadas, reagem com um ferrão, que às vezes é letal. Percebo um esforço muito solitário de prefeitos, de comunidades, para enfrentar essa questão. É uma questão que já deveria ter despertado a atenção da mídia brasileira, a atenção do resto do mundo, tanto quanto a seca o fez.

Já contei essa história uma vez no Senado e vou repeti-la. Quando cheguei de volta do Rio de Janeiro, em 1978, há 31 anos, em Manaus, fui visitar o Paraná do Cambixe, no Município de Careiro da Várzea. Lá um cidadão me disse: " Arthur, volte aqui na época da "séca." Pensei que era uma diferença de sotaque entre ele e o meu sotaque. Mas ele estava com muita sabedoria. E eu imagino que os dicionaristas deveriam tratar disso, porque até hoje eu não vi nenhum dicionário estabelecer a diferença entre seca(ê) e seca(é). Seca(ê) é quando não há água, no Nordeste; cheia – todo o mundo sabe – é quando há muita água. Então, cheia, na Amazônia, é quando há mais água ainda. Seca(ê) nunca tinha havido. Seca(é) era quando havia menos água, período da vazante. Inteligência do caboclo, inteligência do ribeirinho que deveria ser aproveitada pelos dicionaristas, porque eles têm que incorporar essa sabedoria popular a tudo que resume a mistura de sabedoria popular com erudição dentro dos dicionários mais categorizados do País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Virgílio, desculpe-me interrompê-lo. É só para

prorrogar, porque, regimentalmente, às 18h30min encerra-se a sessão. Prorrogo por mais meia hora para que todos possam falar e ter a votação de requerimentos.

Continue.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Presidente, obrigado. Agradeço a V. Exª.

Então, pela primeira vez, em algum momento, aconteceu, há pouco tempo, não uma seca(é), uma mera vazante; mas uma seca(ê) com solo esturricado, com aquela figura tradicional nordestina de termos o esqueleto do gado ali faminto, esquálido, falta de água. Isso foi uma clara advertência da natureza por tantos malfeitos que cometem contra ela.

Mas, em seguida, veio o fenômeno da cheia com menos força, até que veio o extra que ameaça superar os efeitos danosos da cheia de 1953, que, simplesmente, devastou uma grande parte da cidade de Manaus até onde as águas puderam alcançar.

As iniciais – e, ainda, assim pessimistas – informações de Manaus diziam que seriam 30 mil desabrigados na minha cidade. Hoje, não há quem duvide de que passarão de 50 mil desabrigados. E a Prefeitura está lá cuidando de fazer o seu planejamento para enfrentar essa situação. No interior, outro tanto será alcançado, será atingido.

Quando as águas baixam, o problema não está resolvido. As prefeituras têm que dar madeira para as casas serem reconstruídas; as prefeituras têm que cuidar das doenças que vêm, são doenças terríveis. São as hepatites, são as doenças, aquela doença, Sr. Presidente, transmitida pela urina do rato, é a leptospirose que é transmitida pela urina do rato, as picadas de cobra, são doenças terríveis que mostram que a vida das pessoas da minha região terminam sendo menos valorizadas do que a vida das pessoas de outras regiões, assim como eu julgo que, em um país de insegurança pública como o Brasil, a vida dos austríacos vale mais do que a vida dos brasileiros, isso é muito lamentável.

Então, estou a aguardar que as boas ONGs e que os governos dos outros Estados exerçam em relação à minha região e, sem dúvida alguma, ao Nordeste ou onde quer que se manifeste essa necessidade, uma solidariedade muito firme. Pedi a constituição de uma comissão externa e gostaria muito, Sr. Presidente, de vê-la ativada já na semana que vem, e que os Senadores da região, claro, mas inclusive também os Senadores de fora pudessem fazer parte dela e, assim, verem, , o que passa o ribeirinho do meu Estado, verem, , que sacrifício se faz, quanto esforço se faz para manter a soberania nacional sobre aquela região tão estratégica.

A sensação que as pessoas têm nos Municípios mais distantes, mais ermos, é de abandono e de indiferença, como se o Brasil não os considerasse, como se o Brasil não os estimasse, não os apreciasse.

Insisto que há uma visão muito caolha do Brasil, porque se ali tem toda a manifestação da pobreza, da penúria, da escassez, tem também a manifestação da riqueza, do jogo estratégico, da possibilidade e do futuro.

Portanto, mais uma vez, eu aqui apelo para que o Senado constitua, com rapidez, essa comissão externa e, ao mesmo tempo, que passe a ter, por parte do Governo Federal e do governo estadual, mais sentido de previsão. Se há conhecimento de que pode acontecer, tem que ter um comportamento padrão. Vai acontecer ou não, se não acontecer melhor. Se acontecer o pior, então, não se é apanhado de surpresa.

Há Municípios que não têm barcos, como é o caso de Barreirinha, por exemplo, para levar as cestas básicas e os remédios até a ponta do necessitado. Foi preciso o Município de Parintins ajudar com uma ambulancha, com lancha, com equipes médicas. Há Municípios que podem mais rapidamente ajudar os outros, aqueles que não são atingidos tão duramente podem ajudar aqueles atingidos mais duramente. Mas tem que haver uma coordenação estadual...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. Tem que haver uma coordenação nacional também, o imediato e eficaz acionamento das defesas civis.

Temos que entender que a natureza é a natureza. Ninguém pode mexer na natureza. Não se deveria até mexer nela. Mas o homem tem que construir, pela engenharia e pelas atitudes de muito rápida ação administrativa, saídas para pessoas que estão desvalidas.

Se os brasileiros de Santa Catarina, em algum momento, sentiram-se sós – e eu me senti desesperado como eles –, posso assegurar que um amazonense atingido pela enchente se sente mais só do que qualquer outro ser humano, porque ele está no começo do Brasil. Não está no fim do Brasil. Eu entendo que ele está no começo do Brasil. E no começo do Brasil ele se sente só. É uma solidão incrível, porque quando está tudo bem pode até ser uma solidão bonita, mas quando está tudo mal é uma solidão dolorosa. É uma solidão muito triste. Uma solidão muito...

(Interrupção do som)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... efetivamente solitária, para ser tautológico, para repetir e enfatizar o fato de que as pessoas no meu Estado, nos rincões mais distantes, sentem-se abandonadas.

Então, imagino que quem nos ouve deveria pensar mesmo, começar a fazer manifestações. Tem aí a rede, tem a Internet; temos que usar esses instrumen-

tos e começar a mobilizar vontades, a mobilizar pessoas para se criar um SOS Amazônia; não me importo se for um SOS Nordeste também, já que a Senadora Rosalba acabou de falar de cheias devastadoras no seu Estado, no Rio Grande do Norte. Um SOS Amazônia; um SOS Nordeste. Eu me bato muito para esse SOS Amazônia, de modo que o Brasil se incorpore a uma luta, que é uma luta nacional, a de preservar vidas que são muito úteis para a história que o futuro haverá de nos permitir contar, brilhantemente, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, graças à exploração racional, decente e com sustentabilidade dos recursos da minha região.

Espero que os brasileiros se sensibilizem, porque é muito doloroso o que passa minha gente, desse momento grave de uma cheia de proporções superiores às manifestações das águas do ano de 1953. Aquela foi gravíssima. Esta é além de gravíssima, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Arthur Virgílio, que representa o Estado do Amazonas, apela à sensibilidade do Governo Federal para socorrer a população daquele Estado diante das graves cheias que lá ocorrem.

Convidamos para usar da palavra o Senador Magno Malta.

Antes, pediria a permissão para fazer a votação de requerimentos.

Em votação os **Requerimentos nºs 459, 460, 461, 462, 463 e 464 de 2009**, lidos anteriormente.

Os requerimentos tratam de licença de Senadores para comparecerem ao Parlamento do Mercosul.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores presentes que os aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Magno Malta, do PR do Espírito Santo.

S. Exª engrandece este Senado, a República e o Brasil quando faz uma corajosa campanha sobre a maior nódoa da nossa sociedade: a pedofilia. Nós temos muita crença, porque quando governamos o Estado do Piauí S. Exª nos ajudou a afastar o crime organizado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Antes de entrar na minha fala, faço um registro de solidariedade, Senador Cristovam, ao Senador Gerson Camata. Sou filho adotivo do Espírito Santo. Quando cheguei ao Espírito Santo ele já era Gerson Camata, que tanto significou para a política do Estado. Eu me solidarizo com a sua família, com seus filhos, com a Deputada Rita Camata. Faço votos de que o Senador rapidamente se desvencilhe e consiga provar tudo isso, esses ataques que têm vindo sobre ele. Fico triste e a minha tristeza é porque a pessoa que o ataca está há quase 20 anos ao lado dele. Não é possível que no primeiro, no segundo ou no terceiro ano ele já não soubesse que Camata era esse canalha que ele está pregando agora. Podia tê-lo largado no primeiro ano, denunciado logo no segundo ou no terceiro, mas esperou 20 anos.

Portanto, transmito a minha solidariedade à família do Senador Gerson Camata, na esperança de que ele prove tudo isso. Certamente o povo do Espírito Santo o conhece, certamente a sociedade conhece a história dele, que é absolutamente maior do que tudo isso.

Eu já votei algumas vezes no Senador Camata. Nunca disputei eleição ao lado dele nem no grupo dele, mas eu e minha família mantemos grande respeito pela história dele no Estado. Eu o abraço conjuntamente com a família. Conheço o filhinho dele, com quem fiz amizade no avião. Gosto muito de desenhar, Senador, típico de menino nordestino que aprende as coisas mais ou menos na marra, e todas as vezes que encontrei esse garoto no avião eu fiz uns desenhos para ele e acabamos amigos. Imagino o quanto está sofrendo, porque os filhos sofrem, a família sofre.

Senador Camata, meu voto de solidariedade e que V. Exª rapidamente prove tudo isso, que V. Exª consiga colocar tudo isso em pratos limpos para ter paz de espírito, conjuntamente com sua família.

Quero citar um versículo da Bíblia que diz assim: “Entrega o teu caminho ao Senhor, confia nele e o mais ele fará”.

Subo mais uma vez nesta tribuna para falar sobre pedofilia e abuso. Registro a princípio, Senador Cristovam Buarque, uma matéria a que o mundo assistiu perplexo, porque não tinha conhecimento do monstro que estava debaixo do tapete chamado pedofilia. Aí eu costumo dizer que o máximo que sabíamos era é de um homem adulto que tinha relação com uma menina de 13, 14 anos. O nosso HD só tinha essa informação, não havia outra. Aqui não tem outro registro – nem de abuso de menino, nem de criança no berço, nem de criança de tenra idade, de três, quatro, dez ou doze anos. Há apenas registro de abuso de menina, por causa da história de turismo sexual no Brasil. E o mundo ainda assiste estarrecido parece que um golpe na família.

Há um ano, um pouco mais, instalamos a CPI da Pedofilia. Muito descrente, de forma tímida, começamos a caminhar. Ao mapear o Brasil, ao viajar pelo Brasil, formamos um corpo muito competente de Promotores, de peritos, na Polícia Federal, no Ministério

Público Federal e Estadual, nas ONGs. Com o debate, começamos a fazer oitivas pelo Brasil. Um corpo de técnicos do Senado, preparados, funcionários, assessores preparados, tem dado um suporte dos mais brilhantes a essa CPI.

Trago aqui uma matéria do . Isso deu na televisão. Todos assistiram. Ainda estão repetindo. "Autoridades descobrem 9 mil internautas que trocavam material pornográfico infantil. O Brasil está no topo da lista, com 781 suspeitos." Tudo que sempre falamos. Ao quebrar o sigilo do Orkut, já havíamos detectado que o Brasil é o maior consumidor de pedofilia na Internet.

Por isso, estamos chamando a associação dos provedores de cartão de crédito, e eles já vieram aqui, para que o cartão de crédito no Brasil assine um termo de ajuste de conduta ou um termo de cooperação, melhor dizendo, para buscar mecanismos para evitar que pornografia, que pedofilia seja comprada na Internet, porque não se compra com , nem com promissória, nem com cheque, compra-se com cartão de crédito. E esse dinheiro vai para um paraíso fiscal, para não ser rastreado.

Na próxima semana, eu vou oficiar a Embaixada da Alemanha e o Ministério Público, para que eles me mandem os nomes desses suspeitos. Eu não tenho dúvida de que já os tenho, porque uma vez pedófilo é pedófilo, e eles navegaram na rede. Quando quebramos o sigilo do Orkut, encontramos milhares. E certamente esses 781 brasileiros suspeitos estão entre eles.

Informo ao Brasil que, com a quebra do sigilo do Orkut, após a votação da lei que criminalizou a posse do material pornográfico, nós temos condições plenas de começar as operações. Não vamos mais pagar o mico de fazer busca e apreensão em computador, quando o predador – vou falar predador, vou falar certo agora, porque eu falo "pedrador" e as minhas filhas, quando chego em casa, dizem "pai, você falou errado de novo, é predador" – continua abusando, continua cometendo o crime, enquanto o seu computador é periciado. Depois, tem o mico de devolver o computador para aquele que acredita plenamente na impunidade.

Essa rede de pedófilos alcançou 91 países. E as informações da América Latina e de alguns países da Europa foram entregues por nós à Interpol. Houve uma operação comandada pela Polícia Federal no Brasil junto com a CPI, que alcançou 71 países. Agora, chegam a 91, numa operação comandada pela Alemanha.

E o que mais me deixa feliz é o que diz a Drª Úrsula, Ministra da Família: punição é prioridade. Ministra da Família, Ministério da Família! Nós precisamos de uma coisa dessas no Brasil. Ministério da Família para gerir os interesses da família do ponto de vista da prevenção. E prevenção se faz com informação.

O indivíduo informado você forma; o indivíduo desinformado cresce deformado. E a deformidade da nossa sociedade é em função da informação que não se tem.

Senador Cristovam, V. Exª fala em educação o tempo inteiro, bate na tecla, é o Senador da educação, porque V. Exª, mais do que ninguém, sabe que o que forma um homem é a informação. E a deformidade é a falta de informação. A deformidade da sociedade brasileira, por exemplo, é que somos um país de bêbados, somos um país de fumantes. O que nicotina e alcatrão fazem não dá para escrever em livro algum. Mas os fumantes e os bêbados do Brasil põem o dedo na cara de um menino que começou a fumar maconha. E normalmente esse menino, que está na droga ilegal, é fruto da droga legal, porque normalmente são filhos de pessoas que ingerem bebida alcoólica com maior ou menor teor alcoólico e pessoas que são fumantes, filhos de organismos de fumantes. E depois os pais dizem que tudo está na conta da polícia ou que tudo está na conta dos políticos. "É, a culpa é dessa polícia que é incompetente". Polícia não foi instituída para criar filho de ninguém, nem educar. "Esses políticos...". Político também não foi instituído nem para educar filho de ninguém, nem para criar. Criação de filho é privilégio de pai e mãe. Filho é dádiva de Deus.

A Bíblia diz, Senador Mão Santa – V. Exª que gosta muito da Bíblia –, que a nossa vida deve ser um livro aberto, para que os nossos filhos façam boa leitura da nossa vida, para que as pessoas façam uma boa leitura da nossa vida. E que elas se informem, que a nossa vida seja um livro.

Então, veja, o que precisamos agora é recobrar valores da família. O que precisamos agora é nos arrepender de ter matado o casamento lá atrás, desconstruído a estrutura do casamento.

Por exemplo, quando vejo, no carnaval, o Governo gastando tanto dinheiro com use camisinha, proteja-se, não sei o quê e tal –, fico preocupado, porque podia ter uns dizendo assim: reserve-se, guarde-se, o casamento é bom. Ia ser chamado de um governo careta, ridículo, mas quem ama a família, de fato, ia bater palmas. Até por que quem não tem adversário?

Hoje, vejo o Ministério da Saúde, distribuindo cartilhas nas escolas ensinando como é que se fuma , ensinando como é que se cheira cocaína, como é que se faz a carreira, como é que se fuma maconha. Mas que desgraça é essa?

Na próxima semana, vou trazer uma cartilha que está sendo distribuída nas escolas para mostrá-la, porque eu tenho drogados na minha instituição que aprenderam a fumar droga – meninos –, porque receberam o manual. E chamam isso de quê? Estão chamando isso de redução de dano. Redução de dano, ensinan-

do? Quer dizer, você tem uma sala com 30 alunos, dois são usuários, e você distribui uma cartilha para os 30, para aquele que está usando a droga não fazer errado e pegar uma outra doença? Mas por que tem que ir para a mão de todos? Fico questionando isso.

Então, fiquei impressionado com esse Ministério da Família. O Dr. Thiago Tavares, que é assessor da CPI, para nossa alegria, Presidente da SaferNet, concedeu uma entrevista ao **Correio Braziliense**:

> Thiago Tavares, organizador da ONG Safernet, de proteção aos direitos humanos na Internet, lembrou que as investigações da CPI da Pedofilia no Senado Federal e das Operações Carrossel já indicava o Brasil como grande distribuidor de pornografia infantil.

Recebi um delegado hoje, pela manhã, com uma diretora da área jurídica da Microsoft, para que a Microsoft pudesse entregar o que o Juiz estava determinando – e eles o fizeram, até porque a Microsoft está pronta para assinar esse termo de cooperação. Porque há uma rede – não vou falar em qual Estado porque é uma investigação fechada, mas o Brasil, daqui a pouco, vai tomar conhecimento –, uma rede terrível, que será desmantelada daqui a pouco.

Então, nós estamos diante de um monstro, e esse monstro foi revelado à sociedade por esta Casa – por esta Casa. Isto não é luta de Dom Quixote, isto não é guerra de um homem só. Não são sete membros da CPI e os assessores – que, aliás, são muito competentes...

(Interrupção do som)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas é uma demanda que foi levantada por esta Casa.

Ouço V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Magno Malta, em primeiro lugar, diante de tanta crise que a gente vive aqui com a imagem do Senado, em um desses dias, alguém falando para que serve isto, eu fiz questão de dizer: "Olhe, eu vou dar só um exemplo: a CPI contra a pedofilia. O trabalho que o Magno Malta está fazendo já justifica uma boa parte das funções de termos o Congresso aberto e funcionando". Então, a primeira coisa é só para lhe dizer isto: que eu fiz essa referência ao senhor como uma prova do bom trabalho que há aqui, nesta Casa, apesar de tudo. Em segundo lugar, quero aproveitar, também, para manifestar a minha solidariedade e simpatia ao Senador Camata, que é uma das figuras mais respeitáveis que a gente tem aqui, nesta Casa. E, terceiro, sobre o assunto: o senhor tem razão, porque nós estamos tão acostumados com as vergonhas que a gente começa a fazer pequenos ajustes. Há pouco, todo mundo viu: há um projeto para a legalização da prostituição. Não há dúvida de que temos que tratar com o maior respeito qualquer pessoa que termina sendo obrigada a viver da prostituição, mas a idéia de legalizar passa a sensação de que a gente está tomando isso como uma coisa normal, quando as pessoas que estão nessa vida sofrem por viver essa vida. Claro que podem existir exceções, provavelmente existem. A gente começa a ter o costume da vergonha e procura dar jeitinhos nessa situação. A prostituição infantil é outro assunto. Nós nos acostumamos tanto, que saiu da mídia. Se não fosse o senhor...

(Interrupção do som)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Se não fosse o senhor e os outros membros da CPI investigando a pedofilia, provavelmente não estaríamos falando na pedofilia. E a prostituição – não se está falando –, está aumentando o número. Nestes últimos anos, Senador Mão Santa, todos os indicadores estão mostrando isso, e eu não sei por que não tem havido denúncias fortes contra isso. Está aumentando o número de meninas e meninos também na prostituição. E aí já começam a reclamar quando falam em prostituição infantil, porque dizem que isso é uma maneira de tratar mal. Não. É a verdade. E a gente tem que ter vergonha das coisas e tentar resolvê-las, e não dar jeitinhos. E aí quero lhe falar que aqui está correndo, há anos, um projeto meu que cria não o ministério da família, mas uma agência de proteção da criança e do adolescente, ao lado do Presidente da República, trabalhando por meio de todos os Ministérios. Lamentavelmente, há uma resistência de todos os lados, inclusive do próprio Conanda, que acha que não deve ser necessário isso porque, segundo eles, já existe o Conanda. Mas o Conanda é um Conselho, não tem braços, não tem mãos. Nem sei como eles estão colaborando com a sua CPI, tenho até curiosidade. Eu não teria nenhum problema de tirar a ideia de agência de proteção à criança e colocar uma agência de proteção à família no Brasil. Poderia ser. Vamos mudar o nome, vamos mudar a perspectiva, mas que tem que ter alguém pensando isso, tem. Há uma desarticulação da família, que é fruto de uma migração muito rápida do campo para a cidade. Foi muito rápido que aconteceu isso, e a cidade desarticulou as relações familiares. Todos criticam, Senador Mão Santa, hoje em dia, certos grupos étnicos lá fora, mas, por exemplo, não se vê criança abandonada em um país pobre muçulmano. É raríssimo.

(Interrupção do som)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Só em cidades muito grandes como o Cairo. No resto, não há. Por quê? Porque a família aglutina. E se um perde o emprego, se o outro vai embora, os tios pegam a criança. Há um sistema de aglutinação. Nós perdemos essa capacidade de aglutinar. E nós, políticos, temos de nos

preocupar com isso. Como o senhor disse, não é moralismo, caretice, não. É uma questão de sobrevivência da Nação. A gente precisa ter alguém junto ao Presidente da República, preocupado, permanentemente, em saber como aglutinar as unidades familiares da Nação brasileira, porque, sem essas unidades familiares... E não falo da família só no sentido tradicional, porque acho que há uma mutação muito forte e que ninguém tem de impedir mesmo, deve-se deixar que surjam novos conceitos de família, mas a unidade aglutinadora tem de existir. E, lamentavelmente, a gente nem está ligando para isso, porque, como o senhor diz, ao invés de lutar contra o , a gente ensina para que se saiba usar, para evitar o menos mal. Nós nos acostumamos e agora nós lutamos apenas para evitar o menos mal, e não para fazer com que o mal desapareça no Brasil. Por isso, meus parabéns pelo seu trabalho na CPI e pelo seu pronunciamento, hoje e permanentemente alertando o Brasil dessa tragédia que a gente vive.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ora, Senador, acho que é um orgulho para qualquer Parlamentar ter um aparte seu. V. Exª é um educador respeitado, um homem sensível, de origem sofrida, que sente mais um pouco, um homem que se dedicou à educação, que fala com propriedade, que tem o respeito da Nação, e acho que incorporar o seu pronunciamento...

(Interrupção do som)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu quero agradecer à sua assessoria, que, rapidamente, foi me auxiliar para dar veracidade.

Eu não sei qual a câmera que está me mostrando, mas olhem isto aqui, do Sistema Único de Saúde (SUS). Prestem atenção.

Eu, por causa da CPI da Pedofilia, não estou em nenhuma Comissão, porque a demanda é muito grande. Então, eu vou convidar, na CPI da Pedofilia, o Ministro da Saúde para vir à CPI para a gente discutir essa má ideia. Isto está indo para as escolas. Olhem aqui: "Esses equipamentos são os seus. Não compartilhe".

Esse aqui está cheirando uma carreira de cocaína. Essa aqui está acendendo um cachimbo, ensinando a acender. Esse aqui está ensinando como é que põe a água potável para diluição da cocaína. Esse aqui está ensinando a colocar o protetor labial, ensinando como operar a agulha, e isso aqui é um papelote. Veja aonde nós chegamos!

Falando de hepatite e de outras doenças, eles colocam aqui um casal tendo relação sexual.

Outros...

(Interrupção do som)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O sujeito fumando , outra seringa. Olhem que imagem para um garoto que recebe isso na escola! Esse aqui acendendo a pedra, ensinando como corta, a agulha. Eles chamam isso de redução de dano?!

Sexo anal. Está o cara aqui, agarrando outro. Está aqui.Sexo vaginal – isso aqui tudo vai para as escolas – e sexo oral. Está aqui.

É preciso que as pessoas em casa, que o Brasil reaja a isso.

Sexo anal de novo! Isso aqui está indo para as mãos das crianças nas escolas. Outro: dois homens tendo relação sexual; duas mulheres tendo relação sexual. Aqui ensina o uso da camisinha. Informa que passar mal pode ser .

Mais uma página: ao usar , faça isto aqui –está ensinando como é que se faz com o cachimbo, como evitar queimar as pestanas.

Isso aqui é para distribuir, para fazer redução de dano.

Aqui, o uso de droga é que é o mal deste País. "O problema do Brasil é o usuário".

Todo mundo sabe – nunca estudei Psicologia até porque minha vontade era fazer Direito – que o caráter de uma criança não é formado em cima daquilo que ela ouve, é formado em cima do que ela vê.

(Interrupção do som)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Aqui, ensinando, se você resolve beber álcool, tomar cachaçada, como você deve proceder. Fico absolutamente preocupado! Aqui, doenças sexualmente transmissíveis, que podia ser feito de outra maneira, com uma cartilhazinha explicativa. Vem este trambolho aqui, este manual, ensinando.

Falo isso porque há quase 30 anos da minha vida que tiro drogado na rua. E sei bem o que é o sofrimento de alguém que tem um filho drogado na família, de uma mãe que viu o filho trocar os dentinhos de leite e, aos oito anos, perde o filho para o tráfico. O menino de 13 anos de idade diz que começou a usar droga porque viu isto aqui e tentou fazer o cachimbo.

Eu, que presidi a CPI...

(Interrupção do som)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ... do Narcotráfico e achei que estava diante da grande desgraça do Brasil e que o Brasil realmente queria superar este momento, vejo a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas), constituída para gerir políticas públicas de prevenção, que não conheço, muito pelo contrário, ajudar a tirar a punibilidade do usuário, desmoralizando o Judiciário e a sociedade. Se não há punibilidade, a empresa do traficante é forte, porque tem clientes bem tratados. Ninguém vai importuná-lo. O litro de gasolina que queima um ônibus é comprado com dinheiro do usuário.

A Senad se presta a esse papel! E não há um papel preventivo. A Senad não se presta ao papel de orientar as ONGs, Senador Cristovam Buarque. Esse papel multiplicador e essas ONGs de gente abnegada, no Brasil, Senador Mão Santa,..

(Interrupção do som)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ...essas que estão tirando drogados da rua, muito pelo contrário, em vez de terem apoio, estão desestimuladas.

Vou falar de um simpósio que fiz em Teresópolis. Antes, quero falar, Senador Cristovam Buarque, sobre a campanha contra a pedofilia, que é, hoje, absolutamente pior do que o narcotráfico. Temos duas coisas desgraçadas no Brasil: uso de drogas e pedofilia, abuso de crianças.

Senador Mão Santa, meu dia hoje está muito ruim, porque não consigo acostumar-me.

Estive com um delegado hoje. O delegado, que veio encontrar-se comigo e com a Microsoft, trouxe-me uma série de imagens dessa rede – que vai ser quebrada agora, com fé em Deus. Meu amigo, ninguém fica bem vendo uma criança de uma ano de idade sendo abusada. Ninguém fica bem ao ver uma criança de cinco anos de idade, de três anos, sendo abusada por dois, três homens. Ele me trouxe a imagem de uma criança de dois anos que, depois de ser penetrada, morre. É a imagem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – A criança está morta, e o pedófilo tenta abrir-lhe os olhos. Uma criança de dois anos, penetrada. Ao ser penetrada, na conjunção carnal, vem a falecer, e o pedófilo estava tentando abrir os olhos dela. É a imagem que recebi hoje.

Vejo um Brasil acordado, um Brasil desperto para essa questão.

Fiquei muito feliz porque, na semana passada, o do Flamengo, na sexta-feira, mostrava o seguinte: "Pedofilia é crime. Todos contra a pedofilia". E, no domingo, o Flamengo entrou com uma faixa, e, neste domingo, o Cruzeiro entrará com a camisa: "Todos contra a pedofilia", na decisão do campeonato mineiro. E a informação que tenho é que o Flamengo fará o mesmo no Rio de Janeiro.

O Brasil vai falando! O Brasil vai perdendo o medo! O Brasil não se intimida mais! E a felicidade é ter podido contribuir com esse momento.

Enviaram-me a imagem do jogador Kleberson, do Flamengo, com a camisa: "Todos contra a pedofilia", com um garotinho no colo. Esse rapaz ...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ...é o meia do Flamengo. Eu, que sou flamenguista, fui ao treino na sexta-feira.

Como todos conhecem, como todos sabem, as pessoas que estavam assistindo ao treino, na bancada, acenavam para mim, como se dissessem: "Olha, sua luta, estamos acompanhando na televisão! Estamos todos juntos!" Uma coisa impressionante!

Senador Cristovam, eu estive nos Estados Unidos agora. Foram 16 dias com o FBI, com o Departamento de Justiça americano. Uma ação promovida pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, e a Embaixada estava conosco, o Ministério Público Federal, Estadual, a Polícia Federal e servidores da CPI dos mais competentes. Fomos juntos para lá.

Quero fazer um registro – e V. Exª vai ficar feliz – sobre o Senado americano. No Senado americano, há duas mulheres que dirigem a instituição...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) –...até uma fala de um Senador tem que passar por essa mulher, senão não publica. São duas mulheres. Elas são votadas pelo Plenário do Senado. Quando alguém ganha o governo, muda tudo, e a pessoa indicada é votada pelo Plenário do Senado.

As duas mulheres estão lá há 12 anos, mas a que toma conta de tudo, nos Estados Unidos, é uma pernambucana, que está nos Estados Unidos simplesmente há 27 anos; e, nessa função, há 12.

Eu tive orgulho daquela brasileira! Quando vi aquela mulher e entrei na sala, ela colocou umas balas. Não falo inglês. Ela olhou para mim, riu e falou assim: "Pegue um confeito aqui". Quando ela falou "confeito", perguntei: "Tu és de Recife?" De Recife!

Estive lá para buscar a legislação que construiu o banco de pedófilos. Discuti com o departamento, com o Congresso Nacional, com o deputado autor da lei. Foi uma tarde inteira de discussão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Magno, tem mais um minuto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Dê-me três minutos e encerro. Depois, vou ouvir V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Chegou o Francisco Dornelles.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Vamos ouvi-lo.

O FBI, a Interpool, o mundo encantado com nossa ação. E trouxemos, dos Estados Unidos, ações concretas, que vamos efetivar ainda este mês, votando na CPI e trazendo para o Plenário, para dar segurança às crianças do Brasil.

Foram 16 dias de muito ganho, de trabalho duro, de muita responsabilidade, para um País que avançou no combate a esse tipo de crime e que, certamente,

nos subsidiou. Agradeço, aqui, à Embaixada americana; agradeço ao Departamento americano de Justiça, ao Departamento de Segurança, ao NCEMEC, que trata das questões de abuso de crianças, crianças desaparecidas nos Estados Unidos. Passamos o dia inteiro nos preparando para construir essa legislação.

Vou encerrar, falando que estive em Teresópolis, lá, no Estado do Senador Francisco Dornelles. Estive lá, falando num seminário para 1.500 pessoas. Em Teresópolis. Vejam, uma cidade do tamanho de Teresópolis acorda para isso. Fui falar nesse seminário. E aí eu quero parabenizar o Ayra, que organizou todo o seminário, a minha amiga Rayssa, o meu amigo Ravel, essa dupla tremenda, bacana, e os empresários da cidade, as ONGs, o Conselho Tutelar. Como eles viram na chegada desse seminário uma esperança! E no dia estava todo mundo lá: a Promotora da Infância, o representante da Junta da Infância, militares e uma tenente, uma mulher, que comanda tudo. Quero parabenizá-la pela coragem que teve, no que conversou comigo.

Eles todos estavam lá, 1500 pessoas – cidade fria –, e eu vi aquele auditório, Senador, chorando compulsivamente.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pessoas chorando compulsivamente. O Prefeito do meu lado e do lado do Presidente da Câmara, que chorava compulsivamente. O Presidente da Câmara – acho que é Habib o nome dele – dizia para mim: "A minha vida nunca mais será a mesma depois do que eu acabei de ouvir".

O Prefeito toma o microfone e conclama a um pacto pelas crianças do Município. E olha que recebi muita coisa de criança abusada lá, e de abuso feio, de coisa que acobertada e que precisa ser desacobertada, de criança daquela cidade. Eu vi o Prefeito pedir desculpas ao Presidente do Conselho Tutelar. Pediu desculpas: "Eu, publicamente, lhe peço desculpas". Certamente por aquilo que não fez com o Conselho Tutelar, que merece ser forte, bem tratado.

Sabe, com um pouco de criatividade e atenção aos abnegados, aos sacerdotes da vida humana, aqueles que fazem, de fato, aqueles que operam, de fato, Sr. Presidente, acho que o exemplo de Teresópolis precisa ser seguido pelo Brasil. O exemplo de Teresópolis, no Rio de Janeiro, o exemplo que os empresários deram, que as ONGs deram, algumas pessoas desconfiadas. Essa é uma luta de todos nós. Essa é uma missão para todos cumprirmos. Os filhos de todos são filhos nossos e os netos de todos são netos nossos. Nós não podemos abrir mão disso.

Fico triste porque é um assunto tão vasto, tão rico e tão necessário para se tratar. Mas nós não vamos parar por aqui, a nossa luta vai continuar.

Agradeço ao Brasil essa atenção que tem dado, o suporte que tem dado a essa CPI. Certamente, é em nome dela e em nome das crianças do Brasil que falo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles. Ele representa o PP do Estado do Rio de Janeiro, é o Presidente do Partido Progressista.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as medidas **antidumping**, que têm por objetivo coibir práticas desleais de comércio adotadas por empresas que visam à conquista do mercado internacional, os direitos compensatórios, que procuram anular os efeitos dos subsídios concedidos por países aos seus exportadores, as medidas de salvaguarda, que defendem o mercado interno contra o aumento abusivo da importação de determinados produtos, são institutos próprios do comércio internacional em mundo de economia aberta e cada vez mais globalizado.

Países apontados como baluartes do liberalismo econômico, como é o caso dos Estados Unidos e dos países da União Européia, não hesitam em aplicar essas medidas na defesa de seus interesses comerciais.

O Brasil levou algum tempo para criar mecanismo de defesa comercial e muito oscilou na aplicação dessas medidas. Hoje, o sistema de defesa comercial do Brasil está razoavelmente organizado. Integra a estrutura do Ministério do Desenvolvimento e conta com a presença de técnicos da mais elevada competência e honorabilidade.

Entretanto, Sr. Presidente, de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio, as medidas mencionadas – **antidumping**, direitos compensatórios, salvaguardas – contra práticas desleais de comércio somente podem ser aplicadas no caso de mercadorias. Assim, um país, como é o caso do Brasil, que tenha o seu setor de serviços ameaçado por prática desleal de comércio não pode recorrer às medidas **antidumping**, que só se aplicam no caso de importação de mercadoria. Cabe, pois, ao Governo brasileiro estabelecer regras que, ainda de forma indireta, defendam as empresas brasileiras de concorrência desleal e das práticas comerciais predatórias na área de serviços.

Gostaria ainda de dizer que o Custo Brasil, suportado no caso pelas empresas brasileiras, representado por impostos, contribuições sociais, burocracia, juros elevados, encargos trabalhistas, é muito mais elevado do que aquele suportado por empresas brasileiras.

Por esse motivo, Sr. Presidente, eu solicitei hoje à Comissão de Infraestrutura do Senado que seja enviado um requerimento à Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Srª Solange Paiva Vieira, para que preste esclarecimentos a essa Comissão sobre anúncio feito pela Anac de que as companhias de navegação aérea estrangeiras que atuam no Brasil terão liberdade plena para fixar o preço de suas passagens nas linhas internacionais. Quero também que ela informe que medidas poderão ser tomadas pela Anac ou por qualquer outro órgão da administração pública do País caso fique comprovada a prática de **dumping** pelas empresas estrangeiras que operam no Brasil.

Sr. Presidente, aqueles que acompanham e que acompanharam no passado a situação de uma das maiores companhias aéreas do mundo, que foi a Varig, podem verificar que ela chegou à situação que todos conhecemos em decorrência de práticas de **dumping** praticadas por empresas estrangeiras no Brasil. A Varig não conseguiu resistir a empresas estrangeiras que operavam no Brasil colocando suas tarifas muito abaixo da tarifa de mercado, simplesmente para alijar a companhia brasileira.

Espero que essa decisão da Anac de fazer um mercado livre no Brasil nos casos das companhias de navegação aérea não tenha como consequência permitir que empresas estrangeiras atuem no Brasil com práticas de **dumping**, matando e isolando as empresas brasileiras no setor, criando as maiores dificuldades para essas empresas. Só espero que diga que medidas vai tomar caso fique positivada a prática de **dumping** pelas empresas estrangeiras de navegação aérea.

Ouço o Senador Cristovam Buarque, com muita honra.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, V. Exª traz aqui, para nós, uma posição, uma reflexão que, talvez, vá além mesmo do problema do **dumping** nas passagens. É a idéia que prevalece na sociedade brasileira de que vamos fazer o melhor possível já, sem nos preocuparmos com o futuro. Quanto mais baixarem as passagens hoje, todos vão comemorar, mas esquecem que, com isso, a gente desarticula o sistema, leva à quebra as empresas e traz uma situação, no futuro, de fragilidade da economia. Não é possível que o Brasil continue agindo apenas pensando no imediato, no curto prazo. Há momentos em que é preciso pagar mais hoje, para amanhã haver um País mais sólido e mais eficiente. O que acontece hoje com as passagens aéreas, o que estamos vendo, esse **dumping** visível – está nos jornais todos os dias –, acontece em muitos outros aspectos de nossa economia. Temos de despertar para a idéia de que cada gesto que fazemos hoje para reduzir certos custos pode trazer um custo muito maior depois, o custo de não fazer, que não levamos em conta. Fico feliz que V. Exª tenha trazido aqui o problema do **dumping** nas passagens aéreas. Gostaria que discutíssemos aqui também outros aspectos da nossa economia em que, buscando o imediato, esquecemos o futuro e sacrificamos a solidez da economia brasileira.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Senador Cristovam Buarque, agradeço muito a V. Exª o aparte, que honra muito minha exposição.

Queria lembrar o seguinte: vamos imaginar que tirássemos o imposto de importação de 35% que existe hoje para a compra do carro estrangeiro. Em um primeiro momento, a sensação seria de alívio. Todo o mercado consumidor ficaria extremamente satisfeito de comprar um carro importado por um preço mais baixo que o nacional. Em compensação, a industrial nacional fecharia, viraria pó; perderíamos uma grande indústria indutora do crescimento do País. Vamos admitir, em caso extremo, que determinadas empresas brasileiras começassem a comprar aviões da Bombardier por US$1 milhão quando o preço é dez vezes maior. Seria muito interessante para o comprador, mas acabaríamos com a Embraer de forma definitiva.

E, no caso de mercadoria, ainda de acordo com as regras da OMC, o Governo brasileiro pode adotar medidas **antidumping**, mas não existe **antidumping** na área de serviços. Não se pode adotar **antidumping** no caso de passagem aérea. Por isso, o controle tem de ser indireto. Caberia à Anac estabelecer razões e motivos de controle. No momento em que libera, em que estabelece o livre preço de passagens, é muito bom para o consumidor, todos vão ficar satisfeitos, mas haverá consequências para as empresas brasileiras de navegação aérea, que, muitas vezes, não têm condições de funcionamento, em razão do custo Brasil, dos impostos que paga, dos juros, muito mais elevados do que no exterior.

Desse modo, pergunto à Diretora da Anac que medidas ela vai tomar ou pode tomar, caso fique positivada a prática de **dumping** contra empresas brasileiras do setor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A comunicação hoje é muito forte, Senador Cristovam Buarque. Acabo de receber um desses **blogs** que existem aí, um portal do Piauí, tratando dos aeroportos internacionais. Então, é de imediato. Para o Governo do Estado, do PT, e para o mundo todo, no Piauí, há dois aeroportos internacionais. Um deles está na minha cidade, Parnaíba. Mas, Senador Cristovam Buarque, nem há mais avião teco-teco.

Eu era criança e ia para o Rio de Janeiro, saindo do aeroporto de Parnaíba. O avião pousava em todas as capitais. Isso se dava no tempo da Aerovias, da Ae-

roNorte, da AeroBrasil, da PanAir, da Cruzeiro. Havia até a Paraense Transporte Aéreo (PTA): de vez em quando, caía um avião, e diziam "prepara tua alma". Nunca deixou de haver avião não só no meu governo, mas também no governo de todos os governadores. Nunca deixou haver avião. Saíamos e íamos pousando nessas capitais, e a última era Salvador. Com quatro horas de vôo em um Douglas, chegava-se ao Rio de Janeiro. Era bom, porque se aprendia Geografia: passava-se por Teresina, por Fortaleza, por Natal, por João Pessoa, por Recife, por Sergipe, por Salvador, e, em quatro horas de vôo, chegava-se ao Rio de Janeiro.

O Governo do Partido dos Trabalhadores diz para o mundo que se trata de aeroporto internacional, mas nem há mais teco-teco, aquele avião pequeno. É como o nosso Presidente diz: "Nunca antes...". Camões dizia: "Nunca dantes...". Nunca antes, deixou de haver avião, não só quando fui governador, não, mas no mandato de todos os governadores. Eu era criança, e já havia avião. Desapareceu o avião. Há avião nos jornais e na televisão. Ele diz que há voo internacional de Lisboa a Parnaíba, de Buenos Aires a Parnaíba, de Roma a Parnaíba, mas é tudo mentira. É mentira, mentira! E o outro aeroporto está aqui. Mandaram-me, num **blog**: "Assim está a obra do Aeroporto de São Raimundo Nonato". É o aeroporto internacional.

Então, vivemos essa fase. Volto àquela história do chefe de comunicações de Hitler, Joseph Goebbels: "Uma mentira repetida se torna verdade".

Hoje cedo, vi o Senador Heráclito Fortes denunciando várias e várias obras irresponsavelmente inacabadas, irresponsavelmente suspensas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Esse é o estado em que se vive, é o Governo do PT, é isso que temos a lamentar.

O Governador prometeu cinco hidroelétricas. A única que existe nunca foi terminada, falta a eclusa, acabando a navegabilidade do rio Parnaíba, que, outrora, existia.

E, ontem, recebi outros *blogs*. Este é o que está funcionando, porque na imprensa livre hoje são poucos. Há uma placa de uma estrada. Fala das cidades de Esperantina e de São João do Arraial. Aprazaram a conclusão, fizeram a placa. Com aquele alvoroço eleitoral, o PT ganhou duas prefeituras, a de Esperantina e a de São João do Arraial, com essas obras. Este é o estado da política do Brasil: a mentira está vencendo a verdade. E a mentira está aí. A verdade é que o Piauí, nunca antes, esteve com índices tão perversos. A Fundação Getúlio Vargas estudou todo o Brasil, e o Piauí tirou nota 11 num intervalo de 0 a 100, Professor Cristovam Buarque: é como se, no nosso tempo de estudantes, tirássemos numa prova a nota 1,1. Então, isso é que temos a lamentar.

Aproveito a oportunidade, depois de ver o pronunciamento do Senador Heráclito Fortes denunciando má administração, malversação de dinheiro público em ONGs no Piauí, para fazer um apelo a Sua Excelência o Presidente da República: tire o Piauí da nota 1,1, dada pela Fundação Getúlio Vargas! Todos os índices foram os piores do Brasil.

É essa lamentação que faço. E faço também um apelo ao Presidente Luiz Inácio para que termine as obras prometidas, como o Porto de Luiz Corrêa; os aeroportos internacionais; a estrada de ferro; as ZPEs; o hospital universitário; quatro pontes federais, que estão paradas – a de Luzilândia, a ponte do sesquicentenário de Teresina, a de Uruçui e a de Santa Filomena –; as estradas do Transcerrado etc.

O fato é que, no Piauí, aprendemos antes de Joseph Goebbels, que ensina que "uma mentira repetida se torna verdade". Aprendemos com o homem do campo do Piauí, que diz que "é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade". E a verdade está aqui quanto ao Aeroporto Internacional de São Raimundo Nonato e ao nosso depoimento sobre o Aeroporto Internacional de Parnaíba.

É o apelo que fazemos a Sua Excelência o Presidente da República, para olhar para o Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Marconi Perillo e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada "Juro real ainda é o maior do mundo", publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 12 de março 2009.

A reportagem destaca que nem mesmo o corte de 1,5 ponto percentual na taxa básica de juros determinado pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), do Banco do Central, foi capaz de tirar o Brasil da liderança do **ranking** dos países com maiores juros reais.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal.**

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

POLÍTICA MONETÁRIA

Juro real ainda é o maior do mundo

Estudo mostra que a média mundial é de 0,1% ao ano e metade dos países está com taxa menor que a inflação

Jamil Chade
Márcia De Chiara

Nem mesmo o corte de 1,5 ponto porcentual na taxa básica de juros determinado pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, foi capaz de tirar o Brasil da liderança do ranking dos países com maiores juros reais. De acordo com os cálculos da UPTrend Consultoria Econômica, com a redução de ontem, a taxa real brasileira fica em 6,5% ao ano, levando-se em conta uma inflação projetada de 4,5% para 2009. O segundo lugar no ranking é ocupado pela Hungria, com taxa real de 6,2%, seguida pela Argentina e China, ambas com 4,3%. Na quinta colocação está a Turquia (3,5%).

"A crise econômica acelerou os cortes de juros mundo afora, mas, como o Brasil insistiu até recentemente em manter as taxas num nível elevado, o diferencial cresceu", observa o economista-chefe da consultoria, Jason Vieira.

A média do juro dos 40 países listados nesse ranking é muito próxima de zero: 0,1% ao ano. Exatamente a metade dos países que compõem o ranking têm juros reais negativos.

Hoje, diante da primeira recessão global do período após a Segunda Guerra mundial, governos dos países ricos caminham para um cenário de emprestar dinheiro de graça. A adoção de taxas nominais cada vez mais próximas de zero ou juros reais negativos tem sido um esforço de bancos centrais de países desenvolvidos como Estados Unidos e Japão e de países da Europa, para impulsionar as suas economias. A tendência começa a ganhar adeptos e a influenciar outros bancos centrais.

BRASIL LIDERA RANKING

Taxas descontadas a inflação projetada para o próximos 12 meses

1	Brasil	6,5%	20	Japão	0,1%
2	Hungria	6,2%	21	Itália	-0,1%
3	Argentina	4,3%	22	Grécia	-0,3%
4	China	4,3%	23	Suécia	-0,3%
5	Turquia	3,5%	24	Canadá	-0,3%
6	Taiwan	2,6%	25	Bélgica	-0,4%
7	Colômbia	2,4%	26	Austrália	-0,4%
8	África do Sul	2,2%	27	República Tcheca	-0,4%
9	Tailândia	1,6%	28	Holanda	-0,5%
10	Portugal	1,3%	29	Chile	-0,7%
11	México	1,1%	30	Indonésia	-0,8%
12	Polônia	0,9%	31	Rússia	-0,8%
13	França	0,8%	32	Malásia	-1,8%
14	Espanha	0,7%	33	Coréia do Sul	-2,0%
15	Alemanha	0,5%	34	Israel	-2,2%
16	Áustria	0,3%	35	Filipinas	-2,4%
17	Suíça	0,3%	36	Inglaterra	-2,4%
18	EUA	0,2%	37	Hong Kong	-2,5%
19	Dinamarca	0,2%	38	Cingapura	-2,7%
20	Japão	0,1%	39	Índia	-4,0%
21	Itália	-0,1%	40	Venezuela	-9,6%

FONTE: UPTREND CONSULTORIA ECONÔMICA

FRASE

Jason Vieira
Economista-chefe da UPTrend Consultoria

"A crise acelerou os cortes de juros mundo afora, mas, como o Brasil insistiu até recentemente em manter as taxas num patamar elevado, o diferencial cresceu"

CORTES

O Banco Central da Inglaterra, por exemplo, já tem as menores taxas em 300 anos. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve Bank (Fed, o banco central americano) cortou a taxa para uma margem de zero a 0,25%. O objetivo é estimular o consumo. Na Suíça, o Banco Central também deve reduzir hoje a taxa de juros de 0,5% para 0,25%.

O Banco Central Europeu (BCE) já está com seus índices no nível mais baixo desde que foi criado, há dez anos. Mas há quem defenda dentro da própria instituição que a queda continue. Em apenas três meses, a taxa do BCE caiu em 2,75 pontos porcentuais, para 1,5%. Mas a pressão é para que o corte continue diante dos resultados decepcionantes do Produto Interno Bruto (PIB) europeu.

Membros do conselho do BCE, como Athanasios Orphanides e Mario Draghi, já defenderam novos cortes. Mas o presidente do banco, Jean-Claude Trichet, alertou que cortar para zero seria, na sua opinião, "muito inconveniente".

Trichet é mais cauteloso e alerta que há ainda alguns casos de pressões nos preços em alguns países emergentes. "Precisamos nos manter vigilantes", disse na segunda-feira.

Essa preocupação não é compartilhada por Heiner Flassbeck, economista-chefe da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Comércio e Desenvolvimento, para quem só políticas expansionistas hoje podem salvar a economia mundial de uma depressão. "Não há o risco de pressão inflacionária em nenhuma parte do mundo. Todos têm a capacidade de cortar taxas de juros", afirmou.

Para ONU, não há risco de pressão inflacionária no mundo

Na China, o governo deu indicações de que vai continuar cortando as taxas de juros. Mas não levará à zero para ter ainda margem de manobra, caso a economia sofra uma queda maior nos próximos meses.

HIPOCRISIA

Ontem, o economista Joseph Stiglitz apontou que os cortes de taxas de juros nos países ricos mostram a "hipocrisia" do sistema. "Há dez anos, quando a Ásia quebrou e outros países emergentes foram atingidos, como Argentina, Rússia e Brasil, o FMI disse a todos para elevar os juros e cortar gastos públicos. Hoje, Estados Unidos, Europa e Japão estão fazendo exatamente o contrário."

Ontem, o primeiro-ministro do Japão, Taro Aso, afirmou que vê com bons olhos a ideia da política de juros zero. "Uma crise como essa ocorre apenas uma vez a cada cem anos."

Mas há também quem diga que esse tipo de política pode não funcionar. Segundo a Canadian Centre for Policy Alternatives, taxas de juros de zero por cento não são suficientes para impulsionar as economias.

De acordo com os dirigentes da entidade, reduções dessa magnitude significam que o mundo ainda trabalha com mecanismos tradicionais de estímulo, mas a crise atual exige elementos novos. Outra questão em discussão pelos economistas é como sair de uma situação de não cobrar pelo dinheiro emprestado. ●

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "CNA apóia Mendes e diz que MST é criminoso", publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 28 de fevereiro de 2009.

A matéria destaca que a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) lançou uma nota de apoio ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, por suas recentes declarações sobre a ilegalidade do repasse de verbas públicas a entidades que promovem invasões de terra.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TERRAS

CNA apoia Mendes e diz que MST é criminoso

Nota assinada pela senadora Kátia Abreu aponta 'complacência' do governo federal

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) lançou ontem uma nota de apoio ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, por suas recentes declarações sobre a ilegalidade do repasse de verbas públicas a entidades que promovem invasões de terras. Assinada pela presidente da entidade, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), a nota afirma que o presidente do STF "cumpre com rigor e responsabilidade institucional seu papel de guardião da Constituição e do Estado de Direito".

A senadora afirma que a entidade que preside "representa os produtores rurais atingidos pelas 1.667 invasões ilegais de terras praticadas nos últimos seis anos pelo MST" – numa referência ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda na nota, diz lamentar o fato de o MST contar "com a complacência de autoridades do governo federal, recebendo financiamento público para suas ações ilegais".

A nota também acusa o MST de ser "uma entidade ilegal que pratica crimes em série" e diz que "seus líderes comandam grupos que sequestram, vandalizam, torturam e matam".

PROVAS

De passagem por Porto Alegre, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, disse ontem que acolhe com seriedade as recentes declarações do presidente do STF, mas também deu a entender que eventuais irregularidades deveriam ser apontadas: "Como não há ilicitude em abstrato, preciso saber qual o convênio, qual o contrato que tem algum problema para poder saneá-lo. Desconheço convênios ilegais."

No Rio, o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, também se manifestou sobre as declarações de Mendes. Para ele, é preciso apurar eventuais crimes cometidos por militantes do MST, mas sem "satanizar" o movimento.

Numa alusão ao período da ditadura militar, Vannuchi disse que os sem-terra estão se tornando os "comunistas" da atualidade. Chegou a comparar as críticas ao movimento à perseguição aos judeus na Alemanha nazista.●

ROLDÃO ARRUDA, ELDER OGLIARI E ALEXANDRE RODRIGUES

Entidades atacam ministro

... Reunidos em Salvador para encontro do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, dirigentes de 47 entidades de luta pela terra – incluindo MST, CNBB, CUT e CPT – divulgaram ontem manifesto de repúdio ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes.

"Ele é o guardião da Constituição, símbolo que deveria preservar o direito estabelecido, não se colocar ao lado de uma classe, como está fazendo com os latifundiários, ao tentar criminalizar os movimentos sociais", criticou o secretário executivo do fórum, Gilberto Fontes, ligado à CPT. "É um ataque ao Estado Democrático de Direito." ● TIAGO DÉCIMO

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Lula é alvo de protesto na Itália", publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, de 23 de janeiro de 2009.

A matéria destaca que em meio as sucessivas reações do governo italiano à concessão do refúgio ao extremistas Cesare Battisti, um senador roubou a cena ontem ao protestar em frente à embaixada brasileira em Roma. Com uma corrente enrolada no peito, Stefano Pedica, do Partido Itália dei Valori, segurava dois cartazes. O primeiro dizia "Lula defende terroristas" e o segundo "Bin Laden, peça asilo no Brasil".

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A8 | NACIONAL | SEXTA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 2009 O ESTADO DE S.PAULO

DIPLOMACIA

Lula é alvo de protesto na Itália

Manifestantes afirmam que o presidente é defensor de terroristas

ROMA

Em meio às sucessivas reações do governo italiano à concessão do refúgio ao extremista Cesare Battisti, um senador roubou a cena ontem ao protestar em frente à embaixada brasileira em Roma. Com uma corrente enrolada no peito, Stefano Pedica, do partido Italia dei Valori, segurava alternadamente dois cartazes. O primeiro dizia "Lula defende terroristas". O segundo insinuava que o Brasil estaria disposto a conceder refúgio a qualquer terrorista.

"Bin Laden, peça asilo no Brasil", dizia o cartaz, em referência ao líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden, apontado como o autor dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos. Ao lado do senador italiano, outra manifestante estava estirada no chão, representando uma das supostas vítimas de Battisti.

'Bin Laden, peça asilo no Brasil', dizia um dos cartazes

O protesto ocorreu apenas um dia após o governo italiano ter anunciado a intenção de convocar seu embaixador no Brasil, num claro sinal de protesto à decisão brasileira de conceder refúgio a Battisti, tomada na semana passada pelo ministro da Justiça, Tarso Genro.

Ontem, o ministro de Relações Exteriores italiano, Franco Frattini, afirmou que ainda espera que o presidente Lula derrube a decisão. "Nós estamos aguardando a resposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quero ler a carta que ele enviou e espero que ele exerça todo o seu poder para impugnar a decisão do ministro da Justiça", disse Frattini, em entrevista à rede Sky TG24. O chanceler se referia à resposta encaminhada por Lula ao presidente italiano Giorgio Napolitano, que se queixou em carta da concessão da proteção ao extremista.

Ao justificar a expectativa de que a decisão seja revista, Frattini apoiou-se no fato de Tarso ter contrariado o parecer do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, sobre o caso. "Parece que o ministro da Justiça brasileiro não levou em conta a opinião do procurador-geral do Brasil. É um elemento novo", disse. O chanceler também voltou a dizer que o governo italiano planeja apresentar um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF). ● AFP E REUTERS

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão de 23 de abril, iniciada às 14 horas e coordenada pelos nossos Secretários Executivos, Dr. José Roberto e Dr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 27 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 461, DE 2009, PUBLICADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2009, QUE "Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica."

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME	20
JOSÉ AIRTON CIRILO	41 e 42
JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA	43
LÚCIO VALE	09 a 12
MARCELO CRIVELLA	02
MARCELO TEIXEIRA	21
MAURO NAZIF	22 a 24
ODAIR CUNHA	07 e 08
PAULO BORNHAUSEN	25 a 34
PAULO ROCHA	36 a 39
RAIMUNDO COLOMBO	35
ROSE DE FREITAS	13 a 19
SANDRO MABEL	01
VALDIR RAUPP	03 a 06
WELLINGTON FAGUNDES	40

Índice de Emendas
MPV 461/2009 - EMENDA

		Total por Parlamentar
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	00020	1
JOSÉ AIRTON CIRILO	00041 e 00042	2
JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA	00043	1
LÚCIO VALE	00009 a 00012	4
MARCELO CRIVELLA	00002	1
MARCELO TEIXEIRA	00021	1
MAURO NAZIF	00022 a 00024	3
ODAIR CUNHA	00007 e 00008	2
PAULO BORNHAUSEN	00025 a 00034	10
PAULO ROCHA	00036 a 00039	4
RAIMUNDO COLOMBO	00035	1
ROSE DE FREITAS	00013 a 00019	7
SANDRO MABEL	00001	1
VALDIR RAUPP	00003 a 00006	4
WELLINGTON FAGUNDES	00040	1

Total de Emendas: 43

EMENDA - 00001
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	Medida Provisória 461/09	PÁGINA 01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 461/09 - 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - ANEXO (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - O SEGUINTE PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO:

SUPLEMENTAÇÃO:
SOCORRO E ASSISTÊNCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES NO ESTADO DE GOIÁS NO VALOR DE R$ 50.000.000,00.

CANCELAMENTO:
SOCORRO E ASSISTÊNCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL .
GND 03/ MOD 90/ FONTE 300 / FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 06.182.1029.4564.0103 - VALOR R$ 198.000,000. 00 (CENTO E NOVENTA E OITO MILHÕES DE REAIS)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 461/09 que abre crédito extraordinário em favor do Ministério Da Integração Nacional, no valor de R$ 300.000.000,00 (TREZENTOS MILHÕES DE REAIS) visa assegurar recursos financeiros para dar assistência e sustentabilidade as pessoas atingidas por desastres no Estado de Goiás.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SANDRO MABEL	GO	PL

DATA	ASSINATURA
17/04/09	

EMENDA - 00002
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MEDIDA PROVISORIA Nº 461, de 2009	PÁGINA 001 DE 001

TEXTO

Suprima-se do Anexo da Medida Provisória nº 461, de 2009, a seguinte redação:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06 182 1029 4564 0103 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por desastres – Nacional (Crédito Extraordinário)
Valor: R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais)

Acrescenta-se no Anexo da Medida Provisória nº 461, de 2009, a seguinte redação:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06 182 1029 4564 0103 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por desastres – Nacional (Crédito Extraordinário)
Valor: R$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais)

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres em Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Crédito Extraordinário)
Valor: R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o propósito de garantir o repasse de recursos para os municípios do Rio de Janeiro, os quais foram duramente afetados pelas últimas enchentes de 2008/2009, que já estão com seus pleitos aprovados pelo Ministério da Integração Nacional.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SEN. MARCELO CRIVELLA	RJ	PRB

DATA	ASSINATURA
20/4/2009	

EMENDA - 00003
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP 461, de 15 de abril de 2009	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

06.182.1029.4570.XXXX – Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres no Município de Rolim de Moura – RO

Valor : R$ 2.000.000,00 - GND 4

Cancelar:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

06.182.1029.4570.0103 – Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (crédito extraordinário) - Nacional

Valor: R$ 2.000.000,00 - GND 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo destinar recursos para reconstruções no Município de Rolim de Moura no Estado de Rondônia, em razão das enchentes ocorridas no início do ano que deixaram desabrigados e destruíram obras de infra-estrutura, como pontes e estradas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Senador Valdir Raupp	RO	PMDB

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00004
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP 461, de 15 de abril de 2009	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

06.182.1029.4570.XXXX – Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres no Município de Porto Velho, Distrito de Calama – RO.

Valor : R$ 2.000.000,00 - GND 4

Cancelar:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

06.182.1029.4570.0103 – Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (crédito extraordinário) - Nacional

Valor: R$ 2.000.000,00 - GND 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo destinar recursos para reconstruções no Município de Porto Velho, Distrito de Calama no Estado de Rondônia, em razão das enchentes ocorridas no início do ano que deixaram desabrigados e destruíram obras de infra-estrutura, como pontes e estradas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Senador Valdir Raupp	RO	PMDB

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00005
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

JETA

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP 461, de 15 de abril de 2009	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

06.182.1029.4570.XXXX – Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres no Município de Cacoal – RO

Valor : R$ 2.000.000,00 - GND 4

Cancelar:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

06.182.1029.4570.0103 – Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (crédito extraordinário) - Nacional

Valor: R$ 2.000.000,00 - GND 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo destinar recursos para reconstruções no Município de Cacoal no Estado de Rondônia, em razão das enchentes ocorridas no início do ano que deixaram desabrigados e destruíram obras de infra-estrutura, como pontes e estradas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Senador Valdir Raupp	RO	PMDB

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00006
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP 461, de 15 de abril de 2009	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

06.182.1029.4570.XXXX – Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres no Município de Porto Velho – RO.

Valor : R$ 2.000.000,00 - GND 4

Cancelar:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

06.182.1029.4570.0103 – Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (crédito extraordinário) - Nacional

Valor: R$ 2.000.000,00 - GND 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo destinar recursos para reconstruções no Município de Porto Velho no Estado de Rondônia, em razão das enchentes ocorridas no início do ano que deixaram desabrigados e destruíram obras de infra-estrutura, como pontes e estradas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Senador Valdir Raupp	RO	PMDB

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00007
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA DE

TEXTO

Cancelar a seguinte Programação:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade Orçamentária: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
Esfera Fiscal; GND 04; RP 2; MOD. 90; FT 300; R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

Acrescentar a seguinte Programação:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade Orçamentária: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0000 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **FORMIGA/MG**
Esfera Fiscal; GND 04; RP 2; MOD. 30; FT 300; R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar parte da programação constante no Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos para o Município de Formiga, no Estado de Minas Gerais. De acordo com a Exposição de Motivos da Medida Provisória, que determina o crédito para viabilizar o atendimento às populações vítimas de desastres naturais especialmente oriundos das fortes chuvas em Municípios dos Estados brasileiros, a população de Formiga vem sofrendo, desde novembro de 2008, as consequências desastrosas das fortes chuvas na localidade, necessitando de atendimento para recuperação da cidade. As chuvas ocasionaram reais prejuízos à infraestrutura local e riscos à saúde da população.

Com efeito, a emenda objetiva tornar específica a destinação do RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação (R$ 10 milhões, do total de R$ 300 milhões) para o Município de Formiga, no Estado de Minas Gerais, tendo em vista que os prejuízos nessa localidade, decorrentes das chuvas que motivaram a edição da MP 461/09, são de extrema relevância e de urgente necessidade de reparação.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ODAIR CUNHA	MG	PT

DATA	ASSINATURA
22/04/09	

EMENDA - 00008
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA DE

TEXTO

Cancelar a seguinte Programação:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade Orçamentária: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
Esfera Fiscal; GND 04; RP 2; MOD. 90; FT 300; R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

Acrescentar a seguinte Programação:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade Orçamentária: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0000 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **Estado de Minas Gerais**
Esfera Fiscal; GND 04; RP 2; MOD. 90; FT 300; R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar parte da programação constante no Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos para o Estado de Minas Gerais. De acordo com a Exposição de Motivos da Medida Provisória, que determina o crédito para viabilizar o atendimento às populações vítimas de desastres naturais especialmente oriundos das fortes chuvas em Municípios dos Estados brasileiros, a população do Estado de Minas Gerais vem sofrendo, desde novembro de 2008, as consequências desastrosas das fortes chuvas na localidade, necessitando de atendimento para recuperação das cidades. As chuvas ocasionaram reais prejuízos às infraestruturas dos municípios mineiros e riscos à saúde da população.

Com efeito, a emenda objetiva tornar específica a destinação do RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação (R$ 10 milhões, do total de R$ 300 milhões) para o Estado de Minas Gerais, tendo em vista que os prejuízos nesse estado, decorrentes das chuvas que motivaram a edição da MP 461/09, são de extrema relevância e de urgente necessidade de reparação.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ODAIR CUNHA –	MG	PT

DATA	ASSINATURA
22/04/09	

EMENDA - 00009
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	MPnº 461/2009	1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória nº 461/2009-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101, no programa 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:
UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Programa: 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução
Funcional Programática: 06.182.1029.4564.XXXX
Subtítulo: Socorro e assistência as pessoas atingidas por desastres nos Municípios do Estado do Pará-PA (Crédito Extraordinário)
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R$ 30.000.000,00
Cancelar:
UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Programa: 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução
Funcional Programática: 06.182.1029.4564.0103
Subtítulo: Socorro e assistência as pessoas atingidas por desastres – Nacional - Crédito Extraordinário)
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R$ 30.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O crédito tem por finalidade viabilizar o atendimento às populações vítimas de desastres naturais em Municípios do Estado do Pará atingidos, entre janeiro de 2009 e abril de 2009, por chuvas intensas que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos, com reconhecimento de estado de calamidade pública e da situação de emergência em que se encontram.
A relevância e urgência da matéria são justificadas pelas graves consequências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e prejuízos à infraestrutura local. Tais desastres provocaram sérios transtornos com significativos danos humanos, materiais e ambientais.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2385	LÚCIO VALE	PA	PR

DATA	ASSINATURA
22-04-09	

EMENDA - 00010
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	MPnº 461/2009	1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória nº 461/2009-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101, no programa 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:
UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Programa: 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução
Funcional Programática: 06.182.1029.4564.XXXX
Subtítulo: Socorro e assistência as pessoas atingidas por desastres nos Municípios do Estado do Pará-PA (Crédito Extraordinário)
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R$ 10.000.000,00
Cancelar:
UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Programa: 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução
Funcional Programática: 06.182.1029.4564.0103
Subtítulo: Socorro e assistência as pessoas atingidas por desastres – Nacional - Crédito Extraordinário)
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O crédito tem por finalidade viabilizar o atendimento às populações vítimas de desastres naturais em Municípios do Estado do Pará atingidos, entre janeiro de 2009 e abril de 2009, por chuvas intensas que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos, com reconhecimento de estado de calamidade pública e da situação de emergência em que se encontram.
A relevância e urgência da matéria são justificadas pelas graves consequências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e prejuízos à infraestrutura local. Tais desastres provocaram sérios transtornos com significativos danos humanos, materiais e ambientais.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2385	LÚCIO VALE	PA	PR

DATA	ASSINATURA
22-04-09	

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00011
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	MPnº 461/2009	1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória nº 461/2009-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101, no programa 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:
UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Programa: 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Subtítulo: Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres – Recuperação de danos causados por desastres nos Municípios do Estado do Pará-PA – (Crédito Extraordinário)
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R$ 3.000.000,00
Cancelar:
UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Programa: 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Subtítulo: Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres – Recuperação de danos causados por desastres (Crédito Extraordinário) - Nacional
GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O crédito tem por finalidade viabilizar o atendimento às populações vítimas de desastres naturais em Municípios do Estado do Pará atingidos, entre janeiro de 2009 e abril de 2009, por chuvas intensas que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos, com reconhecimento de estado de calamidade pública e da situação de emergência em que se encontram.
A relevância e urgência da matéria são justificadas pelas graves consequências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e prejuízos à infraestrutura local. Tais desastres provocaram sérios transtornos com significativos danos humanos, materiais e ambientais.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2385	LÚCIO VALE	PA	PR

DATA	ASSINATURA
22-04-09	

EMENDA - 00012
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	MPnº 461/2009	1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória nº 461/2009-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional – Unidade Orçamentária 53101, no programa 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:
UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Programa: 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Subtítulo: Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres – Recuperação de danos causados por desastres nos Municípios do Estado do Pará-PA – (Crédito Extraordinário)
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R$ 30.000.000,00
Cancelar:
UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Programa: 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Subtítulo: Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres – Recuperação de danos causados por desastres (Crédito Extraordinário) - Nacional
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R$ 30.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O crédito tem por finalidade viabilizar o atendimento às populações vítimas de desastres naturais em Municípios do Estado do Pará atingidos, entre janeiro de 2009 e abril de 2009, por chuvas intensas que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos, com reconhecimento de estado de calamidade pública e da situação de emergência em que se encontram.
A relevância e urgência da matéria são justificadas pelas graves consequências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e prejuízos à infraestrutura local. Tais desastres provocaram sérios transtornos com significativos danos humanos, materiais e ambientais.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2385	LÚCIO VALE	PA	PR

DATA	ASSINATURA
22-04-09	

EMENDA - 00013
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 461/2009	PÁGINA DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) no Município de Guaçui/ES
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

Cancelar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) – Nacional
GND 4; MOD 90; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda destina-se a acrescentar recursos para restabelecer a normalidade no cenário do município de Guaçuí/ES, atingido por fortes chuvas. A Emenda amenizará os danos causados a população e contribuirá para o restabelecimento da atividade econômica do município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas		

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00014
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 461/2009	PÁGINA DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) no Município de Bom Jesus do Norte /ES
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

Cancelar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) – Nacional
GND 4; MOD 90; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda destina-se a acrescentar recursos para restabelecer a normalidade no cenário do município de Bom Jesus do Norte/ES, atingido por fortes chuvas. A Emenda amenizará os danos causados a população e contribuirá para o restabelecimento da atividade econômica do município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas		

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00015
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 461/2009	PÁGINA DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) no Município de Laranja da Terra/ES
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

Cancelar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) – Nacional
GND 4; MOD 90; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda destina-se a acrescentar recursos para restabelecer a normalidade no cenário do município de Laranja da Terra/ES, atingido por fortes chuvas. A Emenda amenizará os danos causados a população e contribuirá para o restabelecimento da atividade econômica do município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas		

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00016
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 461/2009	PÁGINA DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) no Município de Afonso Cláudio/ES
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

Cancelar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) – Nacional
GND 4; MOD 90; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda destina-se a acrescentar recursos para restabelecer a normalidade no cenário do município de Afonso Cláudio/ES, atingido por fortes chuvas. A Emenda amenizará os danos causados a população e contribuirá para o restabelecimento da atividade econômica do município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas		

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00017
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 461/2009	PÁGINA DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) no Município de Conceição do Castelo/ES
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 200.000,00

Cancelar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) – Nacional
GND 4; MOD 90; Fonte 300
Valor R$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda destina-se a acrescentar recursos para restabelecer a normalidade no cenário do município de Conceição do Castelo/ES, atingido por fortes chuvas. A Emenda amenizará os danos causados a população e contribuirá para o restabelecimento da atividade econômica do município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas		

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00018
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 461/2009	PÁGINA DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) no Município de Jerônimo Monteiro/ES
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

Cancelar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) – Nacional
GND 4; MOD 90; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda destina-se a acrescentar recursos para restabelecer a normalidade no cenário do município de Jerônimo Monteiro /ES, atingido por fortes chuvas. A Emenda amenizará os danos causados a população e contribuirá para o restabelecimento da atividade econômica do município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas		

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00019
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 461/2009	PÁGINA DE

TEXTO

Suplementar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) no Município de Ibatiba/ES
GND 4; MOD 40; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

Cancelar
Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Ação – Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) – Nacional
GND 4; MOD 90; Fonte 300
Valor R$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda destina-se a acrescentar recursos para restabelecer a normalidade no cenário do município de Ibatiba/ES, atingido por fortes chuvas. A Emenda amenizará os danos causados a população e contribuirá para o restabelecimento da atividade econômica do município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas		

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00020
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
22/04/2009	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 461, 15 DE ABRIL DE 2009.

autor	nº do prontuário
DEP. ANTONIO CARLOS MENDES THAME – PSDB/SP	332

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. modificativa 4. X aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se, onde couber, o seguinte art. à Medida Provisória nº 461, de 15 de abril de 2009:

*Art. . O art. **29** da Lei nº **10.637**, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"Art. 29. As matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem, destinados a estabelecimento que se dedique, preponderantemente, à elaboração de produtos classificados nos Capítulos 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, **15**, 16, 17, 18, 19, 20, **23** (exceto códigos 2309.10.00 e 2309.90.30 e Ex-01 no código 2309.90.90), 28, 29, 30, 31, e 64, no código 2209.00.00, 2501.00.00 e **3824.90.29**, e nas posições 21.01 a 21.05.00, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, inclusive aqueles a que corresponde a notação NT (não tributados), sairão do estabelecimento industrial com suspensão do referido imposto."*

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da alteração proposta ao artigo 29 da Lei 10.637, de 30/12/2002, é a inclusão do NCM 3824.90.29 (Biodiesel) no rol dos produtos ali mencionados, tendo em vista a seguinte finalidade:

Considerando-se que a introdução do biodiesel na matriz energética do Brasil se deu através da Lei 11.097, de 13 de janeiro de 2005, regulamentada através do Decreto 5.448, de 20 de maio de 2005, portanto, superveniente à Lei acima mencionada;

Considerando-se a produção de biodiesel por empresas com atividade de esmagamento de soja, com conseqüente produção de óleo de soja (Posição do NCM nº 15) e de Farelo de Soja (Posição do NCM nº 23)

Considerando-se o disposto no § 2º do caput do artigo 29 da referida Lei, abaixo transcrito, que determina o percentual de preponderância para usufruir da suspensão ali estabelecida:

"§ 2º O disposto no caput e no inciso I do § 1º aplica-se ao estabelecimento industrial cuja receita bruta decorrente dos produtos ali referidos, no ano-calendário imediatamente anterior ao da aquisição, houver sido superior a 60% (sessenta por cento) de sua receita bruta total no mesmo período."

Por fim, considerando-se que o biodiesel produzido e comercializado por empresas dessa atividade, passou a ter peso significativo no percentual de faturamento de referidas empresas;

Necessário se faz a inclusão do biodiesel naquele rol, de forma que as empresas com essa atividade possam continuar usufruindo do benefício da suspensão do IPI aos insumos adquiridos para a produção de óleos e farelos e, conseqüentemente, para a produção de biodiesel.

Importante esclarecer que igualmente aos produtos ali, já relacionados, em especial os óleos (posição NCM 15) e os farelos (posição NCM 23), o biodiesel (posição NCM 3824.90.29) também tem a sua saída tributada pela alíquota zero, estando assim, a sua inclusão, em plena consonância ao objetivo da disposição legal, que é a de desonerar a incidência do tributo na aquisição dos insumos, para depois se acumular no estabelecimento industrial em função da alíquota zero.

Com essas justificativas é que se propõe referida alteração.

PARLAMENTAR

EMENDA - 00021
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 461/2009	PÁGINA 01DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de trabalho do Ministério da Integração Nacional-53101 Ministério da Integração Nacional recursos necessários a socorro e assistência as pessoas atingidas por desastres na região do rio Maranguapinho na cidade de Fortaleza-Ceará

Acréscimo
UO-53101
Titulo: Socorro e assistência as pessoas atingidas por desastres na região do rio Maranguapinho na cidade de Fortaleza-Ceará.
Valor:R$5.000.000,00
GND:04
Mod:40 ?

Cancelamento
UO-53101
Funcional Programática 06.182.1029.4564.0103
Valor:R$5.000.000,00
GND:04

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem com objetivo alocar recursos necessários a socorro e assistência as pessoas atingidas por desastres na região do rio Maranguapinho na cidade de Fortaleza-Ceará

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Marcelo Teixeira	CE	PR

DATA	ASSINATURA
22/04/09_	

EMENDA - 00022
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP n.º 461/2009	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 461/2009-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional - Unidade Orçamentária 53101(M. Integração Nacional) - Programa 1029 (Resposta aos Desastres e Reconstrução), o seguinte subtítulo:

UO: 53101 – M. Integração Nacional
Programa 1029 (Resposta aos Desastres e Reconstrução)
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Apoio a Obras Preventivas de Desastres – No Município de Rio Crespo - No Estado do Rondônia (Crédito Extraordinário)
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

Cancelar:
UO: 53101 – M. Integração Nacional
Programa 1029 (Resposta aos Desastres e Reconstrução)
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) - Nacional
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Rio Crespo, no Estado de Rondônia, é cortado em sua área urbana pelo Córrego denominado Esperança, que na época das chuvas transborda, ocasionando alagamento de várias ruas da cidade, o que deixa o trânsito intrafegável e o isolamento de vários bairros.
Esta emenda visa alocar recursos extraordinários que possibilitará a construção de contenções e dragagem do Igarapé, minimizando os danos causados por esse tipo de desastre no município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
046	MAURO NAZIF	RO	PSB

DATA	ASSINATURA
22/04/09	

EMENDA - 00023
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP n.º 461/2009	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 461/2009-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional - Unidade Orçamentária 53101(M. Integração Nacional) - Programa 1029 (Resposta aos Desastres e Reconstrução), o seguinte subtítulo:

UO: 53101 – M. Integração Nacional
Programa 1029 (Resposta aos Desastres e Reconstrução)
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Apoio a Obras Preventivas de Desastres – No Município de Alta Floresta do Oeste - No Estado do Rondônia (Crédito Extraordinário)
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

Cancelar:
UO: 53101 – M. Integração Nacional
Programa 1029 (Resposta aos Desastres e Reconstrução)
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) - Nacional
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Alta Floresta do Oeste, no Estado de Rondônia, é cortado em sua área urbana por vários córregos, que na época das chuvas transbordam, ocasionando grandes enchentes, deixando inúmeros desabrigados. Dentre esses córregos o que passa pela área Central da Cidade, o maior deles, tem ocasionado um grande desastre e danos para toda população do município.
Esta emenda visa alocar recursos extraordinários que possibilitará a construção muros de contenção e dragagem dos córregos, minimizando os danos causados por esse tipo de desastre no município.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
046	MAURO NAZIF	RO	PSB

DATA	ASSINATURA
22/04/09	

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00024
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP n.º 461/2009	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Acrescentar à proposta de Medida Provisória n.º 461/2009-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional - Unidade Orçamentária 53101(M. Integração Nacional) - Programa 1029 (Resposta aos Desastres e Reconstrução), o seguinte subtítulo:

UO: 53101 – M. Integração Nacional
Programa 1029 (Resposta aos Desastres e Reconstrução)
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.XXXX
Apoio a Obras Preventivas de Desastres – No Distrito de Calama no Município de Porto Velho - No Estado do Rondônia (Crédito Extraordinário)
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Valor: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

Cancelar:
UO: 53101 – M. Integração Nacional
Programa 1029 (Resposta aos Desastres e Reconstrução)
Funcional Programática: 06.182.1029.4570.0103
Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres – Recuperação de Danos Causados por Desastres (Crédito Extraordinário) - Nacional
GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A construção de um Muro de Contenção as margem do Rio Madeira no Distrito De Calama, Município de Porto Velho é de extrema urgência. A violência das águas do Rio Madeira, principalmente nas épocas de cheia, vem causando grandes deslizamentos das margens. Tal situação progressiva vem colocando em risco as edificações ribeirinhas, inclusive atingindo a Igreja da comunidade.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
046	MAURO NAZIF	RO	PSB

DATA	ASSINATURA
22/04/09	

EMENDA - 00025
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS: MPV 461/2009	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Suprima-se do Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 a seguinte programação:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: *53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL*
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
Total: R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)

Acresçam-se ao Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 as seguintes programações:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
GND: 3; Valor: R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais)

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 XXXX RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL - SC**
GND: 3; Valor: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar a programação constante do Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos especificamente para o Município de Jaraguá do Sul, visto que as dotações constantes da MP têm destinação genérica, com localizador "Nacional".

Com efeito, a emenda objetiva tornar específica a destinação da ação RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação para Jaraguá do Sul-SC, tendo em vista que os recursos colocados à disposição desse município foram insuficientes para cobrir minimamente os prejuízos decorrentes das fortes chuvas, no período compreendido entre outubro de 2008 e março de 2009, conforme consta na Exposição de Motivos da MP 461/2009.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Paulo Bornhausen	SC	DEM

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA - 00026
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS: MPV 461/2009	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Suprima-se do Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 a seguinte programação:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: *53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL*
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
Total: R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)

Acresçam-se ao Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 as seguintes programações:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
GND: 3; Valor: R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 58.500.000,00 (cinqüenta e oito milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 65.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 XXXX RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM ESTADO DE CALAMIDADE OU ESTADO DE EMERGÊNCIA.**
GND: 3; Valor: R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar a programação constante do Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos especificamente para os municípios atingidos por enchentes no Estado de Santa Catarina, visto que as dotações constantes da MP têm destinação genérica, com localizador "Nacional".

Com efeito, a emenda objetiva tornar especifica a destinação da ação RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação para municípios do Estado de Santa Catarina que decretaram estado de calamidade ou estado de emergência, referente ao período compreendido entre outubro de 2008 e março de 2009, conforme consta na Exposição de Motivos da MP 461/2009.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Paulo Bornhausen	SC	DEM

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00027
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MPV 461/2009	1 DE 1

TEXTO

Suprima-se do Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 a seguinte programação:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
Total: R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)

Acresçam-se ao Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 as seguintes programações:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
GND: 3; Valor: R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais)

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 XXXX RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NO MUNICÍPIO DE GASPAR -SC**
GND: 3; Valor: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar a programação constante do Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos especificamente para o Município de Gaspar, visto que as dotações constantes da MP têm destinação genérica, com localizador "Nacional".

Com efeito, a emenda objetiva tornar específica a destinação da ação RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação para Gaspar-SC, tendo em vista que os recursos colocados à disposição desse município foram insuficientes para cobrir minimamente os prejuízos decorrentes das fortes chuvas, no período compreendido entre outubro de 2008 e março de 2009, conforme consta na Exposição de Motivos da MP 461/2009.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Paulo Bornhausen	SC	DEM

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

CONGRESSO NACIONAL CMO

EMENDA - 00028
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS: MPV 461/2009	PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

Suprima-se do Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 a seguinte programação:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
Total: R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)

Acresçam-se ao Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 as seguintes programações:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
GND: 3; Valor: R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)
GND: 4; Valor: R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais)
Total: R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 XXXX RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU -SC**
GND: 3; Valor: R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)
GND: 4; Valor: R$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais)
Total: R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar a programação constante do Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos especificamente para o Município de Blumenau, visto que as dotações constantes da MP têm destinação genérica, com localizador "Nacional".

Com efeito, a emenda objetiva tornar específica a destinação da ação RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação para Blumenau-SC, tendo em vista que os recursos colocados à disposição desse município foram insuficientes para cobrir minimamente os prejuízos decorrentes das fortes chuvas, no período compreendido entre outubro de 2008 e março de 2009, conforme consta na Exposição de Motivos da MP 461/2009.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Paulo Bornhausen	SC	DEM

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

CONGRESSO NACIONAL CMO

EMENDA - 00029
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS: MPV 461/2009	PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

Suprima-se do Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 a seguinte programação:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
Total: R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)

Acresçam-se ao Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 as seguintes programações:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
GND: 3; Valor: R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais)

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 XXXX RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE -SC**
GND: 3; Valor: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar a programação constante do Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos especificamente para o Município de Brusque, visto que as dotações constantes da MP têm destinação genérica, com localizador "Nacional".

Com efeito, a emenda objetiva tomar específica a destinação da ação RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação para Brusque-SC, tendo em vista que os recursos colocados à disposição desse município foram insuficientes para cobrir minimamente os prejuizos decorrentes das fortes chuvas, no período compreendido entre outubro de 2008 e março de 2009, conforme consta na Exposição de Motivos da MP 461/2009.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Paulo Bornhausen	SC	DEM

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls.

EMENDA - 00030
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS: MPV 461/2009	PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

Suprima-se do Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 a seguinte programação:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
Total: R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)

Acresçam-se ao Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 as seguintes programações:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
GND: 3; Valor: R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais)

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 XXXX RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NO MUNICÍPIO DE ILHOTA -SC**
GND: 3; Valor: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar a programação constante do Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos especificamente para o Município de Ilhota, visto que as dotações constantes da MP têm destinação genérica, com localizador "Nacional".

Com efeito, a emenda objetiva tornar especifica a destinação da ação RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação para Ilhota-SC, tendo em vista que os recursos colocados à disposição desse município foram insuficientes para cobrir minimamente os prejuízos decorrentes das fortes chuvas, no período compreendido entre outubro de 2008 e março de 2009, conforme consta na Exposição de Motivos da MP 461/2009.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Paulo Bornhausen	SC	DEM

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls.

EMENDA - 00031
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	MPV 461/2009	1 DE 1

TEXTO

Suprima-se do Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 a seguinte programação:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
Total: R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)

Acresçam-se ao Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 as seguintes programações:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
GND: 3; Valor: R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais)
GND: 4; Valor: R$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais)
Total: R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais)

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 XXXX RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ -SC**
GND: 3; Valor: R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)
GND: 4; Valor: R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais)
Total: R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar a programação constante do Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos especificamente para o Município de Itajaí, visto que as dotações constantes da MP têm destinação genérica, com localizador "Nacional".

Com efeito, a emenda objetiva tornar especifica a destinação da ação RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação para Itajaí, tendo em vista que os recursos colocados à disposição desse município foram insuficientes para cobrir minimamente os prejuízos decorrentes das fortes chuvas, no período compreendido entre outubro de 2008 e março de 2009, conforme consta na Exposição de Motivos da MP 461/2009.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Paulo Bornhausen	**SC**	**DEM**

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

CONGRESSO NACIONAL CMO Fls.

EMENDA - 00032
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS: MPV 461/2009	PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

Suprima-se do Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 a seguinte programação:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES - RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
Total: R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)

Acresçam-se ao Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 as seguintes programações:

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 0103 RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NACIONAL**
GND: 3; Valor: R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais)

Órgão: 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4570 XXXX RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES (CREDITO EXTRAORDINARIO) – **NO MUNICÍPIO DE LUÍS ALVES -SC**
GND: 3; Valor: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar a programação constante do Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos especificamente para o Município de Luís Alves, visto que as dotações constantes da MP têm destinação genérica, com localizador "Nacional".

Com efeito, a emenda objetiva tornar específica a destinação da ação RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENARIO DE DESASTRES – RECUPERACAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação para Luís Alves-SC, tendo em vista que os recursos colocados à disposição desse município foram insuficientes para cobrir minimamente os prejuízos decorrentes das fortes chuvas, no período compreendido entre outubro de 2008 e março de 2009, conforme consta na Exposição de Motivos da MP 461/2009.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Paulo Bornhausen	SC	DEM

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

CONGRESSO NACIONAL CMO

EMENDA - 00033
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS: MPV 461/2009	PÁGINA: 1 DE 1

TEXTO

Suprima-se do Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 a seguinte dotação:

Órgão: : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4564 0103 SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - **NACIONAL** (CREDITO EXTRAORDINARIO)
Total: R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais)

Acresçam-se ao Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 as seguintes dotações:

Órgão: : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4564 0103 SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - **NACIONAL** (CREDITO EXTRAORDINARIO)
GND: 3; Valor: R$ 193.500.000,00 (cento e noventa e três milhões e quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 21.500.000,00 (vinte e um milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 215.000.000,00 (duzentos e quinze milhões de reais)

Órgão: : 53000 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4564 XXXX SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES – **NO ESTADO DE SANTA DE CATARINA – MUNICÍPIO DE CHAPECÓ** (CREDITO EXTRAORDINARIO)
GND: 3; Valor: R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
Total: R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar a programação constante do Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos especificamente para o Município de Chapecó-SC, visto que as dotações constantes da MP têm destinação genérica, com localizador "Nacional".

Com efeito, a emenda objetiva tornar específica a destinação da ação SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação para Chapecó-SC, tendo em vista que os recursos colocados à disposição desse município foram insuficientes para cobrir minimamente os prejuízos decorrentes da estiagem, no período compreendido entre outubro de 2008 e março de 2009, conforme consta na Exposição de Motivos da MP 461/2009.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Paulo Bornhausen	SC	DEM

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

CONGRESSO NACIONAL CMO

EMENDA - 00034
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS: MPV 461/2009	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Suprima-se do Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 a seguinte dotação:

Órgão: : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4564 0103 SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - **NACIONAL** (CREDITO EXTRAORDINARIO)
Total: R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais)

Acresçam-se ao Anexo da Medida Provisória nº 461/2009 as seguintes dotações:

Órgão: : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4564 0103 SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - **NACIONAL** (CREDITO EXTRAORDINARIO)
GND: 3; Valor: R$ 184.500.000,00 (cento e oitenta e quatro milhões e quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 20.500.000,00 (vinte milhões e quinhentos mil reais)
Total: R$ 205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais)

Órgão: : 53000 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Unidade Orçamentária: 53101 – MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
Funcional Programática: 06 182 1029 4564 XXXX SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES – **NO ESTADO DE SANTA DE CATARINA – – MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM ESTADO DE CALAMIDADE OU ESTADO DE EMERGÊNCIA.** (CREDITO EXTRAORDINARIO)
GND: 3; Valor: R$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais)
GND: 4; Valor: R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)
Total: R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa alterar a programação constante do Anexo da MP nº 461/2009, a fim de garantir a destinação de recursos especificamente para os municípios atingidos por enchentes no Estado de Santa Catarina, visto que as dotações constantes da MP têm destinação genérica, com localizador "Nacional".

Com efeito, a emenda objetiva tomar específica a destinação da ação SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES. Propõe-se, assim, direcionar parcialmente os recursos dessa ação para municípios do Estado de Santa Catarina que decretaram estado de calamidade ou estado de emergência, referente ao período compreendido entre outubro de 2008 e março de 2009, conforme consta na Exposição de Motivos da MP 461/2009.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Paulo Bornhausen	SC	DEM

DATA	ASSINATURA
__/__/__	

CONGRESSO NACIONAL CMO

EMENDA - 00035
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 461, de 15/04/2009

autor	nº do prontuário

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. X Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 1°, da Medida Provisória N°. 461, de 15 de abril de 2009, o seguinte parágrafo único, passando o dispositivo a ter a seguinte redação:

Art. 1° .....

Parágrafo único. Do valor previsto no caput deste artigo, no mínimo 30% (trinta por cento) serão destinados aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres naturais desde novembro de 2008. (NR)"

JUSTIFICAÇÃO

A situação dos municípios de Santa Catarina encontra-se desesperadora. As graves situações de desastres naturais, tanto das enchentes (principalmente no Vale do Itajaí) quanto da seca (no Oeste do Estado) exigem do Governo Federal medidas efetivas e imediatas. Não há mais espaço para prorrogação. É preciso ação já. A presente emenda visa restabelecer uma justiça quanto ao Estado de Santa Catarina e, assim, cumprir o que foi prometido. O valor de no mínimo 30% diz respeito a quanto dos desastres naturais do estado corresponderiam ao valor total no Brasil.

Salas das sessões, em 22 de abril de 2009.

Senador RAIMUNDO COLOMBO

PARLAMENTAR

EMENDA - 00036
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	MP Nº 461/2009	01 DE 04

TEXTO

Cancelamento: 53101 06.182.1029.4564.0103 – SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
GND: 03
MOD: 90
FONTE: 300
VALOR: R$ 30.000.000,00

Suplementação: 53101 06.182.1029.4564.XXXX – SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES – NO ESTADO DO PARÁ (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
GND: 03
MOD: 90
FONTE: 300
VALOR: R$ 30.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se justifica pelas históricas enchentes, que todos os anos, inundam dezenas de municípios do Estado, devido à localização geográfica dos mesmos, formados ao longo dos rios que enchem as cabeceiras os igarapés e seus afluentes, e inundam vilarejos, cortam estradas, desabrigam cidades inteiras, seja pela falta de drenagem ou de infra-estrutura adequada, para suportar os fenômenos *naturais amazônicos.*

Hoje no Estado do Pará, além do Município de Altamira, maior município do mundo em extensão territorial, a população vem atravessando dificuldades originadas pelo catastrófico avanço do nível das águas, outros 23 municípios estão em Estado de Emergência e mais seis se encontram em Estado de Alerta,

Tal situação requer atenção especial desta casa, medidas e ações de urgência e emergência na busca de soluções imediatas para socorrer a população.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Paulo Rocha	PA	PT

DATA	ASSINATURA
22/04/2009	

INGRESSO NACIONAL CMO

EMENDA - 00037
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	MP Nº 461/2009	02 DE 04

TEXTO

Cancelamento: 53101 06.182.1029.4564.0103 – SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
GND: 04
MOD: 90
FONTE: 300
VALOR: R$ 3.300.000,00

Suplementação: 53101 06.182.1029.4564.XXXX – SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES – NO ESTADO DO PARÁ (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
GND: 04
MOD: 90
FONTE: 300
VALOR: R$ 3.300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se justifica pelas históricas enchentes, que todos os anos, inundam dezenas de municípios do Estado, devido à localização geográfica dos mesmos, formados ao longo dos rios que enchem as cabeceiras os igarapés e seus afluentes, e inundam vilarejos, cortam estradas, desabrigam cidades inteiras, seja pela falta de drenagem ou de infra-estrutura adequada, para suportar os fenômenos naturais amazônicos.

Hoje no Estado do Pará, além do Município de Altamira, maior município do mundo em extensão territorial, a população vem atravessando dificuldades originadas pelo catastrófico avanço do nível das águas, outros 23 municípios estão em Estado de Emergência e mais seis se encontram em Estado de Alerta,

Tal situação requer atenção especial desta casa, medidas e ações de urgência e emergência na busca de soluções imediatas para socorrer a população.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Paulo Rocha	PA	PT

DATA	ASSINATURA
22/04/2009	

CONGRESSO NACIONAL CMO

EMENDA - 00038
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	MP Nº 461/2009	03 DE 04

TEXTO

Cancelamento: 53101 06.182.1029.4570.0103 – RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENÁRIO DE DESASTRES – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
GND: 04
MOD: 90
FONTE: 300
VALOR: R$ 12.000.000,00

Suplementação: 53101 06.182.1029.4570.XXXX – RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENÁRIO DE DESASTRES – NO ESTADO DO PARÁ (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
GND: 04
MOD: 90
FONTE: 300
VALOR: R$ 12.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se justifica pelas históricas enchentes, que todos os anos, inundam dezenas de municípios do Estado, devido à localização geográfica dos mesmos, formados ao longo dos rios que enchem as cabeceiras os igarapés e seus afluentes, e inundam vilarejos, cortam estradas, desabrigam cidades inteiras, seja pela falta de drenagem ou de infra-estrutura adequada, para suportar os fenômenos naturais amazônicos.

Hoje no Estado do Pará, além do Município de Altamira, maior município do mundo em extensão territorial, a população vem atravessando dificuldades originadas pelo catastrófico avanço do nível das águas, outros 23 municípios estão em Estado de Emergência e mais seis se encontram em Estado de Alerta,

Tal situação requer atenção especial desta casa, medidas e ações de urgência e emergência na busca de soluções imediatas para socorrer a população.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Paulo Rocha	PA	PT

DATA	ASSINATURA
22/04/2009	

CONGRESSO NACIONAL CMO

EMENDA - 00039
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	MP Nº 461/2009	04 DE 04

TEXTO

Cancelamento: 53101 06.182.1029.4570.0103 – RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENÁRIO DE DESASTRES – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
GND: 03
MOD: 90
FONTE: 300
VALOR: R$ 1.200.000,00

Suplementação: 53101 06.182.1029.4570.XXXX – RESTABELECIMENTO DA NORMALIDADE NO CENÁRIO DE DESASTRES – NO ESTADO DO PARÁ (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)
GND: 03
MOD: 90
FONTE: 300
VALOR: R$ 1.200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda se justifica pelas históricas enchentes, que todos os anos, inundam dezenas de municípios do Estado, devido à localização geográfica dos mesmos, formados ao longo dos rios que enchem as cabeceiras os igarapés e seus afluentes, e inundam vilarejos, cortam estradas, desabrigam cidades inteiras, seja pela falta de drenagem ou de infra-estrutura adequada, para suportar os fenômenos naturais amazônicos.

Hoje no Estado do Pará, além do Município de Altamira, maior município do mundo em extensão territorial, a população vem atravessando dificuldades originadas pelo catastrófico avanço do nível das águas, outros 23 municípios estão em Estado de Emergência e mais seis se encontram em Estado de Alerta,

Tal situação requer atenção especial desta casa, medidas e ações de urgência e emergência na busca de soluções imediatas para socorrer a população.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Paulo Rocha	PA	PT

DATA	ASSINATURA
22/04/2009	

EMENDA - 00040
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO	PÁGINA
	MP - 461/ 2009	01 de 01

TEXTO

Inclua-se:
Socorro e Assistência a Pessoas Atingidas por Desastres – No Estado de Mato Grosso.
Funcional Programática: 06.182.1029.4564.xxxx.
Programa: 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução.
UO: 53000
GND: 4
MA: 90
Fonte: 300
valor: R$ 30.000.000,00

Cancela:
Socorro e Assistência a Pessoas Atingidas por Desastres – Nacional
Funcional Programática: 06.182.1029.4564.0103
Programa: 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução.
UO: 53000
GND: 4
MA: 90
Fonte: 300
Valor: R$ 30.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Nesses últimos anos vários municípios de Mato Grosso vêm sofrendo com situações de calamidade pública, ocasionada por desastres, devido as fortes e constantes chuvas do período, onde observamos o crescente índice de famílias que perderam seus bens e até mesmo a vida.

Portanto a referida solicitação visa amenizar os transtornos causados aos diversos municípios do Estado de Mato Grosso, de forma que possamos estabelecer condições mínimas de infra-estrutura as populações vítimas desses desastres naturais.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES	MT	PR

DATA	ASSINATURA
/ /	

CONGRESSO NACIONAL CMO

EMENDA - 00041
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	461/2009	1 de 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
		ATIVIDADES							
06 182	1029 4564	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES							
06 182	1029 4564 XXXX	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - CAUCAIA - CE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							100.000.000
			F	4	2	40	0	300	100.000.000

CANCELAMENTO

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
		ATIVIDADES							
06 182	1029 4564	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES							
06 182	1029 4564 0103	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							100.000.000
			F	3	2	90	0	300	100.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O Município de Caucaia sofre com o processo de erosão, provocada pelo avanço do mar. As ondas da maré alta estão destruindo sua praia, são 16 km de orla atingida gravemente pela erosão marinha. Várias casas e comércios litorâneos foram atingidos. O mar avança sobre as construções derrubando paredes e acabando com a renda dos proprietários de barracas de praia. A contenção é imprescindível, pois estamos falando de uma situação de calamidade pública! As casas e barracas que ainda não foram destruídas já estão com acesso comprometido. Esse processo de erosão precisa ser contido o mais rápido possível, pois a população do município sofre com a invasão do mar. A prioridade são as praias do Pacheco, Iparana e do Icaraí, onde a erosão é maior, pois as ondas chegam a 3 metros de altura. Uma das soluções analisadas é a construção de uma estrutura de concreto, em formato de escadaria, denominada de "Barra Mar Dissipador Bagwall". Mas é necessário recursos para que se possa resolver esse grave problema em Caucaia - CE

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	JOSE AIRTON CIRILO	CE	PT

DATA	ASSINATURA
22/04/2009	

CONGRESSO NAC. CMO

EMENDA - 00042
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PÁGINA
	461/2009	1 de 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
		ATIVIDADES							
06 182	1029 4564	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES							
06 182	1029 4564 XXXX	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES – ICAPUÍ - CE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.000.000
			F	3	2	40	0	300	5.000.000
			F	4	2	40	0	300	25.000.000

CANCELAMENTO

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
		ATIVIDADES							
06 182	1029 4564	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES							
06 182	1029 4564 0103	SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.000.000
			F	3	2	90	0	300	30.000.000

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa a atender o povo de Icapuí, que foi atingida por uma "tromba d'água" na madrugada de segunda-feira, dia 20. Choveu de domingo para segunda-feira mais da metade do volume de chuvas lá precipitado desde o início do mês. Os 213 milímetros registrados causaram estragos nas ruas e nos distritos, provocando muitos danos para a população do município. De acordo com a Defesa Civil, a situação é muito crítica, com várias áreas de risco, como na comunidade Vila Chico Dantas, com 15 casas ameaçadas pela erosão; Salgadinho; Barrinha da Mutamba; Serra da Mutamba; Barreira; Redonda; Berimbau. São muitas as famílias desabrigadas, que perderam tudo. A água empoçada aumenta a quantidade de muriçocas, a sujeira, umidade e animais mortos provocam doenças, e as crianças sofrem com viroses. As casas de taipa derreteram com a chuva, provocando desmoronamentos, *tudo está molhado: as roupas, as paredes, as redes.*

Além das fortes chuvas, Icapuí sofre com o processo de erosão marinha, provocada pelo avanço do mar. As ondas da maré alta estão destruindo as praias mais belas da costa cearense. Várias casas e comércios litorâneos foram atingidos. O mar avança sobre as construções derrubando paredes e acabando com a renda e os sonhos dos proprietários de barracas de praia. A contenção é imprescindível, pois estamos falando de uma situação de calamidade pública! As casas e barracas que ainda não foram destruídas já estão com acesso comprometido. Só um projeto de contenção feito por enrocamento (pedras com mais de 1 tonelada jogadas entre o mar e a orla para conter a força do mar). Os 64 km de praias do município de Icapuí estão gravemente ameaçados, esse processo de erosão precisa ser contido.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	JOSE AIRTON CIRILO	CE	PT

DATA	ASSINATURA
22/04/2009	

CONGRESSO NACIONAL CMO

EMENDA - 00043
MPV 461/2009
Mensagem 0032/2009-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO 461	PÁGINA DE

TEXTO

Cancela-se o seguinte subtítulo:

06.182.1029.4564.0103 – SOCORRO E ASSISTÊNCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND.: 3 M.A. : 90 FONTE: 300 VALOR: R$ 198.000.000,00

Suplementa-se o seguinte subtítulo:

06.182.1029.4564.0103 – SOCORRO E ASSISTÊNCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)

GND.: 3 M.A. : 40 FONTE: 300 VALOR: R$ 198.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa mudar a aplicação dos recursos destinados a assistência das pessoas atingidas por desastres naturais (seca e enchentes), retirando a execução dos recursos do Ministério da Integração Nacional e destinando aos municípios a responsabilidade de sua execução, haja vista os mesmos serem os grandes conhecedores das suas necessidades locais.
Solicito na execução do programa que os municípios mineiros atingidos tanto pela seca (norte de Minas Gerais), quanto os atingidos pelas enchentes sejam contemplados no referido crédito.

Os municipios que gostariamos que fossem beneficiários do crédito são:

1. BAMBUI
2. ITAGUARA
3. LAGOA SANTA
4. CONGONHAS
5. CAMPOS GERAIS
6. DIVINÓPOLIS
7. IBIRITÉ
8. SERRO
9. GOVERNADOR VALADARES
10. CATAGUASES
11. CONTAGEM
12. ARAÇUAI
13. CONQUISTA
14. SALINAS
15. ITAÚNA
16. DORES DE GUANHÃES
17. BELO VALE
18. JOÃO MONLEVADE
19. ITABIRA
20. LAVRAS
21. CAMADUCAIA
22. CAMPO BELO
23. ITAPEVA
24. LIMA DUARTE
25. SANTA MARIA DE ITABIRA
26. BELO HORIZONTE
27. CAETÉ
28. CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
29. AIMORÉS
30. ALFENAS
31. ITABIRITO
32. MARIANA
33. COQUEIRAL
34. DIVINOLÂNDIA DE MINAS
35. JAMPRUCA
36. JOAQUIM FELÍCIO
37. MONTES CLAROS
38. RIO PRETO
39. SABINÓPOLIS
40. BETIM
41. CAPITÃO ENÉAS
42. CATAS ALTAS

CONGRESSO NACIONAL CMO

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA	MG	PV

DATA	ASSINATURA
/ /	

Publicado no DSF 24 / 04 / 2009

abril de 2009

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão
Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
- vago* (1)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul
Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará
PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo
Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas
Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe
Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná
Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal
Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins
Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá
Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima
Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos
*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

1. Em 17.04.2009, a Senadora Roseana Sarney deixou de exercer o mandato de Senadora representando o Estado do Maranhão.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (8)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (8)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) (1)	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) (14)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) (11)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) (5)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Fátima Cleide (PT-RO) (13)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) (2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) (16)	
PDT/PSOL (10)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:
1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo final: 04/08/2008
Prazo prorrogado: 13/03/2008
Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:
1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (2)
RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo final prorrogado: 30/04/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:
1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3311-3511
Fax: 3311-1176
E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido
RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008
Designação: 01/07/2008
Prazo final: 20/02/2009
Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS
Antonio Corrêa
Antonio Magalhães Gomes Filho
Eugenio Pacelli de Oliveira
Fabiano Augusto Martins Silveira
Félix Valois Coelho Júnior
Hamilton Carvalhido
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
Sandro Torres Avelar
Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos
VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008
Instalação: 10/04/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena
VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) (2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 3303.4638
E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (38)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)
Delcídio Amaral (PT) (36)	2. Renato Casagrande (PSB) (33)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tião Viana (PT) (41)	4. Ideli Salvatti (PT) (39)
Marcelo Crivella (PRB) (40)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Expedito Júnior (PR) (4,28)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (31)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (60,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (59,64)	2. Gilvam Borges (PMDB) (58,61)
Gerson Camata (PMDB) (67,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63)
Valdir Raupp (PMDB) (55)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,54,56)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,53,70)
Pedro Simon (PMDB) (57,69)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,63)
VAGO (68)	7. VAGO (68)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,42)
Efraim Morais (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (49)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,43)	5. Kátia Abreu (DEM) (45)
Jayme Campos (DEM) (13,47)	6. José Agripino (DEM) (5,51)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (26)
João Tenório (PSDB) (24)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,22,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (25,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT	
Osmar Dias (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.20090, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PDT PSDB PMDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:
1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO (5)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4)	1. João Tenório (PSDB) (2)
Osmar Dias (PDT) (1)	2. Cícero Lucena (PSDB) (2)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO (5)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO (2)	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO (5)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (32)
Augusto Botelho (PT) (35)	2. César Borges (PR) (31)
Paulo Paim (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (29)	5. Ideli Salvatti (PT) (28,30)
Roberto Cavalcanti (PRB) (27,60)	6. VAGO (27)
Renato Casagrande (PSB) (27,59,64)	7. José Nery (PSOL) (27,62,63)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (56,67)	1. Lobão Filho (PMDB) (50)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (51)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (53)
Mão Santa (PMDB) (48)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (40)	1. Heráclito Fortes (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (37)
Efraim Morais (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,41)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (21,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (25,66)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,65)	6. João Tenório (PSDB) (23)
Papaléo Paes (PSDB) (24)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (19,47)	1. VAGO (18)

Notas:
1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG.
27. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ¿ GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
35. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão(OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade ¿ PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
66. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PDT PTB	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (12)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,4)
Papaléo Paes (PSDB) (11)	2. João Tenório (PSDB) (2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Augusto Botelho (PT) (5)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
PMDB	
Mão Santa (8)	1. Paulo Duque (3)
PDT PTB	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PDT PTB	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:
1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Marina Silva (PT) (37,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,32)
Aloizio Mercadante (PT) (10,39)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,74)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (30,52)
Expedito Júnior (PR) (31,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,38,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,64)
Almeida Lima (PMDB) (58,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (61,67)
Gilvam Borges (PMDB) (59,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (60,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,57,65)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,68)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (25,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Sérgio Guerra (PSDB) (29,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (25)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (25)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (28,73)
PTB (7)	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53)

Notas:
1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
32. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Flávio Arns (PT) (35)	1. João Pedro (PT) (1,38)
Augusto Botelho (PT) (35)	2. Ideli Salvatti (PT) (37)
Fátima Cleide (PT) (35)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,31)
Paulo Paim (PT) (35,44,65)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,66)
Marina Silva (PT) (33)	6. VAGO (34)
Expedito Júnior (PR) (30)	7. VAGO (34)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (57)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
VAGO (8,16,63,69)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (59)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (61)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (55)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,54)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,58)
VAGO (56,64)	7. Lobão Filho (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,45)	1. Gilberto Goellner (DEM) (39)
Marco Maciel (DEM) (50)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,47)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,49)	3. Jayme Campos (DEM) (48)
Heráclito Fortes (DEM) (41)	4. Efraim Morais (DEM) (40)
José Agripino (DEM) (13,51)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,52)
Adelmir Santana (DEM) (43)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,46)
Alvaro Dias (PSDB) (24)	7. Eduardo Azeredo (PSDB) (26,67)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	8. Marconi Perillo (PSDB) (27)
Lúcia Vânia (PSDB) (29,68)	9. Papaléo Paes (PSDB) (28)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (22)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,42)	1. João Vicente Claudino (42)
Romeu Tuma (42)	2. Mozarildo Cavalcanti (42)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ¿ GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
40. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
42. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
44. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
65. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
66. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
67. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
VAGO (7)	1. VAGO (7)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (3)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. VAGO (1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO (7)
PDT	
VAGO (7)	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em conseqüência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (4)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:
1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:
1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Flávio Arns (PT) (22)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (22)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (22)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,24,25)
Magno Malta (PR) (2,23)	4. Marina Silva (PT) (24,45)
José Nery (PSOL) (21)	5. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (35,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
VAGO (41,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (40)	4. Mão Santa (PMDB) (33)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,34)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,32)	1. Heráclito Fortes (DEM) (30)
Rosalba Ciarlini (DEM) (29)	2. Jayme Campos (DEM) (27)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (28)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:
1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ¿ GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
33. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
VAGO (6)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) (2)	2. VAGO (6)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,5)	1. VAGO (4)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (42)	1. Flávio Arns (PT) (40,72)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (38,73)	2. Marina Silva (PT) (45)
João Ribeiro (PR) (43,66)	3. Renato Casagrande (PSB) (46,74)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (44)
Tião Viana (PT) (41,58,70)	5. Augusto Botelho (PT) (22,39,52,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (6)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,69,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (50)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,55)
Demóstenes Torres (DEM) (49)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,57)
Marco Maciel (DEM) (18,29,48)	3. José Agripino (DEM) (23,27,53)
Heráclito Fortes (DEM) (8,56)	4. Kátia Abreu (DEM) (54)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (36)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,37,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (34)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (35)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,51)	1. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Patrícia Saboya (31,60)	1. Cristovam Buarque (20,32,59)

Notas:
1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
14. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
35. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
39. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
43. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
44. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

45. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
46. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
53. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
54. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
55. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
56. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
57. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
58. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (25)	1. Marina Silva (PT) (18)
Delcídio Amaral (PT) (25,32,57)	2. Paulo Paim (PT) (23,32,60)
Ideli Salvatti (PT) (25)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (16)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. Expedito Júnior (PR) (17)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (20)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB) (54)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,44)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (35,45)
Paulo Duque (PMDB) (53)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,47)
Mão Santa (PMDB) (5,9,51)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (52,56)	5. Francisco Dornelles (PP) (48)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)	6. VAGO (43,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (26)
Eliseu Resende (DEM) (37)	2. Efraim Morais (DEM) (31)
Heráclito Fortes (DEM) (30)	3. Adelmir Santana (DEM) (34)
Jayme Campos (DEM) (27)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (7,28)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Mário Couto (PSDB) (41,61)	6. Cícero Lucena (PSDB) (13)
João Tenório (PSDB) (42,58)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (15,59)
Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	8. Alvaro Dias (PSDB) (13,62)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB (4)	
Fernando Collor (38)	1. Gim Argello (38)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
25. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
31. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. VAGO (23)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)
Valter Pereira (PMDB) (1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:
1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (19)	1. Paulo Paim (PT) (19)
João Pedro (PT) (17)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,20)
Augusto Botelho (PT) (22,27,49)	3. Expedito Júnior (PR) (18)
Magno Malta (PR) (23)	4. Serys Slhessarenko (PT) (21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,34,37)	1. Romero Jucá (PMDB) (40,48)
Neuto De Conto (PMDB) (35,45)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,43)
Gerson Camata (PMDB) (36,44)	3. Renan Calheiros (PMDB) (42,47)
Valter Pereira (PMDB) (41,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (39,46)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,30)
Raimundo Colombo (DEM) (26)	2. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Kátia Abreu (DEM) (24)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,25)
Jayme Campos (DEM) (8,10,31)	4. José Agripino (DEM) (28)
VAGO (15,53)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (12)
Mário Couto (PSDB) (13)	6. João Tenório (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Marconi Perillo (PSDB) (16)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,33)	1. Sérgio Zambiasi (33,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
17. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
18. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ¿ GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
28. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (20)	1. Delcídio Amaral (PT) (18)
Renato Casagrande (PSB) (22)	2. Flávio Arns (PT) (20)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,46)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,47)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (23)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (27)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,44)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
PDT	
Patrícia Saboya (13,33)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:
1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suaa indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO (3)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (3)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO (5)
VAGO (5)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1)	1. VAGO (4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,5)	1. VAGO (5)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
PTB	
	1.
PDT	
	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 03/04/2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) (2)	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) (1)	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos e Conselhos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO) (1)
PTB
VAGO (2)
PDT
Patrícia Saboya (CE)
PR
Expedito Júnior (RO)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 05/03/2009

Notas:
1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	**PRESIDENTE** Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	**1º SECRETÁRIO** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	**2º SECRETÁRIO** Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	**3º SECRETÁRIO** Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	**4º SECRETÁRIO** Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 20.04.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA[2]

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

[2] Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Composição

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton[2] (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz[2] (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO[6] (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS[4] (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY[8] (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC)[10]	1. MOACIR MICHELETTO[7] (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES)[11]
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO[5] (PPS/RJ)
GERALDO THADEU[9] (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO[3] (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO[1] (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 12.03.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

[1] Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.
[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.
[3] Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.
[4] Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.
[5] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.
[6] O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.
[7] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.
[8] Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.
[9] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.
[10] Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.
[11] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** RENAN CALHEIROS PMDB-AL
LÍDER DA MINORIA ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL SEVERIANO ALVES PDT-BA	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 20.04.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.

EDIÇÃO DE HOJE: 210 PÁGINAS